



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE E ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

ROBERTA SILVEIRA VOLKWEIS

**A PRESENÇA PORTUGUESA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS
CIDADES DO BRASIL MERIDIONAL:
A QUESTÃO DA ORIGEM AÇORIANA DE TRIUNFO - RS**

PORTO ALEGRE
2011

Roberta Silveira Volkweis

A presença portuguesa no processo de formação das cidades do Brasil Meridional: a questão da origem açoriana de Triunfo - RS.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador:

Professor Doutor Günter Weimer

Linha de Pesquisa:

Cidade, Cultura e Política.

Porto Alegre

2011

Dedico este trabalho à minha querida filha Gabriela, para que lute sempre para alcançar seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao meu marido Eduardo, que sempre colaborou para que esta pesquisa fosse realizada.

Aos meus pais, Gaspar e Margaret, grandes incentivadores. A companhia deles na viagem a Portugal foi de extrema importância.

Ao querido orientador, professor Dr. Günter Weimer, cujas contribuições foram fundamentais para a realização da pesquisa.

Aos professores do PROPUR, pelo conhecimento adquirido.

Aos colegas, pela troca de conhecimentos e palavras de solidariedade.

Aos familiares e amigos que contribuíram de alguma maneira.

RESUMO

Esta pesquisa refere-se à temática da origem e formação de cidades coloniais portuguesas, no sul do Brasil, durante o século XVIII. Pretende-se investigar a relação da presença dos imigrantes açorianos no processo de formação destas cidades, tendo como objeto de estudo a cidade de Triunfo, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, que tem seu patrimônio cultural urbano caracterizado como açoriano. O questionamento fundamental desta pesquisa se encontra na existência de características peculiares de cidades coloniais portuguesas do sul do Brasil, identificadas apenas nas cidades açorianas e que não são identificadas nas cidades portuguesas do continente. O quadro metodológico desenvolvido pretende compor, através da genealogia das primeiras famílias registradas na antiga freguesia de Triunfo, a relação de influência das regiões de origem dos primeiros povoadores, identificando as possíveis especificidades. Pretende-se fornecer um panorama diversificado de tipos urbanos e seus aspectos peculiares para a compreensão da relação de Triunfo com o urbanismo português.

Palavras-chave: Urbanismo Colonial Português – Imigração Açoriana – Patrimônio Cultural Urbano – Morfologia Urbana.

ABSTRACT

This research refers to the theme of the origin and formation of Portuguese colonial cities, in the south of Brazil, during the 18th century. It intends to investigate the relation of the presence of the Azorean immigrants in the process of formation of these cities, taking the city of Triunfo as an object of study which has his urban cultural heritage characterized like Azorean. The elemental question of this inquiry is in the existence of special characteristics of Portuguese colonial cities of the south of Brazil, identified only in the Azorean cities and that are not identified in the Portuguese cities of the continent. The methodology developed intends to compose, through the genealogy of the first families registered in the ancient parish of Triunfo, the relation of influence of the first colonist's regions of origin, identifying the possible specificities. It intends to supply with itself a diversified view of urbane types and his special aspects for the understanding of the relation of Triunfo with the Portuguese town planning.

Keywords: Portuguese Colonial Urbanism – Azorean Immigration – Urban Cultural Heritage – Urban Morphology.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Imagem aérea atual de Triunfo.	30
FIGURA 2: Mapa baseado no levantamento da Vila de Triunfo de 1896.	32
FIGURA 3: Marcação dos núcleos urbanos da Região Norte de Portugal no século XVIII sobre mapa N° 9 da <i>Província de Entre Douro e Minho</i> , da coleção de <i>Mappas das províncias de Portugal,....: oferecidos ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Marquez de Pombal</i> . Lisboa, 1769 – 1779.	46
FIGURA 4: Esquema para demonstração dos dois núcleos de formação de Guimarães de 950 a 1279.	48
FIGURA 5: Crescimento urbano de Guimarães de 1498 a 1750, com a marcação das portas de entrada da muralha.	50
FIGURA 6: Planta de Monção de 1802, com a marcação dos acessos e vias.	54
FIGURA 7: Marcação das portas de entrada sobre a reconstituição aproximada da malha urbana medieval de Ponte de Lima, inserida na atual.	58
FIGURA 8: Possível crescimento de Guimarães no séc. XIX.	59
FIGURA 9: Esquema de formação da Vila Mondim de Basto sobre mapa cadastral da Câmara Municipal de Mondim de Basto.	63
FIGURA 10: Esquema de formação do tecido urbano da Vila das Velas sobre Planta da Villa das Vélas de Antônio Manoel da S. Heitor, 1867.	70
FIGURA 11: Polos iniciais da Horta.	73
FIGURA 12: Mapa do núcleo urbano inicial com a localização dos conventos, igrejas e arruamentos.	74
FIGURA 13: Esquema das etapas de formação do tecido urbano de Horta sobre a Planta da Villa de Horta, de 1864.	75
FIGURA 14: Esquema das etapas de formação do tecido urbano de Angra do Heroísmo sobre gravura de LINSCHOTEN, de 1589.	80
FIGURA 15: Planta da Cidade de Angra do Heroísmo, 1870, por João Baptista Amorim de Freitas.	81
FIGURA 16: Imagem aerofotogramétrica de Triunfo.	83
FIGURA 17: Mapa desenhado pelo padre Thomás Clarke, 1756.	85
FIGURA 18: Mapa da Medição, de 1819.	86
FIGURA 19: Provável casa de Francisco Xavier de Azambuja.	93
FIGURA 20: Casa da família de Bento Gonçalves da Silva.	93
FIGURA 21: Possível configuração urbana do povoado de Triunfo no final do século XVIII.	95
FIGURA 22: Configuração urbana da Vila de N.S. Bom Jesus do Triunfo no final do século XIX.	96
FIGURA 23: Fachada frontal do Império do Outeiro em Angra do Heroísmo.	104

FIGURA 24: Império do Outeiro em Angra do Heroísmo.	104
FIGURA 25: Primitiva construção do Império do Divino Espírito Santo de Porto Alegre, ao lado da velha Matriz.	105
FIGURA 26: Império do Divino Espírito Santo de Cachoeira do Sul, próximo da Igreja Matriz.	106
FIGURA 27: Vista frontal atual do Império do Divino Espírito Santo de Triunfo.	106
FIGURA 28: Vista de Triunfo pelo rio Jacuí, em 1969.	110
FIGURA 29: Monção e o rio Minho.	111
FIGURA 30: Vista de Ponte de Lima através da ponte sobre o rio Lima.	112
FIGURA 31: Vista de Velas através do mar.	112
FIGURA 32: Vista de Horta através do mar.	113
FIGURA 33: Vista da enseada e do porto de Angra do Heroísmo.	113
FIGURA 34: Antiga Rua Direita, em Triunfo, destacando edificação importante.	117
FIGURA 35: Rua Direita, em Velas, destacando a praça cívica.	117
FIGURA 36: Rua de Lisboa e antiga Direita, vista da Praça Velha, em Angra do Heroísmo, destacando a Igreja da Misericórdia.	117
FIGURA 37: Rua Direita, em Monção, destacando antiga entrada do povoado.	118
FIGURA 38: Vista aérea de Triunfo.	119
FIGURA 39: Vista aérea de Velas.	119
FIGURA 40: Império do Espírito Santo em Velas.	122

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: (ANEXO 1) Relação da origem dos primeiros habitantes da freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunpho.....	132
TABELA 2: Distritos de Portugal continental presentes no Quadro1..	34
TABELA 3: Ilhas dos Açores presentes no Quadro1.....	34
TABELA 4: Famílias que comprovam permanência na freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunpho e relação das regiões de origem.....	35
TABELA 5: Definição das cidades ou vilas a serem analisadas.....	35
TABELA 6: Cronologia da ocupação do território de Portugal continental.....	38
TABELA 7: Resumo das origens das famílias da Tabela 1.....	87
TABELA 8: Panorama sobre as regiões de Portugal continental de onde originaram as famílias constantes na Tabela 1.....	88
TABELA 9: Panorama sobre as famílias constantes no Quadro 1 que mais batizaram filhos na freguesia de Triunfo.....	89
TABELA 10: (ANEXO 2) Relação das famílias de origem açoriana que mais batizaram filhos em Triunfo	141
TABELA 11: Panorama sobre a origem dos proprietários de terras constantes no Mapa 1 da freguesia de Triunfo.....	90
TABELA 12: Número de habitantes residentes nas ruas da Vila de Triunfo conforme dados do Recenseamento de 1888.....	97
TABELA 13: (ANEXO 3) Quadro comparativo	142

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Marcação através de cores da origem dos proprietários de terra da Freguesia Nosso senhor Bom Jesus do Triunfo.....	91
---	-----------

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	12
1.1. Objetivos	13
1.2. Justificativa.....	14
1.3. Revisão bibliográfica	15
1.3.1. Processo de formação de cidades de colonização portuguesa no Brasil .	19
1.4. Abordagens relevantes	26
1.5. O problema de pesquisa	28
1.6. Quadro metodológico	29
1.6.1. As hipóteses de trabalho	29
1.6.2. Objeto empírico	30
1.6.3. Coleta, tratamento e análise dos dados	32
1.7. Estrutura da pesquisa	37
2 - PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS CIDADES PORTUGUESAS DO CONTINENTE	38
2.1. Guimarães (Distrito de Braga).....	46
2.1.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água.....	46
2.1.2. Origem e processo de formação urbana.....	47
2.1.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado.....	47
2.1.4. Função e atividades predominantes originais	50
2.2. Monção (Distrito de Viana do Castelo).....	51
2.2.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água.....	52
2.2.2. Origem e processo de formação urbana.....	52
2.2.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado.....	53
2.2.4. Função e atividades predominantes originais	55
2.3. Ponte de Lima (Distrito Viana do castelo)	55
2.3.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água.....	56
2.3.2. Origem e processo de formação urbana.....	56
2.3.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado.....	56
2.3.4. Função e atividades predominantes originais	60
2.4. Mondim de Basto (Distrito de Vila Real)	61
2.4.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água.....	61

2.4.2. Origem e processo de formação urbana.....	62
2.4.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado.....	62
2.4.4. Função e atividades predominantes originais	64
3 - PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CIDADES PORTUGUESAS DO	
ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES.....	65
3.1. Velas (Ilha de São Jorge).....	68
3.1.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água.....	68
3.1.2. Origem e processo de formação urbana.....	68
3.1.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado.....	69
3.1.4. Função e atividades predominantes originais	70
3.2. Horta (Ilha do Faial)	71
3.2.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água.....	71
3.2.2. Origem e processo de formação urbana.....	72
3.2.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado.....	72
3.2.4. Função e atividades predominantes originais	76
3.3. Angra do Heroísmo (Ilha Terceira).....	77
3.3.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água.....	77
3.3.2. Origem e processo de formação urbana.....	78
3.3.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado.....	78
3.3.4. Função e atividades predominantes originais	82
4 - PROCESSO DE FORMAÇÃO DA VILA NOSSO SENHOR BOM JESUS DO	
TRIUNFO	83
4.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água.....	83
4.2. Origem e processo de formação urbana.....	84
4.2.1. Origem dos primeiros habitantes	86
4.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado	94
4.4. Função e atividades predominantes originais	99
4.4.1. O “Império” do Divino Espírito Santo em Triunfo.....	100
5 - ANÁLISE COMPARATIVA.....	108
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
7 - BIBLIOGRAFIA	127
8 - ANEXOS.....	132

1. INTRODUÇÃO

Através dos estudos de origem e evolução urbana das cidades, reconstituindo a história, a formação e as etapas de desenvolvimento e de transformação morfológica e social das mesmas, é possível que se compreenda seu passado e se reafirme sua memória.

O trabalho a ser desenvolvido refere-se à temática da origem e formação de cidades do sul do Brasil, no século XVIII, pelos imigrantes¹ portugueses provindos tanto do continente, como das cidades insulares. Muitas cidades brasileiras adquiriram o título de cidades típicas açorianas, porém, as características peculiares a essa denominação ainda se encontram pouco detectadas.

A partir do final da década de quarenta, os açoriano-descendentes passaram a sofrer um processo de valorização, inicialmente nos discursos de valorização da cultura do estado de Santa Catarina. O discurso da colonização açoriana tornou-se oficial no primeiro congresso de História de Santa Catarina, em outubro de 1948. A partir deste evento, foram promovidos diversos encontros e numerosas publicações que consolidaram a cultura açoriana no Brasil, inclusive contando com a participação de autoridades e pesquisadores açorianos. Os estudos acadêmicos contribuíram para o levantamento da documentação oficial sobre os registros dos imigrantes, e foram desenvolvidos principalmente por descendentes de açorianos.

Um dos modos da construção da memória açoriana se deu através do estudo da origem de cidades que se formaram a partir dos antigos núcleos de povoação de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. No entanto, diversos autores têm questionado esta caracterização cultural, pois acreditam que o processo migratório se deu tanto por portugueses insulares como por continentais. Além disso, até mesmo os imigrantes insulares não foram apenas dos Açores, visto que existem

¹ O conceito de “imigrante” sempre que utilizado neste trabalho considera o termo como derivação do ato de “migrar”, que se define como processo onde a pessoa se transfere de seu lugar habitual, de sua residência comum para outro lugar, região ou país.

registros de imigrantes provenientes da ilha da Madeira. Alguns estudos apontam que, em algumas comunidades, as chamadas raízes açorianas foram invenções ideológicas e não encontram respaldo em fatos históricos.

Desta forma, surge o debate em relação ao fenômeno de emigração, a partir do século XVIII, para o Brasil meridional, nas atuais terras de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De um lado, a crescente valorização da chamada colonização açoriana, através da valorização da descendência e da cultura dos povos do arquipélago dos Açores. Do outro lado, encontramos autores que não acreditam na distinção da cultura e da arte portuguesa, visto que Portugal continental foi centro irradiador para a cultura insular.

Com a crescente valorização da cultura açoriana, muitas cidades se empenharam em encontrar tal descendência. No entanto, questões relacionadas à compreensão da origem das cidades, assim como questões que geram imprecisão e incertezas em relação à história e à evolução urbana das mesmas, precisam ser demonstradas e esclarecidas, para que, então, a preservação do seu Patrimônio Cultural possa ser inserida nas ações de planejamento urbano.

1.1. Objetivos

O objetivo principal desta pesquisa é o entendimento da relação da ocupação dos imigrantes portugueses no processo de formação de cidades do sul do Brasil, no século XVIII, que atualmente passaram a receber a caracterização de seu patrimônio cultural como de origem de imigrantes do arquipélago dos Açores.

Pretende-se verificar se cidades, que se formaram durante o processo de ocupação das terras do sul do Brasil, no século XVIII, pelos imigrantes portugueses, e, entre eles, imigrantes provindos do arquipélago dos Açores, apresentam alguma especificidade nas características da forma de assentamento e formação de núcleos urbanos.

Para que possa ser estabelecida esta relação, será estudada a origem e formação urbana da cidade de Triunfo, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O esclarecimento da origem dos primeiros habitantes e formadores da configuração

espacial inicial desta cidade será fundamental para o entendimento da presença da relação proposta, visto que a mesma é considerada como um exemplo de cidade colonizada por imigrantes provenientes do arquipélago dos Açores.

1.2. Justificativa

O propósito da realização desta pesquisa baseia-se na busca pela fundamentação das ações que se desenvolvem na cidade contemporânea sobre o seu Patrimônio Cultural. A cidade e suas problemáticas resultantes do crescente impacto que as transformações da vida urbana contemporânea têm apresentado são abordadas muitas vezes por ações políticas pouco fundamentadas e, muitas vezes, de forma segregada.

Desta forma, a realização de pesquisas fundamentadas por conceitos teóricos e pela análise da complexidade dos problemas urbanos de forma conjunta, será de extrema importância para a qualificação da vida urbana, criando mecanismos de realização de ações de preservação e condição de urbanidade, não só em relação aos sítios históricos, mas também às zonas urbanas em geral.

A relevância do estudo histórico e evolutivo destas cidades se fundamenta na problemática que se apresenta quanto à incerteza dos responsáveis pelas características do traçado, da arquitetura e da cultura de cidades do sul do país que apresentam um rico patrimônio histórico e que, atualmente, passam por um processo de deterioração.

Diversas cidades do sul do Brasil receberam o título de Açorianas, criando, desta forma, o embasamento e a fundamentação para as ações de preservação do seu Patrimônio Cultural. Porém, como os estudos até então realizados, não apresentam clareza quanto a esta caracterização, torna-se necessário o estudo sobre esta problemática de abordagem.

1.3. Revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica apresentada, primeiramente, visa traçar um panorama sobre as publicações referentes à história do município de Triunfo, destacando a bibliografia referente à história e à genealogia dos primeiros imigrantes e sua proveniência. Posteriormente, serão levantados os estudos realizados sobre a imigração dos povoadores provindos do arquipélago dos Açores, no século XVIII, para o Rio grande do Sul.

Além das questões relacionadas aos povoadores do território sulino do Brasil, torna-se relevante para esta pesquisa o levantamento da bibliografia referente ao processo de formação das cidades brasileiras durante o período de ocupação e domínio português e reflexo desta ocupação, na configuração dos espaços urbanos.

O primeiro estudo sobre a história da cidade de Triunfo foi publicado pela Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul e realizado por ALMEIDA², aborda os aspectos naturais, históricos, econômicos, religiosos e culturais da cidade. Ao abordar os aspectos da formação histórica da vila de Triunfo, o autor se refere ao proprietário da sesmaria da Piedade, Manoel Gonçalves Meirelles e ressalta a sua origem portuguesa de Mondim de Basto e sua esposa, Antônia da Costa Barbosa, natural de Guaratinguetá, em São Paulo. Posteriormente, o autor destaca moradores da vila que tiveram importância para a formação da mesma, como o capitão Francisco Xavier de Azambuja e sua esposa Rita de Menezes, ambos naturais de São Paulo.

Segundo ALMEIDA, somando-se a estes povoadores, chegaram à vila, povoadores portugueses, paulistas e cariocas. Desta forma, pode-se perceber que os imigrantes açorianos não foram citados pelo autor. Quando trata da cultura, salienta apenas a criação do teatro da cidade, não descrevendo aspectos da vida cotidiana que possa remeter a alguma semelhança com os Açores. Desta forma, podemos destacar um aspecto interessante de que neste estudo não existe referência aos “casais de número”.

² ALMEIDA, Marino Josetti de. O Município de Triumpho. Separata da revista do Instituto Histórico e Geográfico do rio Grande do Sul. Porto alegre: Typographia do Centro, 1931.

O segundo estudo sobre Triunfo, também publicado pela Revista do IHGRS, foi realizado por FABRÍCIO³ e apresenta um importante levantamento sobre a genealogia dos primeiros habitantes da cidade. Este levantamento será importante para a pesquisa sobre a origem dos imigrantes, visto que poderá fornecer um panorama da proporção de provenientes dos Açores em relação aos provenientes de outras localidades.

Posteriormente, foi publicado o estudo realizado por FREITAS⁴, que possui muitas referências ao estudo de Almeida, porém, apresenta alguns dados importantes, que considero relevantes para a presente pesquisa. Já nas primeiras páginas de seu livro, o autor salienta a herança cultural açoriana, quando faz uma comparação de Triunfo com Porto Alegre, referindo-se à educação e à cultura dos habitantes da cidade:

(...) “o mesmo não acontecia em relação à educação e cultura dos seus habitantes, já que os mesmos, como os de Pôrto Alegre, eram ou provinham dos açorianos.”⁵

Quando aborda o tema da religião, traz o registro do primeiro batizado e do primeiro casamento realizados na Igreja Matriz. O primeiro casamento refere-se a filhos de imigrantes dos Açores. Outra contribuição importante do estudo de Freitas, foi a apresentação do Recenseamento Demográfico da cidade de Triunfo no ano de 1888, onde consta o nome e o endereço da população urbana da cidade no final do século XIX, sendo este um dado importante para o estudo a ser desenvolvido.

Os primeiros estudos sobre a colonização açoriana do Rio Grande do Sul foram realizados por descendentes de imigrantes do arquipélago. A necessidade de reforçar suas raízes e identidade motivou a busca por um maior conhecimento sobre história da vinda desses imigrantes para o Brasil, assim como a busca por personalidades importantes e por registros de povoados e vilas fundados pelos mesmos.

³ FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

⁴ FREITAS, José L.. Triunfo na História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Meridional, 1963.

⁵ Ibid., p. 14

FORTES⁶ foi o pioneiro no estudo sobre os chamados “casais de número”, traçando, através do uso de documentos históricos, a trajetória dos mesmos no processo de colonização das terras do sul do Brasil. O autor refere-se aos antepassados dos ilhéus de forma poética defendendo a hipótese de que os mesmos foram os formadores do Rio Grande do Sul.

A obra de WIEDERSPAHN⁷ também ressalta a importância dos imigrantes para a formação da identidade dos sul-riograndenses. O autor também traça a chegada e o assentamento dos açorianos no sul do país, a fim de ressaltar e reforçar a participação dos mesmos na formação de vilas e povoados no século XVIII e XIX.

As abordagens determinantes para a promoção da construção da memória açoriana pode ser demonstrada por autores como LAYTANO⁸, que considerava a influência açoriana como “avassaladora”:

*“No folclore, no vocabulário, na construção da propriedade e suas casas então, ou nas devoções, hábitos, e o aspecto sociológico que me parece capital que é de representar a força controladora do caudilhismo brasileiro do Rio Grande [...]. Parece-me a grande marca antropológica. A história genealógica ou a história política impregnada de açorianismo ou a vida política ou a vida econômica, também”.*⁹

Segundo LAYTANO, os açorianos formaram e definiram núcleos urbanos de forma definitiva. Para o mesmo, Triunfo pode ser considerado um exemplo desta situação. Seus estudos sobre diversos aspectos das ilhas do arquipélago assim como os traços semelhantes que podem ser detectados em diversas cidades do Brasil, se apresenta como importante fonte de consulta a grande número de trabalhos de pesquisa.

⁶ FORTES, João Borges. Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul. 3ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. (1. ed, 1932).

⁷ WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Instituto Cultural Português, 1979.

⁸ LAYTANO, Dante de. Arquipélago dos Açores. Porto Alegre: Editora EST., 1987.

⁹ Ibid., p.29

Atualmente, diversos estudos foram desenvolvidos, assim como, inúmeros encontros foram organizados, a fim de que, segundo BARROSO¹⁰, se construa a história das raízes açorianas na formação, não só do Rio Grande do Sul, como do Brasil e até mesmo dos Açores. A obra relacionada, organizada por Barroso, reúne importante documentação sobre os açorianos proprietários de terras no Rio Grande do Sul no final do século XVIII.

Além da crescente valorização da descendência açoriana, a imigração de portugueses provindos da ilha da Madeira também passou a ser objeto de estudo, visto que não foram apenas das ilhas dos Açores que se encontraram registros de povoadores nas terras do Brasil meridional. Na publicação de uma coletânea de estudos sobre a imigração madeirense para o Brasil, intitulada de *A Madeira e o Brasil*, o autor PIAZZA¹¹ destaca a origem madeirense do sesmeiro Jerônimo de Ornellas, cuja importância para este trabalho se demonstra em seu estudo quando apresenta a sua descendência e sua transferência para Triunfo em 1752. Sua filha Antônia da Costa Barbosa se casou com o proprietário da sesmaria onde iniciou o povoado de Triunfo, Manoel Gonçalves Meirelles.

Nos diversos estudos sobre a imigração açoriana e madeirense para as terras do sul do Brasil é referenciada a existência de uma Provisão Régia de Nove de Agosto de 1747, que disciplinava a vinda dos imigrantes dos Açores e da Madeira, assim como, ordenava a implantação dos mesmos nas terras prometidas. Através do estudo das ordens contidas nesta carta, será possível que se estabeleça uma análise comparativa na forma como era indicado o assentamento e a distribuição dos casais nas terras que estariam disponíveis para os mesmos, além da forma como deveriam ser instalados equipamentos como a Igreja, a Praça, os logradouros públicos e as casas, formando, desta forma, o núcleo urbano. No estudo de FORTES, encontra-se uma transcrição da Provisão Régia de Nove de agosto de 1747.

¹⁰ BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org). *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre: Edições EST, 2002.

¹¹ PIAZZA, Walter. Jerônimo de Ornellas: um madeirense no Brasil-Meridional (1690-1771). In, *A Madeira e o Brasil. Coletânea de estudos*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.

1.3.1. Processo de formação de cidades de colonização portuguesa no Brasil

A formação dos primeiros aglomerados urbanos no Brasil, e depois a formação de vilas e cidades, estava diretamente ligada ao tipo de função que deveriam exercer, assim como à atividade exploratória que impulsionava a economia em cada período. A formação urbana do Brasil como reflexo da tradição portuguesa pode ser melhor percebida durante o período em que o mesmo foi colônia de Portugal, pois foi nesta fase que foi fundado um grande número de vilas e cidades de acordo com as premissas portuguesas. Sendo assim a bibliografia consultada tem como ênfase o período colonial, que apresenta maior relevância para este trabalho.

As primeiras ocupações do território brasileiro pelos portugueses, a partir do século XVI, deram-se na costa, através das expedições exploratórias. Através das mesmas, os portugueses reconheceram a existência do pau-brasil, que tinha valor no mercado europeu, e iniciaram o processo de fixação no território através da construção de feitorias.

Segundo TELLES,¹² a partir de 1530, o território brasileiro passou a ser dividido em capitanias hereditárias. Estas eram faixas de terra que tinham como limite, a leste, a costa, a oeste, a linha do Tratado de Tordesilhas, e a norte e sul, dois paralelos especificados para cada capitania. As mesmas eram doadas a pessoas próximas do rei, que as governavam com plenos poderes, não podendo, no entanto vendê-las ou dividi-las, pois eram hereditárias e somente poderiam ser passadas a seus herdeiros. Os donatários eram responsáveis pela povoação e organização da capitania, sendo permitido a ele fundar vilas e conceder sesmarias. Desta forma, neste período os donatários fundaram muitas vilas que se caracterizavam pela tradição vernácula se adequando às políticas de ocupação do território. Em geral, o sítio escolhido era acidentado e o núcleo disposto na parte alta. O traçado viário

¹² TELLES, Augusto C. da Silva. Ocupação do litoral, entradas para o interior do continente e definição das fronteiras. In, ARQUITETURA NA FORMAÇÃO DO BRASIL. Organizado por Briane Elisabeth Panitz Bicca e Paulo Renato Silveira Bicca. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2008.

acompanhava a topografia sem maior preocupação com a rigidez formal. Os edifícios religiosos e administrativos ocupavam lugar de destaque no contexto urbano.

Depois de diversas experiências, os portugueses descobriram que a produção de açúcar em terras brasileiras seria uma alternativa de grande lucro. A costa do nordeste foi a maior produtora, pois tinha um solo adequado e se situava mais próxima da Europa, para onde era enviada a produção. Desta forma as principais vilas fundadas durante este período se concentraram junto à costa e serviam de base para o armazenamento e a exportação do açúcar, assim como servia às famílias dos senhores de engenho e aos comerciantes fixos.

No entanto, o sistema de capitanias hereditárias não obteve êxito, e D. João III desapropriou a Capitania da Bahia para ali estabelecer, em 1549, o Governo Geral do Brasil, do qual Tomé de Souza foi o primeiro governador. A sede do governo e passou a se chamar Salvador da Bahia de Todos os Santos. Com Tomé de Souza, vieram de Portugal os primeiros jesuítas. A partir deste período, com o crescimento da economia açucareira, a Coroa Portuguesa passou a se preocupar com a estruturação da colonização no Brasil e iniciou o processo de ordenação das vilas fundadas.

Segundo REIS FILHO¹³ as vilas e cidades fundadas pela Coroa seguiam planos regulares desenvolvidos por arquitetos e engenheiros militares de Portugal, como por exemplo, Salvador e Rio de Janeiro. A partir de então, foram estabelecidas diretrizes específicas para a fundação de cada nova vila ou cidade, que levavam em consideração a escolha do sítio, a função econômica, cívica ou religiosa e a disposição dos equipamentos.

A escolha do sítio dependia das condições de defesa e abastecimento, destacando-se as áreas altas, junto à costa ou a um rio, com presença de água potável abundante, com terras boas para a agricultura e para o pasto. Posteriormente, com o crescimento de algumas vilas, o tecido se expandiu para a área baixa, junto à costa e próxima do comércio marítimo, criando, assim como em Portugal, a cidade alta e a cidade baixa.

¹³ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora Pini, 2000.

Os primeiros povoados foram implantados junto à costa, mas cedo se percebeu que esta posição era muito vulnerável ao ataque de piratas e corsários. Por isso, passaram a ser implantados em locais mais protegidos.

O traçado era desenvolvido conforme as condições do sítio, sendo irregular quando o sítio era muito acidentado e regular quando o terreno era plano. Os portugueses já estavam aplicando o urbanismo renascentista, tanto nas intervenções em cidades portuguesas, como na fundação de novas cidades ou vilas em suas colônias. No entanto, conforme a necessidade de uma estrutura regular, ou conforme a importância do núcleo urbano, a regularidade do traçado era estabelecida.

Para o autor, a formação inicial do povoado era de responsabilidade do povoador e não foi estabelecida a rigidez da malha. Nos pequenos núcleos, as edificações religiosas e administrativas iam sendo construídas em pontos estratégicos e a malha urbana deveria conectá-las, através de caminhos por onde se construíam as casas e que se tornariam diretrizes para a formação do tecido urbano. Como consequência, muitas vezes, se formavam traçados irregulares que também não levavam em consideração a topografia, visto que muitas ruas formavam grandes ladeiras. No entanto, a partir do século XVII, muitas vilas que se formaram com um núcleo inicial irregular, passaram a apresentar um crescimento planejado, com traçado regular, resultante do crescimento da importância da mesma para a Coroa.

REIS FILHO também considera que as praças eram o ponto de grande importância na formação da estrutura dos núcleos urbanos de forma geral, independente da dimensão. Ao redor das mesmas se localizavam os edifícios públicos, as igrejas e os conventos. Diante da casa de Câmara era implantado o pelourinho, que simbolizava a autonomia municipal e servia para expor os condenados à vista pública.

Nas praças também se desenvolviam atividades de feira e mercado, criando a função comercial da praça, que em alguns casos foram denominadas de Praça do Mercado. Estas poderiam estar ligadas com a função civil, na mesma praça, junto da Casa de Câmara, ou junto ao porto, quando existisse esta atividade na vila.

No final do século XVII, através das penetrações bandeirantes no interior, foi descoberto ouro inicialmente nas terras da capitania de São Paulo, no atual estado de Minas Gerais, impulsionando a economia da colônia e criando um intenso período de povoação e formação de núcleos urbanos. Posteriormente foram descobertas áreas de mineração em Goiás e Mato Grosso, expandindo a ocupação territorial para além dos limites do Tratado de Tordesilhas (1494). As populações mineradoras, que eram compostas por brancos, negros, mestiços e também por cristãos-novos, formaram novas vilas e povoados que tinham como característica a forma espontânea.

Segundo DELSON¹⁴ os pequenos povoados formados na região da mineração não tinham sua origem ligada diretamente aos locais de extração dos minérios, e sim, aos pontos de comércio de apoio aos mesmos localizados junto às estradas que os interligavam. Estes núcleos se desenvolveram de forma alongada e tinham uma pequena capela que se implantava de forma independente junto a um largo. Já as vilas e cidades mais importantes, que se tornaram centros regionais, tiveram sua formação controlada pela Coroa e deveriam seguir diretrizes ou planejamento.

Primeiramente, as diretrizes estipuladas pela Coroa orientavam a escolha do sítio, que deveria ser saudável, junto a um rio ou fonte de água, próximo das áreas de mineração, e não orientavam o traçado das ruas ou a localização das funções urbanas, ficando claro que não havia preocupação com rigidez formal. Além disso, a topografia acidentada da região da mineração não era propícia para a implantação da malha em retícula.

A configuração das vilas auríferas tinha como característica comum a presença da Casa de Câmara e Cadeia na praça principal. O poder religioso teve grande influência sobre os núcleos urbanos e a presença de um grande número de igrejas também era característica destas vilas. As ruas podiam formar ladeiras íngremes devido à topografia acentuada e a parte alta era destinada à implantação dos equipamentos mais importantes, como a matriz e a Casa de Câmara.

¹⁴ DELSON, Roberta M. Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.

O desenvolvimento urbano e o crescimento econômico das novas vilas da região da mineração atraíram profissionais portugueses da área da construção e das artes, que contribuíram para o enriquecimento da arquitetura produzida neste período. Além disso, foram também responsáveis pelo treinamento da mão de obra local. Desta forma, desenvolveu-se, posteriormente, o planejamento das novas vilas e a reformulação de vilas já existentes.

Segundo a autora, a Coroa passou a sentir necessidade de organizar as zonas mineiras e as vilas existentes passaram a seguir medidas de alinhamento predial e reestruturação, assim como novas vilas planejadas foram fundadas em novas zonas de exploração. As ruas passaram a seguir um padrão reticular e deveriam ser largas e ladeadas por edificações alinhadas. Os pomares das casas passaram para os fundos, criando uma unidade e continuidade na fachada da rua. Esta organização rígida dos espaços dificilmente pode ser identificada nas zonas de mineração, concluindo-se que teria sido uma necessidade utópica da Coroa.

Além da zona de mineração se desenvolver, a ligação da mesma com a costa, para a utilização do porto de exportação, se deu através de Parati e do Rio de Janeiro, que posteriormente, passou a ser sede do Governo Geral, em 1763. Desta forma, foi criado um “Caminho Real” de ligação, o que proporcionou a criação de uma nova rede urbana.

DELSON também afirma que no período pombalino, durante a segunda metade do século XVIII, a principal área de intervenção das políticas urbanizadoras foi a região amazônica. As vilas fundadas no período pombalino adotaram o traçado ortogonal, com a presença da praça principal no centro, onde se localizava a Matriz, o pelourinho e a Casa de Câmara e Cadeia, e as edificações deveriam ser alinhadas e uniformes. A praça adquiriu maior importância e passou a ser geradora da malha urbana, podendo não ser única, e se dividir de acordo com as funções, religiosa e civil.

No entanto, a regularidade prevista pelos planos pombalinos não sobrepueram a tradição portuguesa de adaptação ao sítio, quando necessária.

A delimitação das terras de Portugal, através do Tratado de Tordesilhas (1494), resultou em uma maior ocupação da costa brasileira, tendo como limite na

parte sul, as terras do atual estado de Santa Catarina. Desta forma, as terras pertencentes ao atual Rio Grande do Sul, foram inicialmente ocupadas pelos jesuítas, nos aldeamentos missionários, povoando a parte central e norte do atual estado. No entanto, por ação dos bandeirantes, estas missões foram destruídas, fazendo com que os jesuítas passassem a ocupar a parte noroeste.

Segundo CURTIS¹⁵ para dar suporte à atividade mineradora, a região sul do país passou a desenvolver a criação de gado e uma nova rede urbana se configurou, porém em uma intensidade populacional menor. Devido ao movimento de fornecimento de gado para a região mineradora, através do tropeirismo, o povoamento inicial da região sul se intensificou no interior, não se configurando a urbanização litorânea.

Segundo SOUZA¹⁶, a Coroa Portuguesa, portanto, ficava geograficamente impedida de controlar o comércio da prata, que se estabelecia pela Coroa espanhola na região do Peru e Bolívia e que era escoado irregularmente por Buenos Aires, pelo Rio da Prata. Em 1680, Portugal invadiu as terras espanholas e fundou a Colônia do Sacramento, a fim de disputar o comércio da prata. Foi a partir da fundação da Colônia do Sacramento que uma nova rota de povoação das terras do sul se desenvolveu.

Rio Grande foi um exemplo de povoado fundado neste contexto e que recebeu projeto de colonização subsidiada com colonos das ilhas dos Açores e da Madeira. Além de Rio Grande, foram enviados colonos para outros pontos estratégicos da região sul.

Para CURTIS, a rede urbana do Rio Grande do Sul se desenvolveu com maior intensidade a partir século XVIII, quando as coroas espanholas e portuguesas assinaram o Tratado de Madri, em 1750. Esse tratado propunha a troca da Colônia do

¹⁵ CURTIS, J. N. B de. Arquitetura e economia do gado na região sul. In, ARQUITETURA NA FORMAÇÃO DO BRASIL. Organizado por Briane Elisabeth Panitz Bicca e Paulo Renato Silveira Bicca. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2008.

¹⁶ SOUZA, Célia Ferraz de. Contrastes regionais e formações urbanas. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

Sacramento pelos Sete Povos das Missões. Importantes centros urbanos foram fundados para povoar e controlar as terras do sul, no caminho para Colônia do Sacramento.

No entanto, a denúncia deste tratado veio a impedir esta troca, fazendo com que os açorianos que estavam inicialmente determinados a ocupar as Missões, acabassem se estabelecendo no caminho às mesmas, onde criaram novos povoados ou aumentaram a população dos já existentes.

Alguns povoados como Santo Amaro e Taquarí receberam os colonos que não chegaram até as Missões. Até o final do século XVIII, os principais povoados do sul estavam localizados no percurso da penetração das terras do interior através da Lagoa dos Patos e do Rio Jacuí. O caso de Triunfo também se insere neste contexto.

Neste mesmo processo de ocupação, uma nova rede urbana estabeleceu-se em pontos estratégicos de defesa, como por exemplo, junto da Lagoa dos Patos e no curso do Rio Jacuí, onde foi localizada, por exemplo, a vila de Rio Pardo, fortificada para a defesa da região. Durante este período, a política urbanizadora de ocupação do território pelos portugueses era estabelecida pela construção de fortificações, pela concessão de sesmarias e pela fundação de vilas.

Durante o século XVIII, Portugal passou a reestruturar o povoamento do Brasil, para melhor se estabelecer e proteger seu território. As vilas e cidades passaram a seguir planos de controle urbanístico e as zonas sulinas passaram a ter seu povoamento intensificado. Segundo RHODEN¹⁷, as novas comunidades açorianas deveriam seguir uma provisão régia que orientava a construção da vila, através de normas de traçado das ruas e dos elementos arquitetônicos. Esta era datada de agosto 1747 e instituía a dimensão das ruas em no mínimo 40 palmos de largura e a praça deveria ser quadrada e medir 500 palmos de lado. As casas deveriam se dispor em ordem, e dispor de pátios laterais e nos fundos para o plantio de pomares e horta.

¹⁷ RHODEN, Luiz Fernando. Os Traçados Urbanos. In, BOEIRA, Nelson / GOLIN, Tau (coord.). História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 1 – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

No entanto, muitas dificuldades impediram a prévia organização do espaço para o recebimento dos colonos. Quando as primeiras famílias chegaram, muitas delas tiveram de ser assentadas sem as condições que haviam sido prometidas. Para RODHEN, o único povoado do Rio Grande do Sul que foi criado pelos engenheiros militares nesse período e baseado na provisão régia em questão foi Santo Amaro, localizado na margem do Rio Jacuí. A demarcação dos lotes foi traçada para acomodar os casais açorianos que se estabeleceram na região. Santo Amaro apresentava uma grande praça onde se localizava a Matriz e as casas geminadas e o traçado regular era adaptado ao sítio.

Além de Santo Amaro, a cidade de Taquarí também poderia ser incluída neste contexto de formação.

Além do entendimento do processo de ocupação dos portugueses nas terras brasileiras, contextualizando historicamente a formação de Triunfo, através da análise de importantes autores, faz-se necessária também para esta pesquisa, a revisão das abordagens teóricas relevantes, sobre a questão da imigração açoriana no Brasil, conforme apresentado a seguir.

1.4. As abordagens relevantes

Destaca-se a existência de abordagens que polemizam a chamada herança cultural açoriana. Segundo VIEIRA¹⁸ e PEREIRA¹⁹, as características apontadas como açorianas, puderam ser detectadas tanto no continente como também na ilha da Madeira. Por exemplo, as festas do Divino Espírito Santo, tidas como características da cultura açoriana, foram evidenciadas na Madeira e no continente, sendo esta, portanto uma ressonância portuguesa de maneira geral.

¹⁸ VIEIRA, Alberto. Da madeira ao Brasil. Um percurso de ida e volta. In, A Madeira e o Brasil. Coletânea de estudos. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.

¹⁹ PEREIRA, Nereu do Vale. A participação madeirense na colonização da Ilha de Santa Catarina. In, A Madeira e o Brasil. Coletânea de estudos. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.

Segundo HAMEISTER)²⁰, autores como Wiederspahn e Fortes consideram os açorianos como um grupo coeso e homogêneo, dada a sua origem comum, um grupo já construído como tal desde antes de sua chegada ao Continente, haja vista todos terem a origem comum insulana. Segundo a autora, os mesmos não salientam as diferenças entre os imigrantes açorianos, tratando o termo açoriano, como uma característica única. Critica também o termo açoriano utilizado como pertencente a uma predeterminação pelo local de nascimento e não uma relação entre um determinado grupo de pessoas e aquilo que encontraram na nova localidade para onde se dirigiam. Desta forma, o termo tem sido tratado não como um processo histórico, e sim, como uma situação atemporal.

Na realização de estudos sobre a origem das cidades rio-grandenses, WEIMER²¹ levanta a questão sobre como seria a forma das cidades chamadas “açorianas”, concluindo que não existem fundamentações para que se considerem açorianas diversas cidades do sul do país que passaram a utilizar este título. O autor considera o *“mito dos povoados açorianos”* o fato de que a especificidade do sítio dos povoados no Arquipélago dos Açores, isolado em pleno mar, com fortes declividades e de formação vulcânica, não se identificou nos povoados do sul do Brasil, e sim, as características comuns aos povoados portugueses de uma maneira geral. No entanto, aponta Triunfo como um povoado com maiores semelhanças com as vilas dos Açores devido ao seu traçado espontâneo, que se aproxima das tradicionais aldeias-ponto.

Outra abordagem relevante para o desenvolvimento desta pesquisa está relacionada ao estudo da forma de concepção das cidades portuguesas e das cidades de origem portuguesa, destacando as diferentes tipologias de malha urbana, assim como a forma como os principais equipamentos foram implantados e suas determinantes geográficas.

²⁰ HAMEISTER, Martha Daisson. Notas sobre a construção da “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil ao século XVIII. In, Anos 90, Revista do Programa de Pós –Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS. Vol. 12 n 21/22, pag. 53-101, 2005.

²¹ WEIMER, Günter. Origem e Evolução das Cidades Rio-Grandenses. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

Para a análise dos tipos de configuração espacial urbana das cidades portuguesas e de suas colônias, as abordagens de REIS FILHO²² e de DELSON²³ são consideradas relevantes para o estudo, visto que são destacados pela construção teórica de que os portugueses dominavam a regularidade dos traçados, exaltando, portanto, a sabedoria dos mesmos na complexidade de seus traçados e na adaptação dos mesmos aos condicionantes naturais ou sócio-políticos.

REIS FILHO também traz a importante contribuição na abordagem do processo urbano, considerando o mesmo como um processo social. O autor considera o fenômeno da urbanização no Brasil colonial através de *configurações específicas*, não podendo ser explicada através de modelos utilizados para analisar as cidades européias.

1.5. O problema de pesquisa

Através da análise das abordagens consideradas relevantes para o estudo, é possível que se estabeleça a problemática quanto à origem de cidades. Qual a fundamentação da caracterização de cidades brasileiras como açorianas? Quais características peculiares das cidades do sul do Brasil podem ser identificadas apenas nas cidades do Arquipélago dos Açores e que não são identificadas nas cidades portuguesas madeirenses ou do continente?

Diversas fontes de estudo, acerca da origem da cidade de Triunfo, juntamente com descrições de órgãos nacionais que protegem o patrimônio do país, apontam a mesma como “cidade tipicamente açoriana”, ou “cidade fundada por açorianos”.

Desta forma, surge a questão: por que a cidade de Triunfo foi titulada de cidade açoriana? Quais características peculiares presentes no passado desta cidade são identificadas nas cidades dos Açores e não podem ser identificadas nas cidades portuguesas ou nas cidades colonizadas pelos mesmos? Poderia ser

²² REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora Pini, 2000.

²³ DELSON, Roberta M. *Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.

destacada a presença da edificação religiosa típica dos Açores, o Império do Divino Espírito Santo. Porém, o mesmo encontra-se em estado de ruína, sendo o mesmo o único exemplar ainda de pé no estado. Poderia uma cidade que se considera típica de uma cultura, deixar uma referência cultural da mesma prestes a desaparecer?

Desta forma, foi estabelecida a seguinte questão a ser desenvolvida:

- Qual a relação da presença dos imigrantes açorianos no processo de formação das cidades do sul do país no século XVIII? Pode ser percebida a sua influência nas configurações espaciais do núcleo urbano de origem, ou a formação das mesmas estabeleceu-se de acordo com as premissas portuguesas?

1.6. Quadro metodológico

1.6.1. As hipóteses de trabalho

As cidades do sul do país, conforme documentos e estudos realizados podem comprovar, receberam um número considerável de imigrantes açorianos no período de colonização do mesmo. Desta forma, acredita-se que muitos açorianos foram responsáveis ou contribuíram para a formação de núcleos urbanos. Porém, esta hipótese não pôde ser constatada de forma precisa através dos estudos realizados, visto que estes apresentam contribuições dos açorianos na formação das cidades de forma semelhante às dos portugueses de uma maneira geral.

Desta forma, foram estabelecidas as seguintes **hipóteses**:

- Mesmo constatando-se uma **presença predominante de imigrantes açorianos** na formação de cidades do sul do Brasil, no século XVIII, a implantação e a configuração urbana das mesmas seguiram **as mesmas características das cidades coloniais portuguesas**.

- Não sendo possível detectar um padrão de assentamento estabelecido através de alguma regra ou norma régia, a formação das cidades do sul do Brasil, no

século XVIII, pelos portugueses do continente e insulares, se deu de forma espontânea, segundo características peculiares das **regiões de origem de seus povoadores**.

1.6.2. Objeto empírico

A cidade de Triunfo (figura 1) se apresenta como um importante exemplar de núcleo urbano representativo do período de colonização do país. Seu núcleo histórico possui um conjunto de edificações de valor arquitetônico e histórico significativo para a memória de seus habitantes e também para a história da formação do Rio Grande do Sul.



Figura 1: Imagem aérea atual de Triunfo. Fonte: Google Earth.

Triunfo é caracterizada como típica açoriana de acordo com órgãos oficiais municipais e nacionais. A Prefeitura Municipal de Triunfo promove a cultura açoriana em suas ações na área do turismo e em atividades culturais.

O IPHAN²⁴, órgão nacional que protege uma edificação histórica da cidade, o Museu Municipal Bento Gonçalves, descreve Triunfo, no processo de tombamento do mesmo, como cidade “fundada” por colonos açorianos:

“Descrição: A casa onde nasceu Bento Gonçalves foi construída por seu avô, depois de 1754, na cidade de Bom Jesus do Triunfo, fundada por colonos açorianos, às margens do Rio Jacuí, entre 1754 e 1755.”(...)²⁵

Através da análise do período de formação do núcleo inicial da cidade de Triunfo nos séculos XVIII e XIX, é possível que se compreenda a origem de uma cidade que é considerada oficialmente como de origem açoriana. O quadro evolutivo que será desenvolvido neste trabalho pretende compor uma base para o conhecimento de quem foram os responsáveis pela principal conformação urbana do primeiro núcleo de povoação da cidade.

A análise dos mapas de Triunfo tem como recorte temporal a formação do primeiro núcleo a partir de meados do século XVIII, quando se instalou a freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, e termina no final do século XIX, quando o traçado principal já havia se configurado. Desta forma é possível que se compreenda as principais características culturais e históricas da evolução urbana da cidade.

O registro mais antigo da cidade encontrado nos acervos públicos foi o levantamento realizado pela Câmara Municipal no ano de 1896. Baseado neste levantamento, foi desenhado um mapa (figura 2) que será utilizado como referência para esta pesquisa.

²⁴ IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

²⁵ Trecho do processo de Tombamento do Museu Municipal Bento Gonçalves, em Triunfo. Fonte: Livro do Tombo - Livro Histórico. Inscrição 129. Nº Processo: 0094-T-38. Arquivo Noronha Santos. IPHAN.

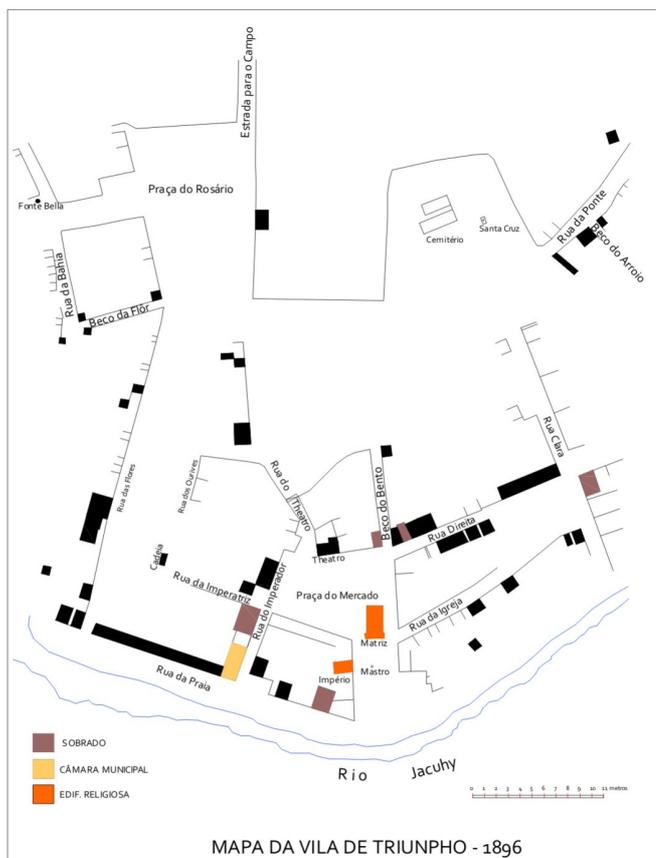


Figura 2: Mapa baseado no levantamento da Vila de Triunpho de 1896.

1.6.3. Coleta, tratamento e análise dos dados

Para que se avaliem as hipóteses iniciais, torna-se necessário que se responda a questão fundamental sobre a presença considerável de açorianos na formação das cidades do sul do Brasil consideradas como “açorianas”. A coleta de dados deste trabalho investiga se é possível constatar uma maioria de imigrantes açorianos na formação da cidade de Triunfo?

O quadro metodológico desenvolvido pretende compor uma base para o conhecimento de quem foram os responsáveis pela conformação urbana do primeiro núcleo de povoação da cidade. Portanto, será verificada a genealogia das primeiras famílias que batizaram seus filhos na Freguesia Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, procurando estabelecer a proporção de imigrantes açorianos em relação ao registro de provenientes de outras localidades.

Os primeiros livros de Batizados (1757 – 1831) e o primeiro Livro de Casamentos (1757 – 1794) se encontram digitados e disponíveis para pesquisa no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul. Estes registros se encontram sistematizados e organizados no estudo de FABRÍCIO²⁶, que apresenta um importante levantamento sobre a genealogia dos primeiros habitantes da freguesia de Triunfo. Este estudo foi baseado no registro do Livro n° 1 de Batizados (1757 – 1786) da freguesia, e completados pelo Livro n° 2 de Batizados e pelo Livro n° 1 de Casamentos.

O levantamento de FABRÍCIO foi utilizado para compor a **Tabela 1** (ver anexo 1), onde foram relacionados os seguintes dados:

Cabeça de casal	Origem	Filhos batizados em Triunfo	Total de filhos
-----------------	--------	-----------------------------	-----------------

A divisão das localidades de origem das famílias foi estabelecida através de uma primeira análise dos dados existentes no estudo de FABRÍCIO. Através das principais localidades encontradas, foi feita a divisão entre portugueses do continente, do arquipélago dos Açores e da ilha da Madeira e famílias registradas no Brasil. Através deste quadro estabeleceu-se a base para a escolha das cidades de origem dos imigrantes que compõe a **Tabela 1**, que serão analisadas no estudo comparativo com a configuração espacial do núcleo inicial de formação da cidade de Triunfo.

A partir da análise das regiões de origem dos imigrantes que constam na **Tabela 1**, foram selecionadas cidades portuguesas do continente e cidades portuguesas do arquipélago dos Açores para um estudo dos aspectos tipológicos da malha urbana de formação destes núcleos, a fim de que possa ser identificada alguma especificidade conforme a região.

O critério de escolha da amostra tem como base as regiões mais representativas percentualmente na **Tabela 1**, que se apresentam na **Tabela 2** e na

²⁶ FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

Tabela 3. Foi feita a divisão espacial por ilhas, nos Açores, e por distritos, no continente.

Tabela 2

Distritos de Portugal continental presentes na Tabela 1.

DISTRITO	PORCENTAGEM
LISBOA	22
BRAGA	19
PORTO	16
VIANA DO CASTELO	16
VILA REAL	9
UISEU	6
AVEIRO	3
COIMBRA	3
FARO	3
SANTARÉM	3

Fonte dos dados: FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

Tabela 3

Ilhas dos Açores presentes na Tabela 1.

ILHA	PORCENTAGEM
SÃO JORGE	39
FAIAL	23
TERCEIRA	15
PICO	10
SÃO MIGUEL	6
SANTA MARIA	3,5
GRACIOSA	3,5

Fonte dos dados: FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

Percebe-se a predominância de povoadores de origem do norte de Portugal e de Lisboa, assim como das ilhas de São Jorge, Faial e Pico. Estas regiões foram definidoras na escolha das cidades estudadas. Na descrição da naturalidade dos povoadores açorianos não era discriminada a vila ou cidade, constando nos registros apenas as ilhas. Desta forma foram selecionadas para o estudo os principais conjuntos urbanos das ilhas que tiveram a maior porcentagem. Da Ilha de São Jorge, considerou-se a vila de **Velas**, da Ilha do Faial, a cidade de **Horta** e da Ilha Terceira, a cidade de **Angra do Heroísmo**.

No entanto, para a definição das cidades do continente torna-se necessário outro critério de amostragem, pois apenas o distrito não seria suficiente. Para a definição da amostra, foram selecionadas as famílias do continente que batizaram o maior número de filhos na freguesia, visto que, seriam as famílias que comprovaram sua permanência na região. Através dos registros que constam no estudo de FABRÍCIO, foi então, composta a **Tabela 4**, onde foram destacadas estas famílias e suas regiões de origem.

Através da região de origem, foi destacada a cidade correspondente. **Ponte de Lima**, **Mondim de Basto** e **Monção** tiveram a maior incidência. As demais

idades que constaram nos registros foram Guimarães, Lisboa e Pejeiros. Lisboa se apresenta como uma cidade de dimensões e destaque muito maiores e, sendo capital do país, dificultaria sua relação de comparação com uma cidade do porte de Triunfo. Não foi encontrada cidade ou vila com a grafia de “Pegeiros”, apenas Pigeiros, que é uma freguesia com pouca densidade populacional e não apresenta conjunto urbano de destaque. Sendo assim, selecionou-se a cidade de **Guimarães** para o estudo comparativo, sendo esta, considerada importante dentro da evolução da rede urbana de Portugal.

Tabela 4

Famílias que comprovam permanência na freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunpho e relação das regiões de origem.

Nº TABELA 1	CABEÇA DE CASAL	ORIGEM	FILHOS NASCIDOS TRIUNFO	DISTRITO	CIDADE
136	LUIZ VICENTE PACHECO DE MIRANDA	Ponte de Lima, arceb. Braga	12	VIANA DO CASTELO	PONTE DE LIMA
54	FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA RAPOSO	Monção do Minho, arceb. Braga	11	VIANA DO CASTELO	MONÇÃO
88	JOÃO FRANCISCO DE ALMEIDA	Pejeiros, bispado Coimbra	11	AVEIRO	PEJEIROS
102	JACINTO ROQUE PEREIRA GUIMARÃES	Guimarães / F. S. Sebastião	9	BRAGA	GUIMARÃES
44	DOMINGOS FRANCISCO	Torres Vedras, arceb. Lisboa	8	LISBOA	LISBOA
109	JOSÉ FERNANDES PETIM	Monção do Minho / arceb. Braga	7	VIANA DO CASTELO	MONÇÃO
140	MANUEL ALVES DE CARVALHO	Mondim de Bastos / arceb. Braga	7	VILA REAL	MONDIM DE BASTO
150	MANUEL GONÇALVES MEIRELES	Mondim de Basto / bispado Porto	6	VILA REAL	MONDIM DE BASTO
22	ANTÔNIO JOSÉ MACHADO DE ARAUJO	Ponte de Lima, arceb. Braga	5	VIANA DO CASTELO	PONTE DE LIMA

Fonte dos dados: FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

As cidades ou vilas portuguesas a serem analisadas, estão apresentadas na **Tabela 5**, que resume, portanto a metodologia deste trabalho:

Tabela 5 - Metodologia

Definição das cidades ou vilas a serem analisadas.

	DISTRITO / ILHA	CIDADE
CONTINENTE	VIANA DO CASTELO	PONTE DE LIMA
	VIANA DO CASTELO	MONÇÃO
	BRAGA	GUIMARÃES
	VILA REAL	MONDIM DE BASTO
ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES	SÃO JORGE	VELAS
	FAIAL	HORTA
	TERCEIRA	ANGRA DO HEROÍSMO

Fonte: a autora.

O conjunto das cidades selecionadas poderá fornecer um panorama diversificado de tipos urbanos. As mesmas apresentam em comum com a cidade de

Triunfo, em um primeiro momento, apenas o fato de estarem localizadas em regiões de onde proveio a maior parte das famílias responsáveis pela formação do núcleo urbano inicial da cidade. Porém, através da análise comparativa das mesmas, poderão ser detectados aspectos particulares significativos para a compreensão de uma maior relação com as cidades portuguesas.

No encaminhamento desta pesquisa, serão desenvolvidas as análises da configuração espacial das cidades selecionadas na **Tabela 5**, assim como o contexto histórico, político e econômico em que se desenvolveram, apresentando, desta forma, um conjunto de informações que serão necessárias para o estudo comparativo.

- Sítio: localização, topografia, fontes de água
- Origem e processo de formação urbana
- Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado
- Função e atividades predominantes originais

Para fundamentar a análise comparativa, considerou-se de grande relevância a **Pesquisa de Campo** nas cidades portuguesas. Sendo assim, foi feito o levantamento de dados em Portugal, no mês de setembro de 2009, durante quinze dias, onde foram visitadas pessoalmente todas as cidades determinadas na metodologia. Nestas cidades, foi investigada a existência de aspectos peculiares do sistema espacial de organização da cidade portuguesa, tais como:

- Localização e implantação da igreja matriz;
- Localização e implantação da praça da igreja;
- Localização e implantação da praça cívica e do mercado;
- Localização e orientação da rua Direita;
- Presença de Impérios.

Além da busca pelos dados descritos, foram visitados órgãos públicos municipais como arquivos e bibliotecas públicas, câmaras municipais e mapotecas. O material coletado em pesquisa bibliográfica e em observação e análise locais, foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa e para a consolidação da metodologia proposta.

Através do conjunto de dados bibliográficos e da pesquisa de campo, foi formado o embasamento para a comparação das cidades portuguesas com a cidade de Triunfo, relacionando, desta forma, a possível influência das mesmas sobre sua configuração urbana original.

1.7. Estrutura da pesquisa

O desenvolvimento da pesquisa foi estruturado em quatro capítulos. O capítulo dois, a seguir, apresenta um estudo das cidades portuguesas continentais. Ele inicia com a análise do processo de formação urbana de Portugal continental, desde as primeiras consolidações do espaço urbano, até o século XVIII, levantando questões históricas, políticas e econômicas relevantes. Após esta introdução são analisadas as cidades de Guimarães, Monção, Ponte de Lima e a vila de Mondim de Basto. O capítulo três segue o mesmo formato, introduzido pela análise da formação das cidades portuguesas do arquipélago dos Açores e posteriormente, seguem as análises da vila de Velas e das cidades de Horta e Angra do Heroísmo.

No capítulo quatro se desenvolveu o estudo sobre a formação da cidade de Triunfo, objeto desta pesquisa. O formato do capítulo seguiu a mesma estrutura dos anteriores, abrangendo, no entanto, um conjunto maior de dados analisados. No último capítulo do desenvolvimento da pesquisa foram apresentadas a análise comparativa e os primeiros resultados. Os resultados finais e conclusivos estão descritos nas considerações finais desta pesquisa.

2. PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS CIDADES DE PORTUGAL CONTINENTAL

As cidades portuguesas se desenvolveram sobre estruturas urbanas que se originaram no decorrer do processo de ocupação da Península Ibérica. A análise desenvolvida a seguir tem como objeto a estrutura urbana existente durante o período de expansão portuguesa a partir do século XV, a fim de que possa ser estabelecida a relação com as cidades formadas no Brasil no mesmo período.

Sendo assim, o período considerado para análise dos núcleos urbanos portugueses abrange os séculos XV à XVIII, quando se formaram os tecidos urbanos das principais cidades do sul do Brasil. No entanto, o tecido urbano das cidades de Portugal continental, durante este período, tinha como base um tecido pré-existente que decorreu da ocupação urbana anterior, que teve influência dos princípios urbanísticos de diversos povos que ocuparam as terras de Portugal, e de seus diversos reinados posteriores, conforme quadro cronológico a seguir.

Tabela 6

Cronologia da ocupação do território de Portugal continental.

XII - VI a. C.	VI - II a.C.	II a.C. - V d.C.	V- VIII	VIII - XII	XIII	XIII - XVI	XV - XVI	XVII	XVIII
FENÍCIOS	GREGOS CARTAGINESES	ROMANOS	ALANOS VISIGODOS SUEVOS	MOUROS	RECONQUISTA CRISTÃ	URBANISMO MEDIEVAL	URBANISMO RENASCENTISTA D. MANOEL I	PERÍODO FILIPINO RESTAURAÇÃO	PERÍODO POMBALINO

Fonte: a autora.

Portanto, para que o estudo das cidades selecionadas, através da metodologia aplicada nesta pesquisa, possa ser mais objetivo na busca pelos elementos comparativos, primeiramente foram caracterizadas as tipologias urbanas características dos principais momentos históricos que influenciaram a cultura urbana portuguesa.

Através deste panorama sobre o processo de formação e evolução da rede urbana de Portugal, será possível que se compreenda a formação das cidades selecionadas dentro de um contexto geral. Além disso, o processo de formação urbana das cidades de Portugal se deu de forma distinta de acordo com o período histórico, tornando-se necessária a análise cronológica, dentro de cada etapa da ocupação e transformação do espaço urbano no território português.

Desta forma, foi estabelecida a divisão por períodos de ocupação, que inicia com as primeiras configurações urbanas pré-romanas, até as transformações das cidades decorrentes do urbanismo do século XVIII. A abordagem desta divisão cronológica está relacionada à evolução da rede urbana portuguesa, além da análise da morfologia urbana característica de cada período.

a) Ocupação em castros

O período de ocupação da península ibérica, antecedente ao domínio da civilização romana, chamado de Idade do Ferro, resultou na “mistura” de diversas tribos, entre eles os gregos, os Celtas, os Iberos e os Celtiberos.

Esta ocupação caracterizou um tipo de povoado fortificado, no alto de colinas, e foi posteriormente denominado pelos romanos de *castro*. Cada castro era contornado por muralhas para defesa e apenas poucas portas davam acesso ao interior. O interior era formado por casas de planta circular e as ruas eram dispostas de forma irregular. O conjunto de castros formava uma rede com distanciamentos de 25 a 30 quilômetros e estabeleciam uma hierarquia de pequenos centros regionais.

b) Período de ocupação romana

O período em que os romanos ocuparam as terras de Portugal caracterizou-se pela racionalização do espaço e organização do território através de uma rede de aglomerados urbanos interligados por uma complexa rede de interligação e acessibilidade das mesmas.

No período em que dominaram o território português, entre os séculos II A.C. e V D.C., os romanos fundaram novas cidades e ocuparam povoados existentes,

reestruturando os mesmos conforme seu modelo urbanístico característico. A escolha dos sítios tinha como característica a procura pelo interior do território para a implantação dos centros urbanos mais importantes.

A rede urbana formada neste período era hierarquizada, tendo alguns polos principais interligados por estradas que definiram a ocupação do território. O conjunto formado pelo polo principal e pelos aglomerados urbanos do entorno formavam uma *Civita*. Um exemplo de cidade importante do norte de Portugal, fundada pelos romanos e que formou uma *Civita*, é Braga.

A cidade fundada pelos romanos era composta por uma malha urbana ortogonal, com os eixos principais formados pelas ruas centrais perpendiculares entre si. O equipamento urbano principal era o FORUM e se localizava no centro da cidade, na intersecção dos eixos principais. Quando a cidade era pré-existente, o tecido urbano regular tinha de ser adequado ao existente, assim como à topografia, mas de alguma forma a estrutura urbana era modificada.

O período posterior à ocupação romana, quando as terras de Portugal foram invadidas pelos Vândalos e Alanos, posteriormente, pelos Suevos e em 416, pelos Visigodos, não apresentou crescimento da rede urbana, e sim, uma redução no processo de urbanização do território.

c) Período de ocupação muçulmana

A ocupação do território de Portugal pelos muçulmanos se deu a partir do século VIII, principalmente na parte sul. A expansão urbana passou por uma nova fase de crescimento e desenvolvimento, visto que ampliaram as atividades comerciais e as funções administrativas foram restabelecidas.

O norte do território de Portugal não sofreu tanto a influência dos muçulmanos, apesar de terem ocupado centros importantes como Braga e Porto. Desta forma, caracterizou-se uma diferença na morfologia urbana da parte norte e sul de Portugal. Ao sul, a cultura muçulmana proporcionou um maior desenvolvimento dos centros urbanos, e novos aglomerados foram criados, ampliando, desta forma, a malha urbana desta região.

As cidades muçulmanas tinham como característica espaços fechados e sinuosos, com poucos espaços abertos, que muitas vezes, para a atividade de feiras, se localizava extramuros. Muitas ruelas não tinham continuidade e formavam os adarves. As casas eram voltadas para pátios internos e poucas aberturas ou apenas uma porta se dava para a rua.

d) Urbanismo medieval dos séculos XIII e XIV

Durante o período que compreende os séculos VIII a XIII, houve um fortalecimento cristão e a decadência do domínio muçulmano. Este panorama foi determinante para as alterações na rede urbana do território, principalmente do centro para o sul, cujas cidades tinham função de fronteira e foram repovoadas e reorganizadas.

A partir do século XIII, durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis, os centros urbanos já existentes se consolidaram e novas cidades foram fundadas, com característica regular e planeadas. O repovoamento do território, com a fundação de novos povoados se deu através da política de concessão de cartas forais.

As cidades do litoral passaram a assumir um novo papel importante devido ao desenvolvimento da navegação e as cidades do interior tiveram suas funções reduzidas. Apenas as sedes de bispado de Portugal medieval eram consideradas cidades, sendo estas Braga, Évora, Coimbra, Viseu, Lisboa, Porto, Lamego, Silves e Guarda. Os centros urbanos de Santarém, Guimarães e Setúbal, por exemplo, não tinham sido elevadas à titulação de “cidade”, mas tinham funções urbanas tão importantes quanto às mesmas.

A característica da ocupação urbana das novas povoações fundadas neste período era a regularidade. Alguns princípios do urbanismo romano foram retomados e a consolidação do território tinha como diretriz a adoção de um padrão geométrico ortogonal do tecido urbano. A malha regular, a existência de eixos ortogonais, a implantação da praça central, com funções político-administrativa, religiosa e comercial, ou a implantação de várias praças com funções distintas, são características dos ideais urbanísticos deste período.

Nos núcleos urbanos de menores dimensões, a característica comum era a forma alongada, com uma ou duas ruas ortogonais mais importantes que ligavam as portas de entrada da cidade. Outras ruas secundárias se implantavam de forma ortogonal não tão rígida. A função de defesa do território determinou a preferência pelos lugares mais altos, que dificultaram a regularidade do traçado, porém, não a impediram. As muralhas eram localizadas no perímetro urbano, se adequavam à topografia e, em alguns casos, previam uma futura expansão da malha.

Os quarteirões deveriam ser retangulares e compostos de números idênticos de lotes, e estavam voltados para a rua principal e para uma rua secundária na parte de trás. As praças foram sendo desenvolvidas inicialmente nos terrenos vazios junto à muralha, com a função de mercado e o espaço de convívio religioso e político se dava em um largo no centro da malha, formado pelo recuo da igreja.

Na ocupação dos núcleos urbanos já existentes, as características morfológicas não sofreram grandes alterações, sendo desenvolvida organicamente sob o tecido original e podendo ser percebido o traçado regular apenas nas áreas que foram expandidas sobre áreas desocupadas. A influência islâmica permaneceu no traçado de alguns centros urbanos portugueses, mesmo após a retomada cristã, além de que estes mesmos centros tiveram maior índice de urbanização na idade média, devido ao povoamento muçulmano anterior.

e) Urbanismo nos séculos XV e XVI

Este período é caracterizado pelo processo de expansão ultramarina e seu reflexo no processo de urbanização das cidades de Portugal. As cidades litorâneas tiveram um maior crescimento neste período e as cidades do interior declinaram economicamente. O comércio marítimo crescia e o movimento dos portos impulsionou a urbanização e reestruturação de cidades como Porto, Lisboa, Aveiro, Viana do Castelo, Faro e Lagos, levando a um processo de marginalização do interior e do sul de Portugal.

Esta fase também se caracteriza pelo reinado de D. Manoel I, que reorganizou a estrutura administrativa das cidades de Portugal, levando a um novo processo de intervenções urbanas nas mesmas. Em algumas situações, as

intervenções se deram em escala pontual, na modificação de um espaço urbano específico, ou em outros casos, na formação de novos bairros regulares quando a cidade se expandia.

As cidades deveriam se modernizar para a implantação das novas necessidades urbanas que o período do Renascimento exigia. As cidades passaram a ser modificadas e reorganizadas através das Ordenações, que eram leis criadas com o objetivo de regular a vida política e social de Portugal. As Ordenações manuelinas tinham como função, entre outras, a criação de praças Novas, aonde iriam se estabelecer os principais edifícios, como a Misericórdia, a Casa de Câmara e a Igreja Matriz. A mesma deveria ser visualizada através da criação da praça, merecendo destaque na perspectiva do centro da malha urbana, diferentemente do período anterior, onde a igreja se situava junto a outras edificações e adjacente às praças.

Sendo assim, destaca-se neste período o urbanismo Renascentista, que tinha como característica o traçado regular e retilíneo, com praças formadas pela ortogonalidade da malha. A valorização da perspectiva também era característica, com a utilização de eixos visuais que focavam edifícios importantes. Os quarteirões passaram a seguir uma rigidez na forma e proporção. Os lotes, que no urbanismo medieval possuíam duas frentes, passaram a ter apenas uma, excluindo a rua traseira e criando uma nova hierarquia das vias.

O urbanismo português teve o seu maior campo de desenvolvimento nas cidades fundadas durante o período de colonização ultramarina, durante os séculos XV e XVI, e que serão abordados no capítulo seguinte.

f) Urbanismo dos tratados renascentistas - século XVI – XVII

A partir do século XVI, iniciou-se o período da formação de arquitetos e engenheiros militares cujo conhecimento estava baseado na renascença italiana. Através do estudo dos tratados renascentistas, foram desenvolvidas novas técnicas de fortificações e o novo pensamento urbanístico português foi consolidado.

Foram criadas escolas militares onde eram estudadas as técnicas de fortificação que seriam aplicadas na arquitetura e no urbanismo, visto que este

período caracterizou-se pela expansão e defesa do território. Sendo assim, foram desenvolvidos diversos tratados que resumiram as teorias e regras que eram aplicadas nas escolas portuguesas de fortificação e urbanismo.

Os tratados definiam como deveria ser a estrutura urbana das fortificações, criando assim as diretrizes para a formação da cidade. A cidade ideal estabelecida pelos tratados deveria ser contornada pela muralha que formava um polígono regular. No centro da muralha deveria se localizar a Praça de Armas, de onde deveriam sair ruas “direitas” para os baluartes, mais largas, e outras mais estreitas formariam a estrutura ortogonal.

Durante este período, diversas cidades portuguesas tiveram intervenções e foram fortificadas segundo os tratados aplicados pelos engenheiros militares. As cidades que passaram por este processo estavam localizadas nas regiões fronteiriças com o território vizinho, consolidando a defesa terrestre do território. Na costa marítima foram implantados fortes em pontos estratégicos.

A área urbana intramuros se caracterizava pela racionalização das funções. O antigo espaço urbano medieval será transformado e envolvido pela nova muralha. A muralha medieval deixa de existir e o antigo arrabalde onde se localizavam as feiras e os conventos passa a fazer parte da área intramuros, ampliando o tecido urbano. A nova área urbana teve de se adaptar ao sítio, criando zonas altas e baixas, assim como a irregularidade da nova muralha, visto que neste período, a rede urbana de Portugal continental não ampliou, apenas foram reestruturadas cidades já existentes.

O antigo núcleo medieval ficava localizado de forma adjacente ao novo perímetro, criando um tecido de expansão de forma radial em direção às novas portas da muralha. A função religiosa da cidade perdeu força e alguns edifícios religiosos passaram a sediar funções militares como quartéis. Assim, foram modificadas cidades como Monção, Estremoz e Valença.

g) Urbanismo no século XVIII

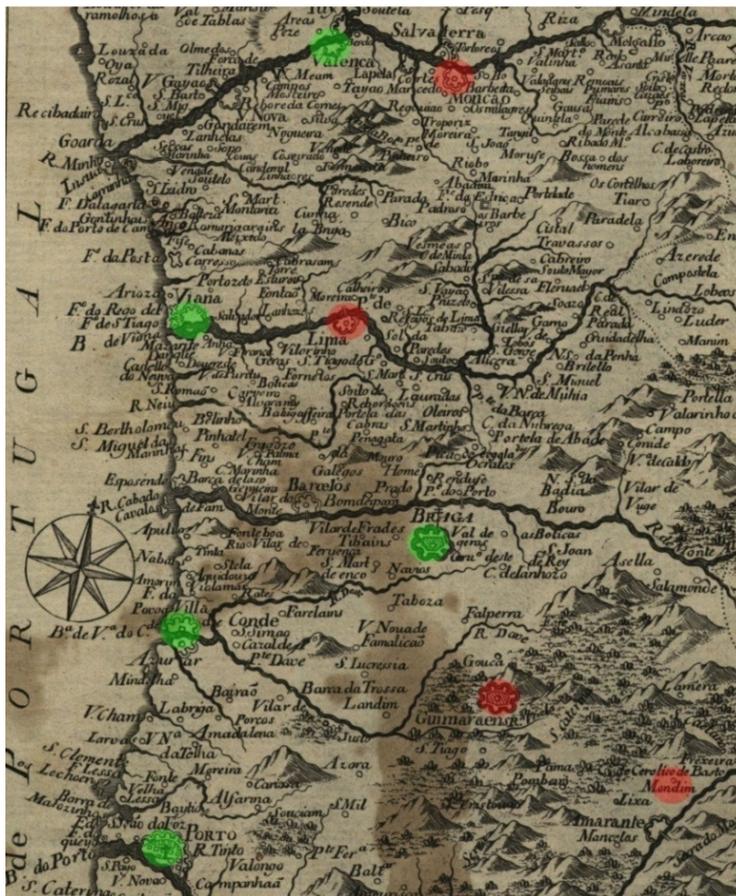
O século XVIII foi marcado pelas ações do primeiro ministro de D. José I, Marquês de Pombal, que caracterizou o urbanismo deste período como “pombalino”.

O foco das intervenções urbanas e sua consequente modernização, em Portugal continental, foram Lisboa e Porto. As demais cidades foram perdendo sua importância visto que não apresentaram um crescimento demográfico expressivo, destacando como centros urbanos importantes, além de Lisboa e Porto, apenas Coimbra, Braga, Setúbal, Évora e Elvas.

A principal intervenção urbana deste período foi a reconstrução da cidade de Lisboa após o terremoto de 1755. Marquês de Pombal foi encarregado de traçar um plano de ações de emergência para a reconstrução da cidade. O plano executado na área central da cidade, a Baixa Pombalina, previa uma nova malha ortogonal hierarquizada e que levava em consideração a malha existente no entorno.

A característica deste plano resume o pensamento nas ações urbanas deste período, cuja cultura era erudita e se baseava no pensamento renascentista e posteriormente, no pensamento iluminista, e que valorizava a racionalidade e a regularidade dos traçados. A praça, que sempre teve lugar de destaque no urbanismo português, adquire maior destaque neste período, pois foi no seu entorno da mesma que foram dispostos os principais edifícios da cidade. Os lotes passaram a ser definidores dos edifícios e suas fachadas, que passaram a delimitar o espaço urbano de forma racional e unificada. A simetria, a perspectiva, a valorização do monumento e dos eixos visuais são características da forma urbana que se iniciou neste período e continuou durante o século XIX.

Após a contextualização histórica estabelecida, segue a análise das cidades portuguesas, localizadas no antigo distrito de Entre Douro e Minho (figura 3), abordando a questão da evolução morfológica das mesmas e de seus condicionantes.



- NÚCLEOS URBANOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE MORFOLÓGICA
- OUTROS NÚCLEOS URBANOS IMPORTANTES DA REGIÃO NORTE

Figura 3: Marcação dos núcleos urbanos da Região Norte de Portugal no século XVIII sobre mapa N.º 9 da *Província de Entre Douro e Minho*, da coleção de *Mappas das províncias de Portugal,...* oferecidos ao *illustrissimo e excellentissimo Senhor Marquez de Pombal*. Lisboa, 1769 – 1779. Fonte do mapa: Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Digital. Site: <http://www.bnportugal.pt/>

2.1. GUIMARÃES

A cidade de Guimarães encontra-se no distrito de Braga, na região Norte de Portugal. A cidade adquiriu importante valorização quando passou a ter seu centro histórico elevado a Patrimônio Cultural da Humanidade. Os critérios desta categorização tiveram como fundamento a importância das técnicas de construção de suas edificações na Idade Média. Além disso, o conjunto em questão encontra-se preservado e permite que tais técnicas possam ainda hoje ser observadas.

2.1.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água

A região do Minho, onde está localizada a cidade de Guimarães, é considerada uma região fértil, cuja paisagem natural se caracteriza pela presença de montanhas e vales por onde passam inúmeros rios. No entanto, Guimarães não teve seu núcleo urbano de formação se desenvolvido junto a nenhum rio.

2.1.2. Origem e processo de formação urbana

Os dados disponíveis sobre a origem de Guimarães indicam o surgimento do aglomerado urbano inicial no período da Alta Idade Média. Existia no local onde surgiu o núcleo urbano, uma suzerania de terras de um condado. No início do século X, o testamento deste conde determinou que seus bens financiariam a construção de um mosteiro.

A importância econômica e política do povoado de Guimarães, durante a Idade Média, é atribuída, principalmente, à proximidade da estrada medieval que ligava os povoados de Monção, Braga, Guimarães, Lamego, Viseu e Coimbra, no sentido norte-sul. O mosteiro foi construído junto a esta estrada.

Posteriormente, na segunda metade do século X, com as invasões vindas do norte e noroeste, o conjunto urbano contava com o mosteiro, um castelo para proteção do aglomerado e um conjunto de edificações de apoio e serviços que foram envolvendo o mosteiro. Este foi o cenário da formação urbana de Guimarães, onde o núcleo urbano se formou na planície, junto a uma colina com uma fortificação.

No entanto, esta divisão entre a parte alta, no castelo, e o desenvolvimento da vila baixa, em torno do mosteiro, foi responsável pela dificuldade de urbanização uniforme. Além disso, com a construção da residência senhorial na vila baixa, e, posteriormente, com a construção de uma muralha envolvente ao castelo e à sua urbe envolvente, os dois polos de desenvolvimento foram consolidados.

No século XII, a vila crescia e o mosteiro transformou-se em sede da Colegiada Real, que assumiu grande importância para a vila, visto que possuía uma imagem da Virgem Maria, que a levou a centro de romagem, promovendo a vila baixa a um maior desenvolvimento.

2.1.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado

As estradas que ligavam a vila a diferentes núcleos urbanos importantes que se desenvolviam na época, como Braga, Porto e Vila do Conde, assim como a via de

ligação com a vila alta, foram responsáveis pela formação das vias estruturadoras da malha urbana da vila baixa. Já na vila alta, a via estruturadora era a que ligava as portas norte e sul e chamava-se Rua do Castelo. A ordem das vias, dentro da muralha da vila alta, tinha como referência a Igreja de São Miguel, localizada no centro da muralha, e o largo que se formou no contorno da mesma (figura 4).

A partir do século XIV, iniciou-se a construção de uma nova muralha, que contornava toda a vila, incluindo a baixa e a alta. Desta forma, a muralha que contornava a vila alta perde seu sentido, assim como se desenvolveu um processo de despovoação da vila alta, passando a mesma a ser designada como “Cerca Velha” ou como “Vila Velha”.

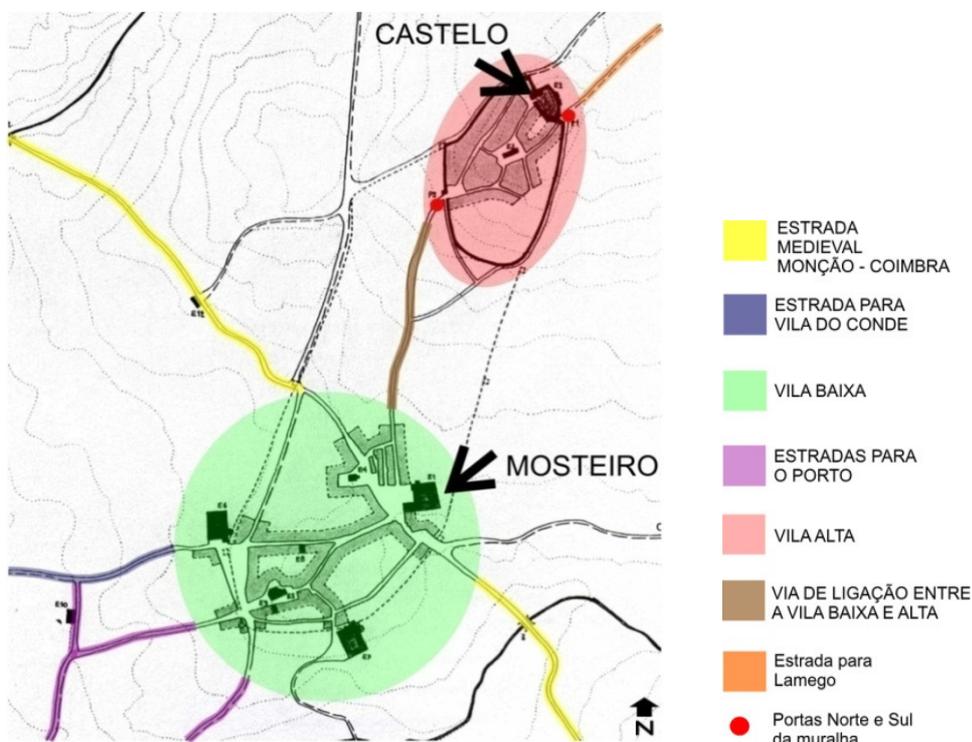


Figura 4: Esquema para demonstração dos dois núcleos de formação de Guimarães de 950 a 1279.

Fonte do mapa base: MORAIS, Margarida / VAZ, Madalena (coord.). Guimarães Património Cultural da Humanidade. Vol.1. Guimarães: Câmara Municipal, 2002, p.31.

A nova muralha respeitou o traçado das vias já consolidadas e as portas foram abertas junto às mesmas. Por exemplo, a estrada que levava à Vila do Conde passou a formar um eixo estruturador importante, que levava até a Igreja do antigo

mosteiro, que, no acesso à cidade intramuros, foi construída a Porta da Piedade ou de São Domingos. Esta era a porta por onde os reis faziam as suas entradas solenes, e abria para as antigas e importantes ruas da Sapateira e dos Mercadores.

Portanto, nesta fase são consolidadas as malhas urbanas intramuros, assim como as vias principais e estruturadoras da malha exterior à muralha. A área urbana intramuros é preenchida em seus espaços vazios, principalmente na união das antigas Vila Baixa e Vila Alta, na chamada Rua de Santa Maria. Nesta fase de desenvolvimento a área onde se desenvolveu o núcleo inicial da vila baixa, junto da Colegiada, permaneceu sem modificações e se consolidou como o núcleo religioso mais importante da vila.

Uma curiosidade destacada por FERRÃO²⁷ foi a distinção da zona religiosa da zona mercantil. A primeira, já referenciada como a “zona de influência da Colegiada”, e a segunda, posicionada de “costas” à primeira, caracterizada pela zona do largo de S. Paio, que se configurou como a zona mercantil e reduto dos mestres de ofícios.

A partir do início do século XVI, a evolução urbana de Guimarães passou a sofrer as influências do pensamento renascentista. Porém, as intervenções não alteraram as vias estruturadoras, mantendo os mesmos eixos fundadores da vila. As transformações se deram nos acontecimentos urbanos que foram produzidos nos antigos percursos. A obra de grande destaque no novo cenário urbano foi a construção do novo Paço do Concelho, que se situava junto aos dois principais centros da vila, a Praça de Santa Maria e de Santiago. Sua implantação propiciou a integração das duas praças, através da criação de alpendres, o que significou um marco inovador na vila.

A zona alta, dita Vila Velha, continuou com seu crescimento estagnado, não tendo, neste período, se instalado nenhum novo equipamento, não foram calçadas ruas, nem foram estabelecidas novas atividades urbanas. No entanto, no exterior da

²⁷ FERRÃO, Bernardo / AFONSO, José Ferrão. A Evolução da Forma Urbana de Guimarães e a Criação do seu Património Edificado. In: Guimarães Património Cultural da Humanidade. Vol.1. Guimarães, PT: Câmara Municipal, 2002.

muralha de Guimarães, nos chamados arrabaldes, foi desenvolvido o crescimento da malha e a instalação de novas atividades urbanas (figura 5).

No desenvolvimento urbano que se seguiu, já sob a influência das artes Barroca e Rococó, Guimarães passou por um novo processo de obras. Através de uma regularização urbana, estabelecida por um Código de Posturas, foram controlados os alinhamentos prediais, as marquises e balcões. Foi através desta nova visão sobre a vila que surgiu a necessidade de aumentar a profundidade das novas habitações, que só seria possível com a derrubada da muralha, além de que a mesma já havia se tornado inútil perante as necessidades da população.

A demolição da muralha durou até meados do século XIX, sendo, portanto, o desenvolvimento urbano da vila deste período, posterior ao período de análise deste estudo.

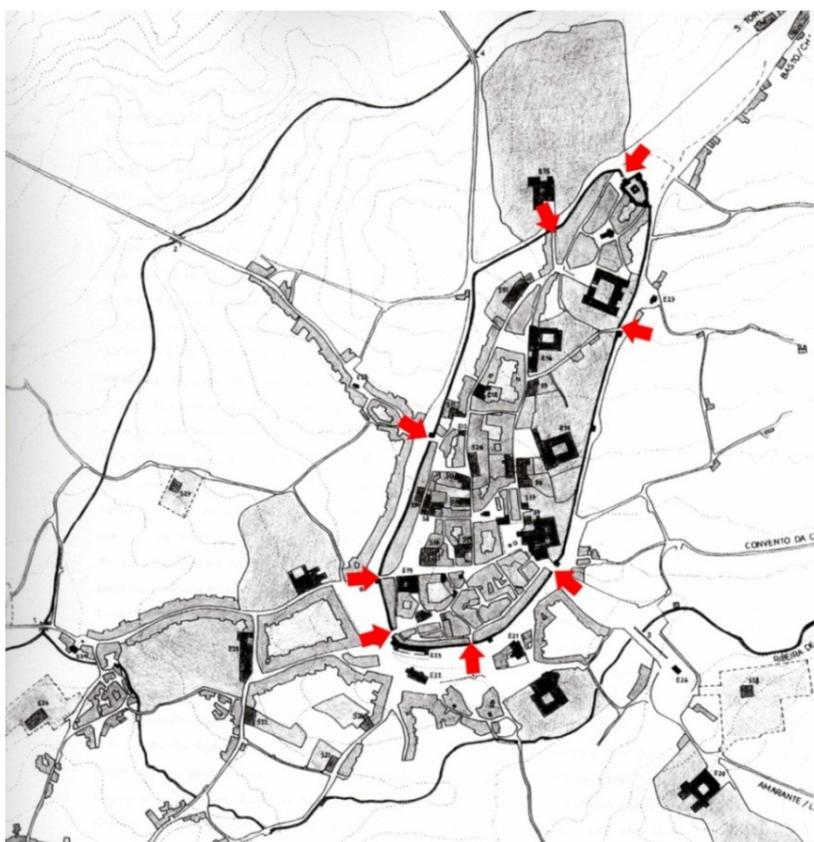


Figura 5: Crescimento urbano de Guimarães de 1498 a 1750, com a marcação das portas de entrada da muralha. Fonte do mapa base: MORAIS, Margarida/VAZ, Madalena (coord.). Guimarães Património Cultural da Humanidade. Vol.1. Guimarães: Câmara Municipal, 2002. p.94

2.1.4. Função e atividades predominantes originais

Guimarães teve seu surgimento e desenvolvimento inicial sempre relacionado a atividades religiosas, civis e militares importantes não só para a região em que se localizava, mas sim para Portugal de maneira geral. Primeiramente, segundo FERRÃO, *“os passos iniciais da urbanização de Guimarães articulam-se com a presença na região das contemporâneas famílias condais portugalenses.”*²⁸ Foi neste cenário que se construiu o mosteiro que adquiriu importante destaque e se transformou em um centro religioso, sociopolítico e econômico.

No século XII, através da instalação da Real Colegiada, Guimarães se tornou centro de peregrinação. A sua superioridade hierárquica era diretamente à Santa Sé e ao Rei de Portugal, o que fez com que Guimarães merecesse destaque e reconhecimento.

Estas atividades desenvolvidas na formação da vila foram geradoras da criação das diversas outras atividades que foram se desenvolvendo, assim como, foram formadoras da urbe inicial. Para suprir as necessidades fundamentais da vila que se formava e receber os diversos acontecimentos resultantes das atividades principais mencionadas, Guimarães teve uma grande diversidade de serviços, e, assim, consolidado o seu crescimento econômico.

2.2. MONÇÃO

A vila de Monção encontra-se junto à divisa com a Espanha, no distrito de Viana do Castelo, extremo norte de Portugal. Durante muitos anos a vila manteve-se geograficamente isolada, tendo mudado este panorama apenas recentemente, com a substituição da linha de trem de Monção à Valença por uma “Eco pista” para pedestres e bicicletas, considerado um roteiro turístico e cultural. Além disso, considera-se a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Minho e a

²⁸ FERRÃO, Bernardo / AFONSO, José Ferrão. A Evolução da Forma Urbana de Guimarães e a Criação do seu Património Edificado. In: Guimarães Património Cultural da Humanidade. Vol.1. Guimarães, PT: Câmara Municipal, 2002. p.6

construção de uma estrada nacional para Valença, foram fatores determinantes para o atual desenvolvimento da região.

O antigo isolamento e, portanto, cenário de estagnação e pouco desenvolvimento, fez com que a vila histórica mantivesse suas características originais preservadas, passando, porém, por alguns processos de degradação. Atualmente, as muralhas que cercam a vila, além de algumas edificações importantes, encontram-se protegidas nacionalmente.

2.2.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água

Através dos estudos arqueológicos na região, percebe-se que o Rio Minho foi um grande elemento atrativo de povoações em suas margens, que são consideradas férteis. A região do vale do Rio Minho possui a característica de vales junto ao rio e de montanhas altas que acompanham o seu percurso.

Foi em uma destas montanhas, junto ao rio, que se desenvolveu o núcleo urbano de Monção. A procura pelos lugares mais altos era decorrente das preocupações com a defesa do território, onde se tinha uma maior visibilidade e mais fácil proteção.

A posição geográfica escolhida para a consolidação do povoado teve o reconhecimento como posição estratégica de defesa da região durante as antigas disputas pelo território. Portanto, a localização estratégica na fronteira com a Espanha e junto ao Rio Minho fez com que a vila de Monção sofresse, principalmente durante a Idade Média, sucessivos ataques e cercos, criando a condição urbana característica de proteção e controle.

2.2.2. Origem e processo de formação urbana

O núcleo urbano de Monção a ser considerado neste estudo tem sua origem na construção de uma urbe amuralhada que se desenvolveu devido ao clima de tensão que a região fronteira do Alto Minho sofria. Não se sabe ao certo a data de construção desta muralha, considerando-se, portanto, que nos documentos do século XIII, a vila de Monção já havia sido registrada e que provavelmente já era fortificada.

A estrutura defensiva da vila passou a ser importante característica para o desenvolvimento da mesma, visto que protegia a posição estratégica que a vila assumiu. A vila intramuros se desenvolvia e se encontrava densamente urbanizada, até que a partir do ano de 1640, com as Guerras da Restauração, a vila passou a sofrer inúmeros ataques, destruindo grande parte da muralha, assim como atingindo inúmeras casas e a Igreja Matriz.

Após este período de tensão, a vila de Monção passou a ser restaurada e reconstituída, tendo, inclusive a antiga muralha totalmente demolida e um novo perímetro foi desenhado. As plantas documentais do desenho urbano da vila foram desenhadas já desta nova fase. A configuração urbana a ser considerada é, portanto, decorrente de projetos que foram concluídos já no século XVIII.

2.2.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado

A forma circular do núcleo medieval se deve ao desenho da antiga muralha. Da Rua Direita, que ligava duas portas da antiga muralha, partiam ruas paralelas, e a Rua de Santa Maria cortava as mesmas transversalmente, ligando a Igreja Matriz à Casa de Câmara. Durante muitos anos, a vila se consolidou neste núcleo urbano. Portanto, a malha urbana que se desenvolveu em Monção, até meados do século XVII, era caracterizada por ruas estreitas, de característica medieval. Junto de uma das portas se localizava o terreiro onde se desenvolviam as atividades de feira e mercado.

A nova muralha construída apresentava cinco portas de entrada. A localização das portas estava relacionada aos antigos caminhos de ligação da vila com os outros núcleos ou a pontos estratégicos. A Porta da Salvaterra ligava a vila ao Rio Minho. A Porta do Rosal levava ao antigo caminho para Valença. A Porta do Sol estava orientada para a Vila de Ponte da Barca. A Porta de São Bento marcava o caminho para Melgaço. A Porta das Caldas ligava às zonas termais de Monção.

O desenvolvimento da vila passou a ser desarticulado do núcleo medieval, passando as vias a se estruturarem através da ligação das portas da nova muralha com o centro da vila, que passou a ser chamado de Terreiro do Curro. Este novo

centro da vila estava orientado para a fachada da Igreja da Misericórdia e recebeu o pelourinho da vila, passando o mesmo a ter função civil.

O núcleo medieval se manteve consolidado e o crescimento de novos núcleos urbanos passou a expandir a nova malha urbana intramuros. O núcleo urbano em torno do Terreiro do Curro, o núcleo urbano envolvente à Misericórdia, assim como o percurso urbano que ligava à Porta do Sol, se tornaram os novos centros de desenvolvimento e consolidação urbana da vila. Diferentemente do núcleo ortogonal medieval, a malha urbana que se desenvolveu posteriormente não seguiu um plano ou ortogonalidade. O crescimento foi heterogêneo e linear no sentido das portas de entrada ao terreiro.

O perímetro da nova muralha, de característica irregular, teve sua dimensão muito grande em relação à área urbanizada, provavelmente, porque havia a previsão de crescimento futuro, ou à preocupação com o espaço para áreas rurais para subsistência. Porém, este espaço levou muito tempo para ser ocupado, criando uma grande dispersão da malha que foi se desenvolvendo (figura 6).

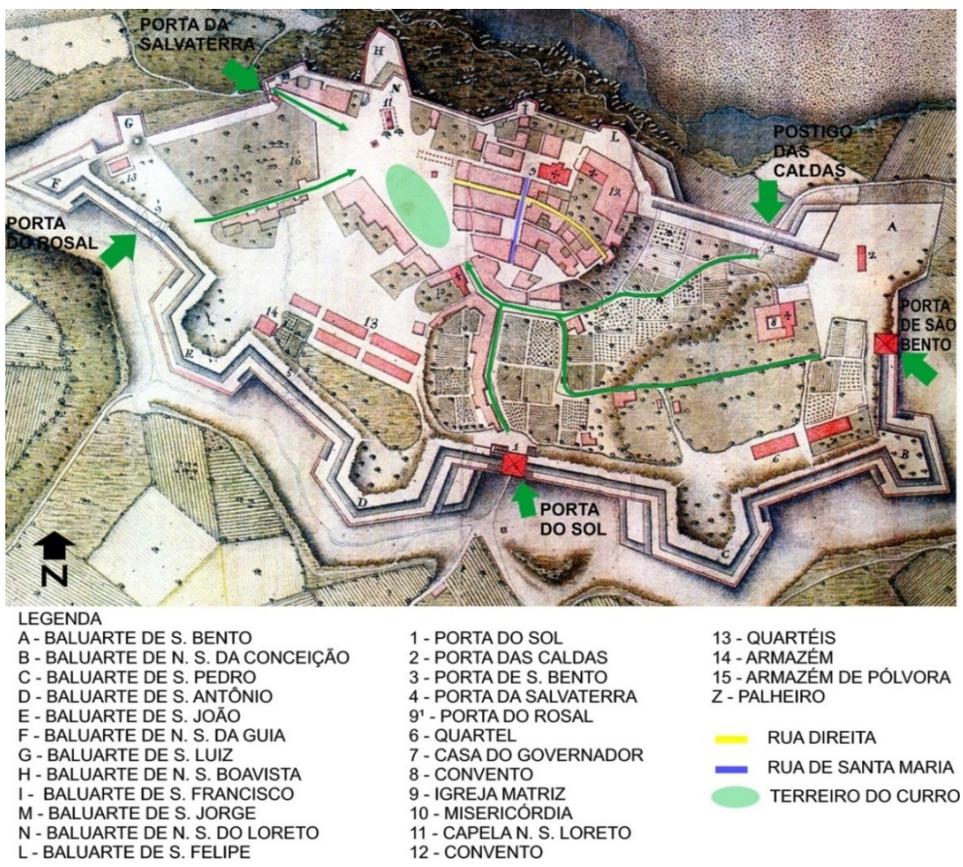


Figura 6: Planta de Monção de 1802, com a marcação dos acessos e vias. Fonte do mapa: CRUZ, José. Monção Vila Termal, Berço do Alvarinho. Monção, PT: Câmara Municipal de Monção, 2008, p.11.

2.2.4. Função e atividades predominantes originais

A função de defesa do território, e, conseqüentemente, a presença das atividades militares foram determinantes nas funções cotidianas da vila, assim como a para a determinação das atividades que se desenvolviam. Dentro da muralha, havia zonas rurais onde poderiam ser produzidos alimentos durante os momentos em que a população se via cercada.

A população da vila de Monção tem sua história de guerras e defesa do território muito marcada na urbanização da vila. No entanto, em decorrência deste passado, a herança religiosa pode ser demonstrada nas atividades clericais desenvolvidas na vila. As festividades deste tipo possuem sua origem no período medieval, e se conservam muito intensas no cotidiano da população. Além disso, a presença de igrejas, capelas e conventos sempre foram determinantes na configuração urbana da vila.

Outro fator a ser destacado é a presença das águas termais em Monção. Sua descoberta provavelmente foi no período dos romanos, porém o primeiro registro oficial data de 1706. As chamadas “caldas” estiveram presentes na configuração urbana da vila, conforme demonstram as indicações nos mapas antigos. A Porta das Caldas foi construída para permitir uma ligação direta da vila com as mesmas. A descoberta do poder de cura pelas águas termais levou a vila de Monção ao conhecimento de outros povos.

No final do século XIX, o desenvolvimento das Caldas foi de grande importância econômica para a vila. A economia da Câmara foi recuperada e os investimentos na vila foram de grande impacto, como a pavimentação de ruas e a abertura de outras.

2.3. PONTE DE LIMA

Ponte de Lima está situada no distrito de Viana do Castelo, no norte de Portugal. Ainda é considerada vila, não tendo o seu crescimento a elevado a categoria

de cidade. Percebe-se no conjunto histórico existente, a consciência de que a preservação qualificada da Vila deve ser inserida nas políticas de desenvolvimento urbano.

2.3.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água

A presença do Rio Lima se apresenta de forma fundamental para a localização e posição do aglomerado urbano inicial da Vila de Ponte de Lima. Os primeiros registros documentais do aglomerado podem comprovar a sua posição geográfica estratégica. Uma antiga via romana, a Via XIX, atravessava o Rio Lima na altura deste sítio através de uma ponte, cuja existência foi fundamental para a localização estratégica de defesa do território, cujas ameaças vinham do norte, além de ser a única via de ligação das vilas galegas a importantes núcleos urbanos como Braga, Guimarães e Porto.

2.3.2. Origem e processo de formação urbana

A origem do aglomerado urbano que, a partir do século XII, se desenvolveu economicamente e que originou as funções administrativas e religiosas, seguiu o modelo medieval. Este modelo foi assumindo a disposição estrutural ao longo do tempo, não possuindo um esquema pré-estabelecido. Através da análise morfológica do seu traçado original pode se perceber a irregularidade dos arruamentos e a espontaneidade do seu crescimento.

2.3.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado

A malha urbana é considerada orgânica, possuindo relação com a topografia do terreno. O núcleo urbano inicial teve como referência principal na sua organização espacial, a presença da ponte, assim como na importância da acessibilidade dos meios de transporte. Os percursos foram adaptados ao sítio e se tornaram ruas principais na formação do tecido urbano. Posteriormente, no reinado de D. Pedro I, através da importância estratégica que a Vila de Ponte de Lima havia adquirido, o perímetro urbano foi definido e foi construída uma muralha, cuja extensão previa o futuro crescimento da vila.

Apesar de ter se desenvolvido como um aglomerado medieval, cujos quarteirões vão se formando conforme o sítio e originando as ruas, becos e largos, percebe-se na origem da Vila a existência de dois eixos de ligação entre as principais portas de entrada da muralha do aglomerado. Os eixos se orientam no sentido Norte-Sul e Leste-Oeste.

A disposição dos principais equipamentos e atividades da vila foi se modificando ao longo dos anos, porém, para a análise em questão, será considerada a configuração inicial, até meados do século XV, quando, por exemplo, a Câmara Municipal mudou de lugar. A primeira Casa de Câmara foi construída em 1380. Outro equipamento importante foi o Hospital para Peregrinos, construído em 1480.

A Igreja Matriz teve sua construção iniciada no início do século XV e teve sua orientação espacial obedecida por uma orientação canônica. Desta forma sua fachada posterior encontrava-se junto ao eixo principal da vila, e sua fachada frontal, no sentido oposto. Na área circundante à mesma, formou-se um espaço cuja denominação se deu Praça da Vila, onde também se encontrava a antiga Câmara Municipal.

O eixo de ligação das portas no sentido Norte-Sul era considerado de maior importância para a vila. Este ligava as principais estradas de comunicação com outros núcleos urbanos, além passar pela igreja. Uma das ruas deste eixo chamava-se Rua Direita da Sapataria. Segundo ANTUNES, *“de alguma maneira corresponde à onipresente Rua Direita – espaço de reconhecida importância, existente em grande parte das vilas e aldeias do nosso país”*.²⁹

O autor também se refere à Rua Direita da Sapataria, onde se encontrou o registro da existência de seis sapateiros, um mercador, uma padeira e um atafoneiro, como *“uma rua de forte preponderância econômica, com uma significativa concentração de mesteres”*.³⁰ Segundo o autor, esta rua teria quatro metros de

²⁹ ANTUNES, João M. Viana. Evolução arquitectónica da Vila de Ponte de Lima. In, ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (Coord.). Ponte de Lima: Uma Vila Histórica do Minho. Ponte de Lima, Portugal: Município de Ponte de Lima, 2007. p. 246

³⁰ Ibid. p.247

largura, de fachada a fachada e possuía casas de pedra que ocupavam lotes estreitos e compridos (figura 7).

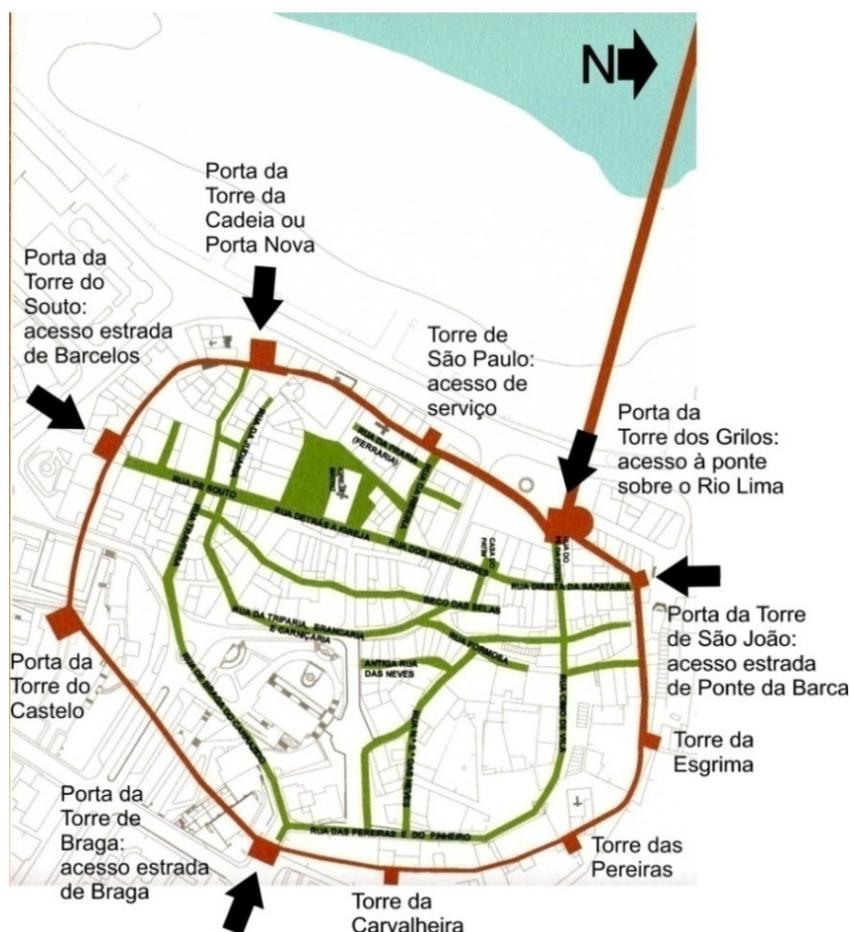


Figura 7: Marcação das portas de entrada sobre a reconstrução aproximada da malha urbana medieval de Ponte de Lima, inserida na atual. Fonte do mapa: ALMEIDA, Carlos A. Brochado de. (coord.). Ponte de Lima. Uma Vila Histórica do Minho. Ponte de Lima, PT: Município de Ponte de Lima, 2007, p.190.

O desenvolvimento da malha urbana, ao longo do século XVI, se deu através da ligação dos arrabaldes à área intramuros, criando vias estruturadoras que passaram a formar o posterior processo de expansão urbana. O surgimento de equipamentos importantes, como igrejas e conventos nas áreas exteriores à muralha impulsionaram o crescimento da vila fora do perímetro da mesma.

A ligação da cidade intramuros com os arrabaldes se deu através das portas de entrada da muralha, e as antigas estradas que chegavam às mesmas deram origem às já mencionadas vias estruturadoras. Os eixos Norte-Sul e Oeste foram

prolongados para o exterior do muro. De acordo com o mapa ilustrativo do crescimento urbano da vila (figura 8), os eixos destacados na cor azul demonstram as diretrizes de crescimento da vila fora da muralha.

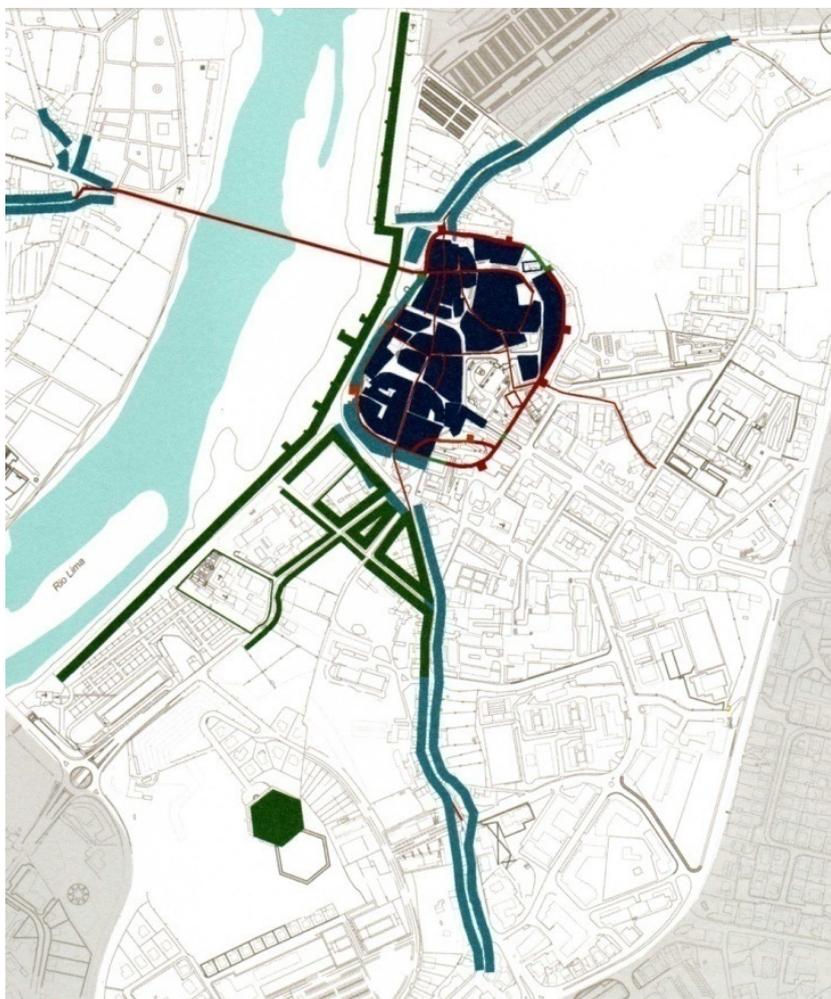


Figura 8: Possível crescimento do séc. XIX. Fonte: ALMEIDA, Carlos A. Brochado de. (coord.). Ponte de Lima. Uma Vila Histórica do Minho. Ponte de Lima, PT: Município de Ponte de Lima, 2007, p.220.

Durante o período barroco, as cidades da Europa sofreram grande processo de transformações social, econômica e política, a vida urbana passou a sofrer consequências que foram fundamentais para que grandes intervenções urbanas fossem realizadas. Problemas de falta de higiene, saneamento e infraestrutura foram se agravando e as doenças proliferavam. A forma urbana medieval passou a ser considerada como agravante destes problemas, visto que as ruas estreitas e a presença das muralhas eram prejudiciais para a ventilação e insolação necessárias.

Na vila de Ponte de Lima este novo pensamento levou, a partir do final do século XVIII, ao processo de demolição da muralha. A muralha representava uma barreira para o desenvolvimento da vila, visto que seu papel de defesa já não existia

mais. Após a derrubada da mesma, grandes equipamentos foram se instalando na parte nova da vila, como o teatro, o cemitério, capelas. Os novos conceitos urbanísticos consequentes da Revolução Industrial trouxeram para a vila regras de circulação que resultaram na criação de novos espaços públicos, novas avenidas e a organização do sistema viário.

2.3.4. Função e atividades predominantes originais

A Vila de Ponte de Lima teve seu desenvolvimento inicial caracterizado pela posição estratégica junto ao Rio Lima e à ponte que fazia parte da antiga estrada romana existente. A partir de então, o crescimento da atividade comercial, onde se desenvolviam mercados e feiras, resultaram na consolidação das funções administrativas, religiosas e econômicas, e posteriormente, a decisão política da construção da muralha.

Durante a Idade Média, a economia da região do Minho teve seu desenvolvimento através, principalmente, das chamadas Feiras. Estas eram consideradas como centro vital na organização econômica medieval.

Segundo MARQUES³¹, é necessária para a compreensão da dimensão econômica das feiras medievais, a diferenciação dos conceitos de *feira* e *mercado*. A autora conceitua os mercados como de abrangência local, realizados semanalmente e se destinam a abastecer a população local. No entanto, as feiras são centros de comércio destinado a todo o tipo de clientes e mercadorias. Eram organizadas através de regras e normas, pois reuniam um número muito grande de fornecedores e reuniam muitas pessoas e variados produtos.

As feiras que ocorriam na vila de Ponte de Lima tiveram origem anterior ao século XII, sendo consideradas por alguns autores como as mais antigas de Portugal. Até 1286, a feira de Ponte de Lima obteve o monopólio econômico da região do Minho, além de ter a exclusividade da frequência quinzenal. Durante o período

³¹ MARQUES, Marta. A feira de Ponte de Lima. In, ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (Coord.). Ponte de Lima: Uma Vila Histórica do Minho. Ponte de Lima, Portugal: Município de Ponte de Lima, 2007.

medieval, a importância destas feiras impulsionou o crescimento econômico da sua população.

Através do crescimento desta atividade comercial, foram se desenvolvendo e se consolidando diversos serviços de apoio que movimentaram o cotidiano da vila e da sua economia. A feira beneficiava também o comércio fixo da vila. A feira acontecia na parte externa da muralha, devido a sua dimensão. A localização que perdura até os dias atuais, junto ao rio, em uma extensa área de areia, foi definida devido ao crescimento da vila fora da muralha, visto que já não havia mais espaço livre nas imediações da mesma.

2.4. MONDIM DE BASTO

A ainda vila de Mondim de Basto encontra-se no distrito de Vila Real, no norte de Portugal. A região do município é atravessada pelo vale do rio Tâmega, que atualmente faz parte de roteiros culturais por ser uma região onde podem ser encontrados vestígios de antigas rotas do período de ocupação romana, assim como a concentração de zonas com um rico patrimônio histórico.

2.4.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água

O núcleo urbano da vila de Mondim de Basto encontra-se na zona da ribeira do Rio Tâmega, porém o mesmo se desenvolveu de forma distante do rio, não apresentando uma ligação direta com o mesmo na sua formação urbana. Esta característica pode ter sido determinada pelo fato deste trecho do rio não ser navegável e, no entanto, não ter função de acesso à vila.

A região do concelho de Mondim de Basto também é caracterizada pela presença de montanhas, como estando localizada ao lado do chamado Monte Farinha.

2.4.2. Origem e processo de formação urbana

A origem do povoamento da região de Mondim de Basto pode ser identificada através de vestígios arqueológicos de civilizações, antecedentes ao domínio romano, caracterizadas pela cultura castreja. Os vestígios dos castros podem ser encontrados na região de Mondim de Basto, atestando esta origem.

Já do período medieval, podem ser encontrados vestígios das antigas vias que interligavam os povoados da região, através da existência de antigas pontes ainda existentes, como a Ponte medieval sobre o rio Cabril, que se encontra no núcleo de Vilar de Viando.

No entanto, o núcleo urbano a ser considerado neste estudo pode ser identificado com a referência da Igreja de S. Cristóvão de Mondim em documentos de 1220. No local desta igreja foi posteriormente construída a Igreja Matriz, entre os séculos XVII e XVIII.

O processo de desenvolvimento do povoado se deu de forma lenta, visto que a mesma se encontrava em um território isolado e com pequenos povoados espalhados e distantes entre si. A comunicação entre os mesmos era dificultada devido à precariedade das estradas que os interligavam, além de que eram envoltas pela serra e pela floresta.

2.4.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado

Os registros cartográficos mais antigos de Mondim de Basto existentes na câmara Municipal datam do século XIX, e não existem registros de outros mapas mais antigos. Além disso, a bibliografia existente não aponta elementos suficientes para que possa ser feito um estudo da evolução da malha urbana original de Mondim de Basto.

Desta forma, a análise da formação deste povoado será feita através do estudo dos documentos dos séculos XVII à XVIII que apontam algumas diretrizes da configuração espacial do tecido urbano deste mesmo período.

Primeiramente, a Igreja Matriz, que se encontra no local onde se localizava a matriz original do período medieval, se caracteriza pela implantação junto à estrada que ligava os povoados desta região à vizinha Celorico de Basto, e ao sul, à Vila Real. Esta estrada não estava localizada junto ao núcleo urbano principal do povoado, o que resultou na formação de uma via secundária de ligação do mesmo com a estrada, (figura 9).

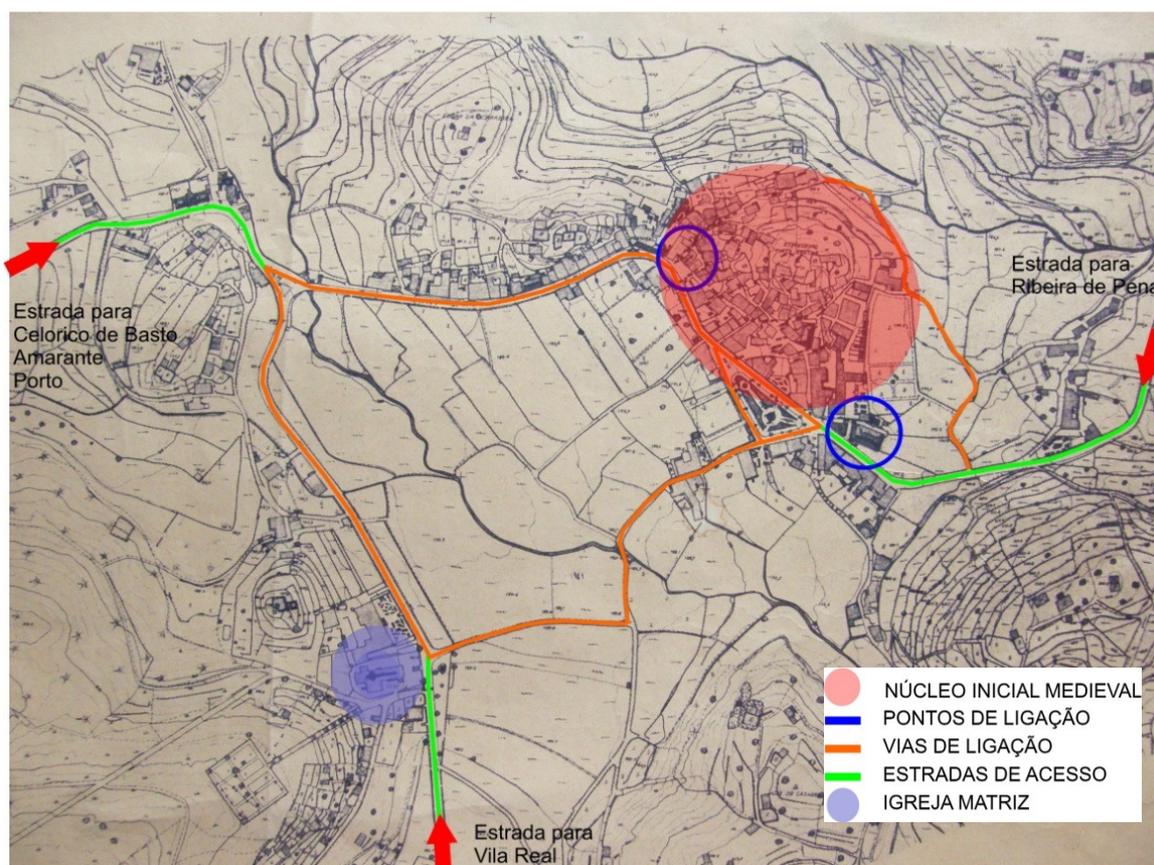


Figura 9: Esquema de formação da Vila Mondim de Basto sobre mapa cadastral da Câmara Municipal de Mondim de Basto. Fonte: Câmara Municipal de Mondim de Basto

O núcleo da Matriz não configurou um espaço urbano, e sim, um espaço de passagem. O povoado ampliou seu espaço urbano junto ao núcleo inicial onde as casas foram dispostas em ruelas conforme modelo medieval. Desta forma, no século XVI foi construída a Capela do Senhor junto ao centro urbano da vila.

Do tecido urbano deste núcleo central partiam as vias de ligação com as outras vilas, cidades e povoados da região e no decorrer das mesmas o espaço urbano foi se ampliando. A malha foi desenvolvendo de forma espontânea, não

apresentando tecido regular em nenhuma zona da vila. O tecido ora acompanha as antigas estradas existentes, ora acompanha a topografia e se adapta ao desnível do terreno.

2.4.4. Função e atividades predominantes originais

O povoado de Mondim de Basto foi formado a partir do movimento de fixação de território através de diversas posses de terra, desde o período de ocupação romana e, posteriormente, passando por diversos reinados. Desde sua origem até o século XVIII, sua economia se estruturou na produção e comércio de produtos agrícolas como centeio, trigo, milho, azeite e vinho.

A dificuldade de comunicação com as outras regiões, devido à precariedade das estradas, fez com que crescesse a atividade das feiras na região, que permaneceram ativas até o século XIX. A existência de feiras mensais em Mondim de Basto foi relevante para a instalação do magistrado na vila no início do século XVIII, visto que a existência desta atividade era característica de vilas importantes.

3. PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS CIDADES DE PORTUGAL INSULAR

O processo de ocupação das terras insulares portuguesas teve início com a expansão marítima portuguesa, a partir do século XV. O povoamento das ilhas atlânticas que formam os arquipélagos da Madeira e dos Açores seria propício para a prática dos novos ideais do urbanismo português, visto que os núcleos urbanos foram fundados em terrenos que não haviam sido ocupados anteriormente, o que possibilitaria, portando, um vasto campo de experiência.

O período em questão tinha como característica o pensamento e a prática das ideias do Renascimento, que foi fundamental para a expansão ultramarina, pois foi com o desenvolvimento de novas técnicas de navegação e da ciência moderna, que o homem europeu expandiu seu conhecimento sobre a geografia e se capacitou para expandir o seu território e seu comércio e riqueza. Através da expansão territorial, os portugueses dominaram novas terras e suas colônias seriam modelos para a prática do urbanismo renascentista.

No entanto, com os conflitos de domínio dos novos territórios e com as especificidades locais, além da falta de profissionais especializados nas colônias, os modelos renascentistas não puderam ser implantados com rigor, visto que a expansão territorial se deu de forma intensa e inúmeros povoados se formaram de forma distinta. Os portugueses adotavam “*padrões urbanos de origem vernácula ou medieval sintetizados com ideais renascentistas.*”³²

As colônias portuguesas seguiam uma estrutura urbana característica comum e servia como modelo de referência. O sítio era escolhido no topo de colinas e a

³² TEIXEIRA, Manuel / VALLA, Margarida. O Urbanismo Português séculos XIII – XVIII. Lisboa, PT: Livros Horizonte, 1999. p. 216

topografia do mesmo era determinante para a disposição das vias e dos equipamentos. A função de defesa era marcada pela construção de uma muralha e a função comercial caracterizava a ocupação na costa ou na margem de um rio navegável. Esta última característica resultava na configuração característica do urbanismo grego, formado por uma zona alta, onde se encontravam as atividades religiosas e civis, e uma zona baixa, com as atividades comerciais e portuárias.

Durante o período em que Portugal obteve o monopólio da navegação e comércio na costa dos oceanos Atlântico, Índico e ocidental do Pacífico, as terras descobertas neste território eram de seu domínio. O objetivo principal do início da expansão marítima portuguesa era o monopólio do comércio das especiarias na rota até a Índia, passando pela costa africana. Desta forma, a descoberta das ilhas atlânticas foi importante para estabelecer pontos de escala e abastecimento estratégicos.

A ocupação das ilhas, apesar de ser uma importante fonte de aplicações das teorias urbanas portuguesas, tinha como condicionante as características locais singulares, como o solo vulcânico, a presença de vulcões em atividade, o sítio acidentado e as dificuldades topográficas, o que criou uma forma urbana diferenciada em alguns aspectos. Os modelos de referência eram as cidades existentes em Portugal continental, porém, as condições locais criaram especificidades em cada núcleo urbano de cada ilha que foi povoada.

A formação dos núcleos urbanos insulares açorianos pode ser classificada por períodos distintos. A partir da descoberta, considerada oficialmente em 1430, iniciou-se um período de **povoamento** do território. Entre os anos de 1582 e 1642, estabeleceu-se a **ocupação filipina**. Posteriormente, entre 1642 e 1760, houve um processo de emigração para o Brasil, período da **restauração**. Com o crescimento do **comércio da laranja**, entre 1760 e 1830, surge um novo período de expansão urbana. Finalmente, a partir de 1830, iniciou-se o processo de emigração para os Estados Unidos, trazendo uma nova etapa de desenvolvimento urbano.

O período de povoamento e formação dos primeiros núcleos urbanos do arquipélago dos Açores, que são o objetivo deste estudo, durante o século XV, tinha como referência o modelo medieval português, pois as ideias renascentistas ainda

estavam em fase de teorização. O objetivo inicial da ocupação das ilhas era a povoação, colonização e defesa do território.

A ocupação inicial ficava sob a responsabilidade dos próprios colonos, caracterizada pela adaptação às condições geográficas locais. Posteriormente, com o crescimento da importância de alguns núcleos, passaram a contar com técnicos de aruação e adotar modelos de cidades planejadas.

A escolha do sítio era junto à costa sul, abrigado por uma baía, protegida por morros, e com condições para a implantação do porto. O modelo seguido tinha uma rua principal longitudinal e paralela à costa que ligava aos primeiros polos urbanos primitivos, caracterizando uma primeira fase de ocupação linear. A malha evoluía para a regularidade quando se formavam ruas paralelas à principal e ruas secundárias transversais, criando uma hierarquização do traçado. A divisão dos lotes também seguia uma estrutura regular. Adjacente à rua principal ou na periferia no núcleo primitivo, se localizava a praça.

Já no século XVI, o traçado das novas ruas passou a seguir um modelo mais amplo de distribuição. Os quarteirões se estenderam e as ruas transversais à costa passaram a adquirir nova função e importância. Novas zonas de expansão foram criadas e algumas áreas centrais foram reestruturadas. Assim como no continente, durante este período, se estruturaram as casas de câmara, as matrizes e as misericórdias. Passaram a serem percebidas as primeiras ideias renascentistas na malha urbana insular, através da regularidade das novas zonas de expansão.

Durante os próximos séculos, XVI e XVII, caracteriza-se a implantação dos fortes e outros elementos defensivos. Alguns centros urbanos foram envolvidos por muralhas para a defesa dos ataques dos corsários, o que fez com que não fosse construída em todo o perímetro urbano, e sim, apenas junto ao mar.

Durante os períodos posteriores, os núcleos foram se configurando em função da implantação dos edifícios institucionais importantes, seja de caráter religioso, civil ou militar. Como exemplo, pode ser destacada a implantação dos colégios jesuítas, que muitas vezes se deu em zonas periféricas e direcionou o crescimento da malha.

3.1. VELAS

A vila de Velas está localizada na Ilha de São Jorge, sendo esta uma das ilhas do grupo central do Arquipélago dos Açores. Velas é ainda considerada vila e, junto com a vila da Calheta, constitui o espaço urbano de maior aglomeração populacional da ilha.

O conjunto urbano histórico de Velas encontra-se preservado devido ao crescimento modesto da vila através dos tempos. O tecido urbano de formação mantém sua forma tipológica original, assim como seu patrimônio arquitetônico encontra-se conservado.

3.1.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água

A ilha de São Jorge tem como característica peculiar sua forma estreita e longa, cuja topografia formada por uma cordilheira central dificultou a sua povoação. As áreas urbanizadas da ilha estão localizadas junto à costa meridional, devido ao abrigo dos ventos, e nas partes planas que adentram o mar e formam os chamados “fajãs”, muito característicos desta ilha.

A vila de Velas encontra-se em uma fajã da costa sul da ilha, cuja forma configura uma enseada protegida pelas montanhas e voltada para o sudeste. O desenho desta enseada foi propício para a implantação do porto, que representava papel fundamental na escolha dos sítios das povoações insulares.

O fajã onde a vila se desenvolveu apresenta uma topografia relativamente plana e está circundado pelo Morro Grande e pela cordilheira central. O sítio era alimentado de água potável pelas nascentes de Anna Fernandes e das Sete Fontes.

3.1.2. Origem e processo de formação urbana

A Ilha de São Jorge foi nomeada em 1460, conforme testamento do Infante D. Henrique, que construiu uma igreja dedicada a São Jorge e localizada na mais antiga

povoação da ilha, as Velas. Este povoado foi elevado à categoria de vila entre 1490 e 1500.

Seu processo de consolidação urbana perdurou até o final do século XVII, quando suas principais vias já estavam implantadas e sua costa já estava protegida por muralhas fechadas com portões e fortalezas estrategicamente posicionadas.

O porto das Velas era considerado um dos melhores dos Açores e no século XVI era utilizado também para a construção de caravelas, além de servir de escala para as embarcações da rota das Índias. Sendo assim, o núcleo urbano se desenvolveu junto ao movimento do porto e da Igreja Matriz de São Jorge.

3.1.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado

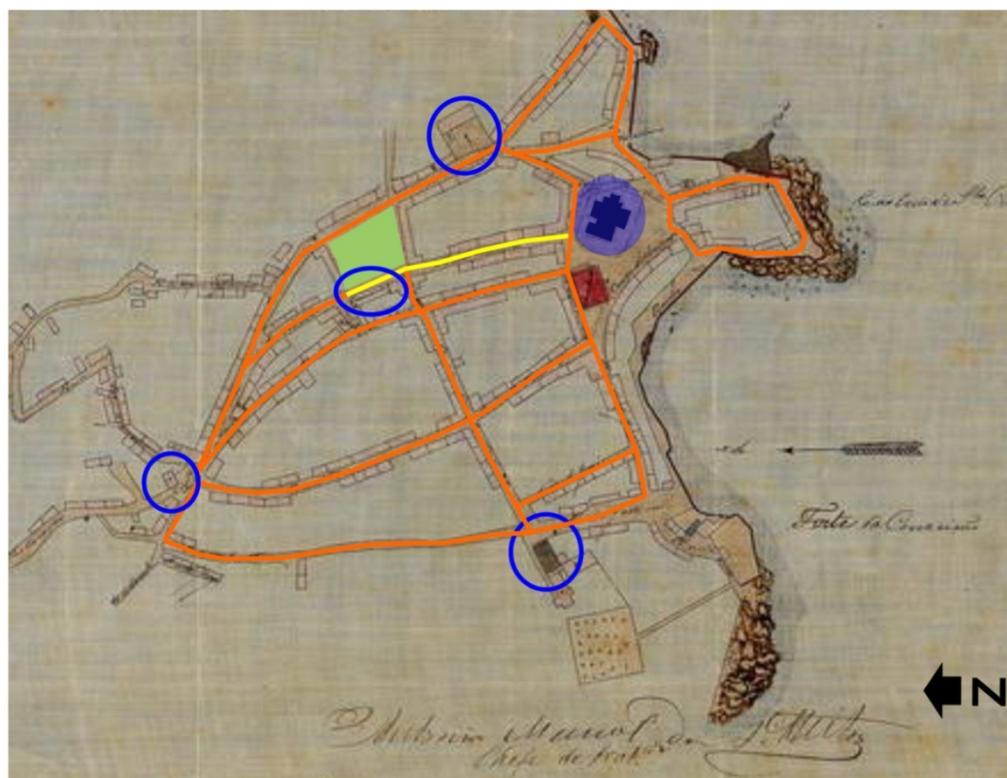
O núcleo do povoado que se formou ainda no século XV, com a construção da Igreja Matriz foi se estabelecendo junto à mesma, configurando um polo inicial nas suas imediações. Junto da Matriz se localizou a Praça Velha e posterior Largo do Mercado, onde se comercializavam frutas e hortaliças.

Na margem da enseada, duas fortificações protegiam o povoado e também foram definidoras como ligação dos arruamentos. O Forte de Nossa Senhora da Conceição, construído no século XVII, na parte sul da enseada e na parte norte, adentrando o mar à nascente, o Forte de Santa Cruz, construído no mesmo século. Entre estas fortificações foi se configurando o espaço urbano e as edificações foram sendo dispostas no mesmo sentido da enseada.

A ampliação do tecido urbano se deu com a construção da Igreja da Santa Casa de Misericórdia, antes de 1570, e de seu hospital anexo, construído antes de 1631. O tecido também foi ampliado na direção do convento franciscano e da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Posteriormente, já no século XVIII, foi construída uma nova edificação para a Casa de Câmara, que estava situada no final da Rua Direita, e uma praça em sua frente, criando ali, um novo centro cívico da vila. Portanto, a tradicional Rua Direita ligava a praça cívica, que ficava na parte central do núcleo urbano, à Igreja Matriz.

Sendo assim, a estrutura principal do povoado se configurou e os arruamentos foram se desenvolvendo neste contexto. O tecido urbano formou-se de forma radial, tendo como polo radiador a via de saída da vila e partindo em direção ao largo da Matriz, o cais de desembarque e o convento de São Francisco. A malha foi então disposta em forma de leque, sendo cortada no sentido contrário por uma via que ligava o convento à praça cívica (figura 10).



- TRAÇADO DO NÚCLEO INICIAL PRINCIPAL
- PONTOS DE LIGAÇÃO
- RUA DIREITA
- PRAÇA CÍVICA
- IGREJA MATRIZ

Figura 10: Esquema de formação do tecido urbano da Vila das Velas sobre Planta da Villa das Vélas de Antônio Manoel da S. Heitor, 1867. Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar. Site: <http://am.exercito.pt/bibliopac/>

3.1.4. Função e atividades predominantes originais

A escolha dos sítios nas povoações insulares tinha como premissa a presença de uma enseada para a implantação do porto. Assim aconteceu na vila das

Velas, cujo porto tinha importância na vida econômica da mesma e possibilitava a exportação da produção agrícola local.

Os maiores períodos de crescimento econômico da vila foram o século XVI, com a produção do trigo e da planta tintureira chamada Pastel, que era exportada e bastante cultivada nas ilhas dos Açores, e o século XVIII, com o cultivo e exportação da laranja.

3.2. HORTA

A cidade de Horta está localizada na ilha do Faial, que faz parte do grupo central do Arquipélago dos Açores. Horta é a única cidade desta ilha, que possui apenas outros pequenos núcleos urbanos.

O patrimônio imóvel da cidade de Horta encontra-se inventariado, assim como seu núcleo urbano de formação. Este conjunto urbano é formado pela parte baixa da cidade, cujo tecido antigo encontra-se razoavelmente conservado.

3.2.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água

A ocupação e formação do núcleo urbano da cidade de Horta foram determinadas pela existência de uma enseada abrigada em um lado pelo Monte Queimado e no outro lado pelo Monte da Espalamaca. Portanto, assim como em outras cidades insulares portuguesas, a procura por locais litorâneos e abrigados era decisiva na ocupação do território pelos portugueses.

A enseada está voltada para de leste a sul, visto que a mesma tem a forma de arco em direção para o sudeste. As baías voltadas para o sul tinham preferência para a fixação dos núcleos urbanos insulares, pois são mais abrigadas.

Ao norte da enseada, a presença de uma ribeira delimitou a ocupação neste sentido. Ao sul da enseada também havia a delimitação do Monte das Moças próximo

ao Monte Queimado, ao oeste delimita-se com o Monte Carneiro, apresentando uma topografia que dificultou a continuidade do tecido urbano.

3.2.2. Origem e processo de formação urbana

A descoberta da ilha do Faial, juntamente com as demais ilhas do grupo central dos Açores, é admitida no final dos anos 30 do século XV. O documento mais antigo que se referem ao povoamento desta ilha data de 1468, carta que concede a capitania da ilha ao flamengo Josse Van Hurtere.

A bibliografia consultada aponta a presença de flamengos na povoação da ilha, além de oriundos do norte e do centro de Portugal, e em menor número, oriundos do sul. A maior parte da população se estabeleceu e formou o núcleo urbano da Horta, que passou a ser o principal núcleo da ilha.

A data em que Horta foi elevada à vila não pode ser estabelecida com certeza, porém a mesma assim permaneceu até 1833, quando foi elevada a cidade. Desta forma percebe-se como foi lento o processo de crescimento da vila, tendo até o século XIX, apresentado uma malha urbana original com poucas transformações.

3.2.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado

O primeiro núcleo urbano que se desenvolveu na região localizava-se junto à ribeira da Conceição, que delimitava o espaço urbano, e descia para o sul. De acordo com BARREIRA³³ os primeiros registros sobre este povoado são de autoria de Gaspar Frutuoso que percorreu a vila entre 1580 e 1590 e descreveu a chamada “Vila de Orta”. A descrição da vila remete ao núcleo onde se encontrava a Matriz e junto dela o convento. No meio da vila ficava a Casa da Misericórdia e o hospital, além do Mosteiro de São Francisco, uma Ermida, o porto e o portão de acesso.

O limite deste núcleo inicial era a muralha junto à praia, a sudeste, a ribeira, a nordeste, o convento de São Francisco, a sudoeste e o convento do Carmo a

³³ BARREIRA, César Gabriel. Um Olhar Sobre a Cidade da Horta. Horta, PT: Núcleo Cultural da Horta, 1995.

noroeste. Os conventos faziam a transição do espaço urbano com a área rural onde havia as hortas.

Ao sul da enseada e também voltado para a baía de Porto Pim, se desenvolveu outro núcleo urbano, separado pelo Monte das Moças. Portanto, a ocupação se deu inicialmente de forma bipolar, conforme pode ser verificado na planta esquemática (figura 11) apresentada por BARREIRA. O núcleo segregado era formado por poucas vias e tinha como equipamento principal apenas a igreja, cuja freguesia foi criada em 1648 e denominada de Freguesia de Nossa Senhora das Angústias.

A forma de assentamento bipolar teve como consequência a formação de uma via de ligação junto à margem da enseada e que posteriormente incorporou-se ao tecido da cidade e passou a ter importância funcional de ligação com o porto que se desenvolveu no núcleo ao sul.

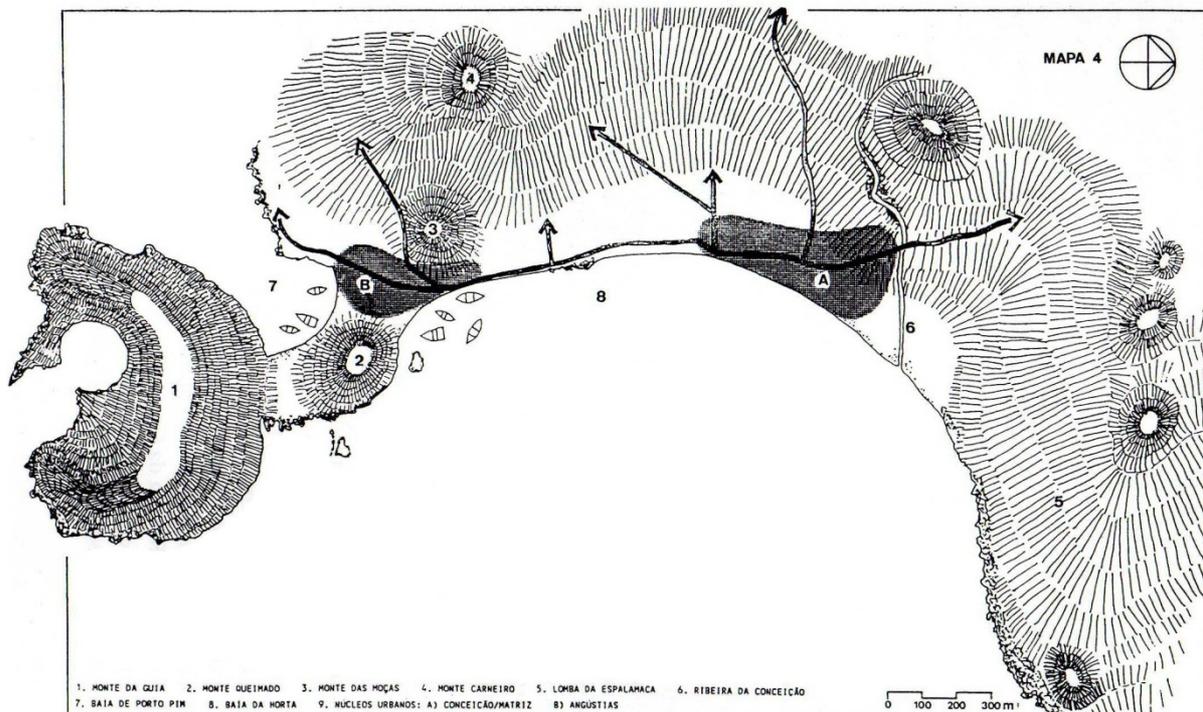


Figura 11: Polos iniciais da Horta. Fonte: BARREIRA, César Gabriel. Um Olhar Sobre a Cidade da Horta. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 1995, p. 24.

BARREIRA também traz uma representação deste núcleo de formação através de um mapa onde estão localizadas as principais funções da vila (figura 12). Esta representação não apresenta uma data de referência, porém, provavelmente se refira à vila entre os séculos XVII e XVIII, visto que já no século XIX o convento de São João e a Matriz já haviam sido demolidos, devido a problemas de falta de conservação após sucessivos abalos sísmicos.

O núcleo urbano principal se desenvolveu junto à Matriz e à praça cívica, onde se encontrava a casa da Câmara e Cadeia e o pelourinho. Pode se perceber também a posição da Matriz voltada para o sentido contrário do mar e de frente para o convento. Este núcleo se localizava na parte mais alta da vila, e, acompanhando a topografia descia até a praia na chamada parte baixa, passando pela praça cívica.

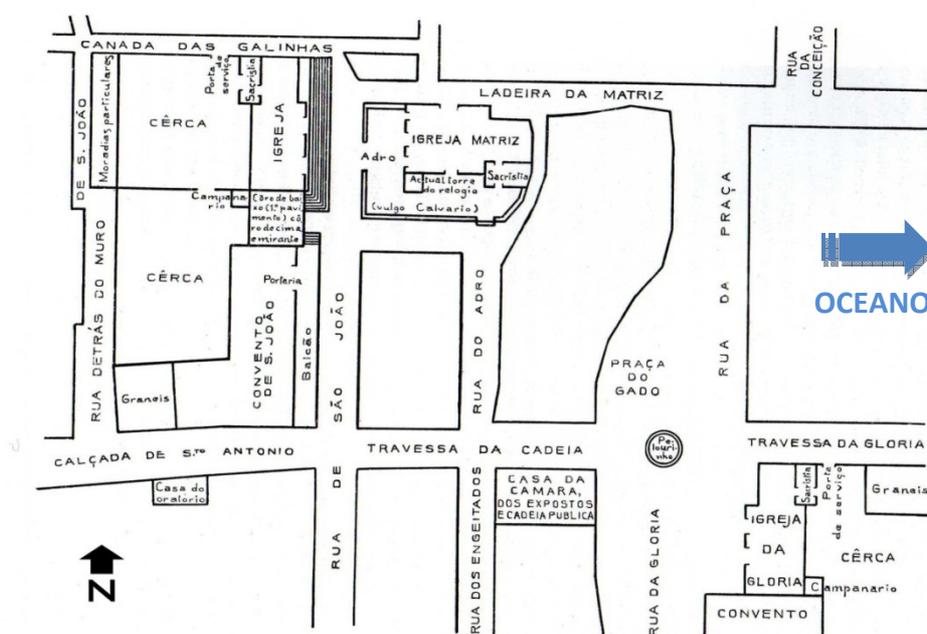


Figura 11: Mapa do núcleo urbano inicial com a localização dos conventos, igrejas e arruamentos. Fonte: BARREIRA, César Gabriel. Um Olhar Sobre a Cidade da Horta. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 1995, p. 114.

O tecido urbano era formado por vias que desciam paralelas à ribeira e perpendiculares à costa, descendo uma colina onde se encontrava a Matriz. Outras vias foram dispostas no sentido oposto, ou seja, paralelas à costa e foi se formando o tecido que pode ser considerado medievo-renascentista.

Nos mapas mais antigos que mostram o tecido urbano de formação datam já do século XIX e demonstram as características apontadas. Sobre o mapa de 1864, (figura 13) foi feito um esquema do tecido urbano e seus equipamentos, onde também já se pode perceber a ligação dos dois polos de urbanização, onde posteriormente se desenvolveu a chamada Vila Nova.

Os mapas e as representações de Horta não indicam a localização ou existência da chamada Rua Direita, porém, conforme apontamento de FERNANDES³⁴ quando descreve sobre uma imagem da cidade, a Rua Direita seria a rua que ligava a Matriz ao Colégio dos Jesuítas. Esta seria uma via importante do conjunto urbano, e, além disso, os equipamentos existentes nos pontos extremos de ligação da mesma condizem com a função das “ruas direitas” das vilas portuguesas deste período.

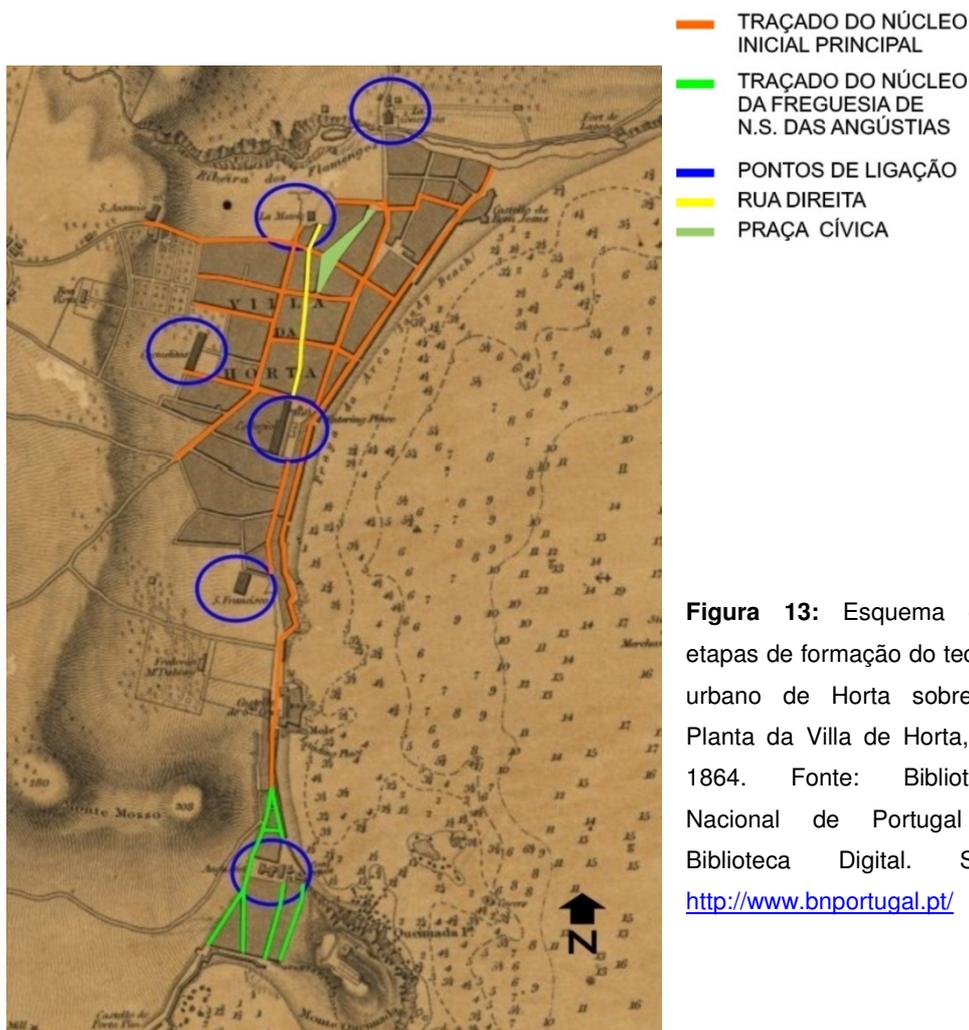


Figura 13: Esquema das etapas de formação do tecido urbano de Horta sobre a Planta da Villa de Horta, de 1864. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Digital. Site: <http://www.bnportugal.pt/>

³⁴ FERNANDES, José Manuel. Horta: uma leitura da sua evolução urbana. In, INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO IMÓVEL DOS AÇORES. Horta - Faial Coordenação de Jorge A. Paulus Bruno. Horta, PT: Câmara Municipal, 2003.

O desenvolvimento econômico do porto que ficava junto ao núcleo ao sul da enseada fez com que o tecido urbano fosse crescendo também para o sul. Sendo assim, o núcleo central passou a ser junto ao antigo Colégio dos Jesuítas. Após sucessivos abalos sísmicos e a consequente destruição da Matriz, a mesma passou para este novo centro, assim como a Câmara Municipal.

Assim se consolidou o espaço urbano da cidade de Horta até o século XIX, período a ser considerado neste estudo.

3.2.4. Função e atividades predominantes originais

O núcleo urbano inicial de Horta, assim como outros núcleos das ilhas dos Açores, teve papel importante como ponto de parada das embarcações que vinham das Índias, no período das grandes navegações do século XVI. A enseada abrigada era propícia para a implantação do porto, que propiciou o desenvolvimento econômico de Horta através da atividade marítimo-mercantil.

A atividade comercial do porto ganhou importância e, já no século XVII, devido à proximidade com as outras ilhas centrais do arquipélago, o porto de Horta centralizou as atividades de ancoragem das grandes embarcações e passou a ter importância intercontinental.

As atividades locais de agricultura tiveram importância para a economia da vila, quando, ainda no século XV, com a produção e exportação de trigo e da planta chamada Pastel³⁵, foi elevada à vila. A exportação do Pastel no período da colonização das ilhas teve papel importante no desenvolvimento econômico de Horta, assim como a produção de cereais e do linho.

No entanto, o processo de decadência da produção de grãos fez com que, entre o século XVIII e XIX, fosse desenvolvida a produção e exportação da laranja. Esta atividade também foi importante para que se mantivesse o movimento do porto, que passou também a abrigar a atividade de exportação do vinho.

³⁵ Pastel é o nome comum da planta *Isatis tinctoria L.* e do extracto fermentado das suas folhas, usado como corante azul em tinturaria e pintura. FONTE: Wikipedia

Sendo assim, foi também neste período se desenvolveu a principal atividade econômica da vila, com o crescimento do porto e suas oportunidades de comércio. As condições geográficas estratégicas e propícias do porto fizeram com que o mesmo permanecesse na rota do comércio internacional e sua reforçaram a sua função de escala das embarcações oriundas das Américas. O porto torna-se então o elemento estruturante da economia da Horta, visto que muitos estrangeiros se fixaram e atribuíram à mesma, característica cosmopolita.

3.3. ANGRA DO HEROÍSMO

Angra do Heroísmo é considerado um dos conjuntos urbanos mais significativos dos Açores, de grande expressão, tanto na arquitetura como no seu traçado urbano. Após o abalo sísmico no ano de 1980, o seu conjunto urbano histórico foi cuidadosamente reconstruído, levando o mesmo a ser considerado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1983. A cidade possui uma herança urbana que alia a retícula, do século XV, ao traçado de adaptação ao terreno, característico do período de expansão portuguesa.

3.3.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água

Localizada na Ilha Terceira do Arquipélago dos Açores, a cidade de Angra do Heroísmo, assim como a maior parte das vilas açorianas, é litorânea e se encontra voltada para a costa sul, visto que a costa meridional das ilhas são mais abrigadas. A procura pelo sul para a instalação de vilas é uma característica comum a todas as ilhas do arquipélago, além de ser uma característica das cidades de Portugal Continental.

Outra característica importante deste sítio é a presença de uma enseada, que abriga e favorece a implantação de ancoradouros, fator este muito decisivo na escolha dos sítios para implantação de cidades no período de expansão portuguesa. A enseada é delimitada a oeste pelo extinto vulcão denominado de Monte Brasil, que adentra o oceano e forma uma ponta.

O tipo de solo tem como característica a presença da pedra negra vulcânica. As ilhas foram inúmeras vezes abaladas por erupções e sismos, fato que atribuiu uma forte religiosidade nos povoados açorianos.

3.3.2. Origem e processo de formação urbana

A ilha terceira foi descoberta pelos portugueses na primeira metade do século XV. A presença de uma grande enseada favoreceu a proteção dos navios que voltavam das Índias, criando, desta forma, ponto de escala dos mesmos. Foi neste ponto da ilha que se desenvolveu o aglomerado urbano de Angra do Heroísmo, cujo povoamento teve início com a doação da ilha Terceira à Jácome de Bruges.

O crescimento urbano a partir de então, pode ser constatado através das datas de fundação do município, em 1474 e sua elevação à Vila em 1478. Já no início do século XVI, houve um grande surto de desenvolvimento urbano e crescimento da população. Segundo alguns autores, este fato pode estar relacionado à imigração dos judeus para Portugal. Em 1534, Angra do Heroísmo foi elevada a cidade.

3.3.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado

A primeira etapa de assentamento urbano da vila de Angra do Heroísmo teve como característica a forma linear, forma muito comum aos aglomerados insulares nesta época, e estava disposta perpendicularmente à costa. O aglomerado inicial se formou junto ao Castelo de São Luís, que se localizava afastado da costa, no alto de uma colina, e descia em direção ao vale e à enseada. Esta disposição inicial se deu devido a fatores de defesa e abastecimento.

A população era ainda rural e sua atividade principal era a produção de trigo. Os moinhos estavam localizados nesta região, como pode ser observado na imagem de Linschoten, de 1589 (figura 14), e formaram a chamada Ribeira dos Moinhos, que descia do alto da colina até a chamada Praça Velha.

O núcleo urbano que se desenvolveu inicialmente tinha como característica o traçado irregular que acompanhava a descida do terreno em direção à praia. As ruas se formaram acompanhando a descida da Ribeira dos Moinhos e a linha principal

seguia um eixo perpendicular e passava pelo Convento Franciscano até formar a Rua do Espírito Santo.

Posteriormente, o crescimento da vila se deu no sentido paralelo à costa, visto que a mesma crescia em direção aos outros aglomerados urbanos da ilha, que também se desenvolveram no litoral. A via principal que originou o crescimento desta fase é considerada por FERNANDES³⁶ como uma rua “direta” entre colinas, a Rua Direita, comum na formação das cidades portuguesas. Esta rua ligava a Igreja Matriz e a praça da câmara e cadeia aos extremos da vila no sentido poente e nascente.

Já no século XVI, com o desenvolvimento do porto de Angra do Heroísmo, através do transporte das especiarias que vinham das Índias e dos metais das Américas que faziam escala nos Açores, a região da área baixa e portuária cresceu e se desenvolveu, quando também foram construídos os prédios da Alfândega e da Misericórdia. Estes se ligavam à região da Matriz e da Praça da Câmara, e, portanto, à Rua Direita, através de duas ruas paralelas entre si e perpendiculares à costa, chamadas de Rua de São João e de Lisboa.

Após a formação destas ruas paralelas, o arruamento se desenvolveu de forma regular, em direção ao poente, configurando uma malha xadrez, que caracterizou a cidade de Angra do Heroísmo como renascentista e moderna. As ruas que seguiam a orientação perpendicular à costa, paralelas às ruas de São João e de Lisboa, eram mais largas e as ruas paralelas à costa eram mais estreitas.

O tecido regular deste período ocupação é considerado como terceira fase de ocupação e corresponde ao início do século XVI. Diversos edifícios importantes foram se estabelecendo nesta parte da cidade que cresceu na direção poente, criando um núcleo de ocupação mais “nobre”, diferente do que aconteceu na direção nascente.

Segundo FERNANDES, esta área regular de Angra podia ser comparada ao Bairro Alto de Lisboa no mesmo período. Além disso, a cidade de Lisboa, assim como Angra do Heroísmo apresentou também um crescimento a formação de uma área popular junto ao porto, na parte baixa. Foi então, na direção nascente, que Angra do

³⁶ FERNANDES, José Manuel. Angra do Heroísmo: aspectos urbano-arquitetónicos. Angra do Heroísmo, PT: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

Heroísmo cresceu de forma desordenada, formada pela população ligada à pesca e à navegação, formando o bairro Corpo Santo.



- TRACADO IRREGULAR JUNTO AO CASTELO EM DIREÇÃO À BAÍA
- FORMAÇÃO LINEAR
- RUA DIREITA
- RUAS SÃO JOÃO E LISBOA
- PONTOS DE LIGAÇÃO
- CRESCIMENTO "XADREZ"

Figura 14: Esquema das etapas de formação do tecido urbano de Angra do Heroísmo sobre gravura de LINSCHOTEN, de 1589. Fonte da Gravura: FERNANDES, José Manuel. História Ilustrada da Arquitetura dos Açores. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

No decorrer do processo de formação urbana de Angra do Heroísmo, a expansão se deu no contorno do núcleo descrito, porém a malha estruturadora permaneceu dentro do limite inicial pelo menos até o final do século XIX, como pode se perceber na planta de Angra datada de 1870, de autoria de Amorim de Freitas (figura 15).



Figura 15: Planta da Cidade de Angra do Heroísmo, 1870, por João Baptista Amorim de Freitas.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Digital. Site: <http://www.bnportugal.pt/>

3.3.4. Função e atividades predominantes originais

A cidade de Angra do Heroísmo está localizada na Ilha Terceira do Arquipélago do Açores. Esta ilha recebeu este nome porque teria sido a terceira ilha a ser descoberta pelos navegadores no século XIV. Seu processo de povoação se deu através de diversas cartas de doação que ordenavam a posse da mesma e orientavam a sua povoação.

Esta primeira fase de povoação tinha o caráter de apenas de ocupação do território e de ocupação da costa para o desenvolvimento de portos de ligação marítima. Posteriormente, a terra passou a ser explorada para a plantação de trigo para a subsistência.

A existência da chamada Ribeira dos Moinhos foi importante para o desenvolvimento econômico da vila, visto que a força da descida da água que vinha da serra do Morião para o mar foi propício para a construção de diversos moinhos que abasteciam a vila de água potável e geravam força-motriz.

Quando Angra foi elevada à cidade em 1534, por Carta Régia de D. João III, Angra apresentava um surto de crescimento elevado, visto que fazia parte da escala de retorno das navegações no Caminho das Índias. A baía de Angra do Heroísmo tinha grande movimento e a população abastecia as embarcações com diversos produtos como caças, aves, frutas, gado, entre outros.

Angra do Heroísmo cresceu economicamente, principalmete, com o movimento de seu porto e com a produção de farinha através da força dos moinhos. Também foram desenvolvidas atividades ligadas à reparação naval devido ao drescimento do porto, além de produção de mobiliário e têxteis.

A cidade também teve uma importante função religiosa quando em 1534 tornou-se sede do Arcebispado dos Açores. Foi então que diversas edificações religiosas foram sendo construídas e contribuindo para o crescimento da cidade, como por exemplo, o convento dos Franciscanos, a Igreja da Misericórdia e a Sé Catedral do Santíssimo Salvador.

4. PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CIDADE DE TRIUNFO

4.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água

A localização do núcleo urbano inicial de Triunfo foi determinada pela posição estratégica junto à confluência dos rios Jacuí e Taquari. No século XVIII, o Rio Jacuí fazia parte do percurso para as Missões, visto que, partindo do Guaíba, se comunicava a Laguna dos Patos, e no seu curso, passava por Rio Pardo, que possuía fortificação e se configurava como ponto estratégico. Durante este século, muitos povoados se formaram ao longo deste percurso.

A topografia é acidentada, e o povoado se estabeleceu na parte alta, que fica junto do Rio Jacuí. A margem do Rio Taquarí é mais baixa e plana, ficando, portanto, mais vulnerável a enchentes. Desta forma, o núcleo urbano não se formou na sua proximidade, criando, junto à sua margem, uma extensa faixa de terra sem ocupação (figura 16).

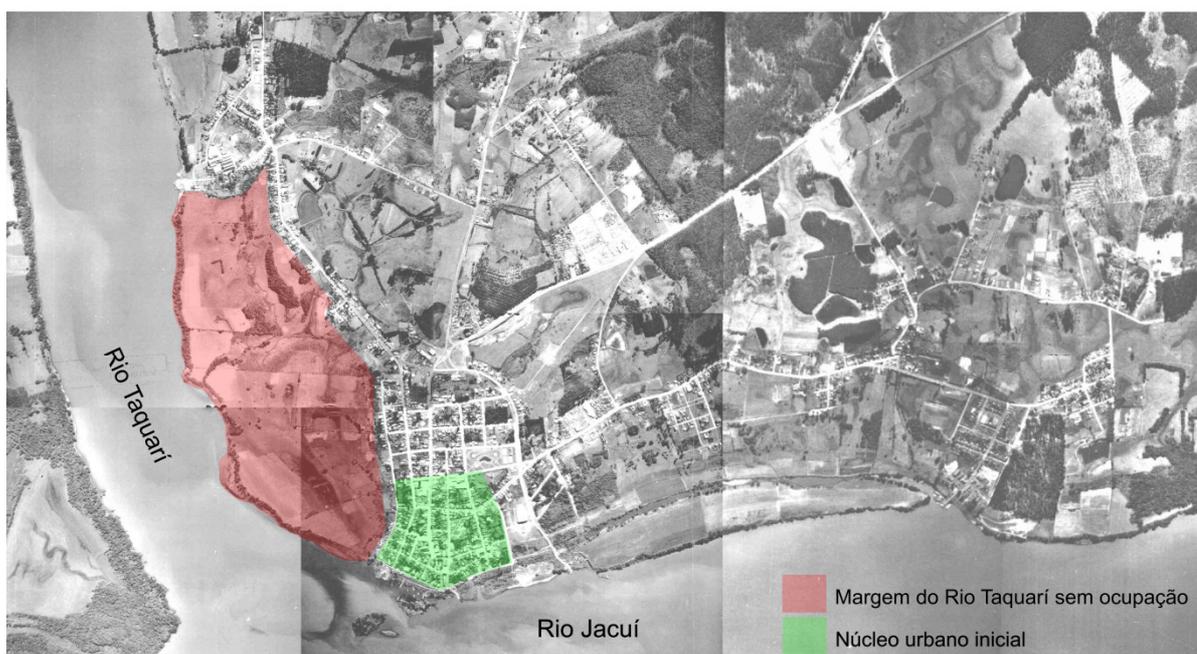


Figura 26: Imagem aerofotogramétrica de Triunfo. Fonte: Metroplan

4.2. Origem e processo de formação urbana

A origem da urbanização da cidade de Triunfo parte da doação pelo Governador Geral da Capitania, general Gomes Freire de Andrade, da sesmaria da Piedade, em 1752, a Manoel Gonçalves Meirelles e sua esposa Antônia da Costa Barbosa. Meireles era natural de Mondim de Basto, em Portugal, cujo estudo da formação urbana foi desenvolvido anteriormente e que poderá apresentar alguma relação com a formação do povoado de Triunfo.

A sesmaria seria concedida com a condição de que fosse reservada “meia légua em quadro”, a partir da “barranca” do Jacuí, para o “rocio”³⁷ da povoação de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo. Portanto, o núcleo urbano da povoação não se desenvolveu na sede da sesmaria de Manuel Gonçalves Meirelles, e sim, foi estabelecido por Francisco Xavier de Azambuja, no chamado porto da Forquilha, na confluência dos rios Jacuí e Taquarí, que foi o local destinado para a localização do já referido “rocio”.

No ano de 1754, iniciou-se a construção da Igreja Matriz. Após dois anos, a povoação que se desenvolvia rapidamente foi elevada à Freguesia, em 04 de setembro de 1756. A Freguesia Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo recebeu então o seu primeiro Vigário, o padre português Tomás Clarke³⁸, que contribuiu para a formação da vila.

Foi de autoria do padre Tomás Clarke o primeiro mapa da região que se tem registro, onde se percebe a demarcação das fazendas que compunham a nova freguesia, juntamente com um esboço da Igreja Matriz, do núcleo urbano de Santo Amaro, do Forte Jesus Maria, em Rio Pardo e de Viamão. Através deste mapa comprova-se a propriedade de Manoel Gonçalves Meirelles das terras referentes à sesmaria da Piedade, visto que se encontram registrados todos os nomes dos proprietários das terras, juntamente com a marcação gráfica no mapa (figura 17).

³⁷ Termos utilizados no Auto da Medição da sesmaria da Piedade, de 1819. O termo “rocio” refere-se ao núcleo urbano que deveria ser implantado na sesmaria. Fonte: ALMEIDA, Marino Josetti de. O Município de Triunfo. Separata da revista do Instituto Histórico e Geográfico do rio Grande do Sul. Porto alegre: Typographia do Centro, 1931.

³⁸ A família Clarke é de origem inglesa e também encontram-se registros da grafia “Clark”.

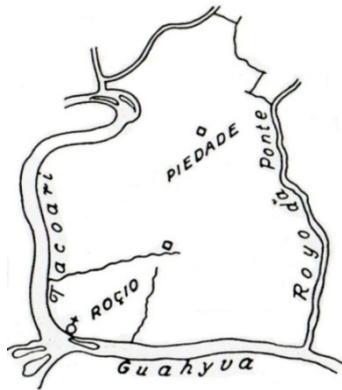


Figura 18: Mapa da Medição, de 1819.
Fonte: Marino Josetti de Almeida. O Município de Triunfo, 1931, p. 19.

Em Outubro de 1831, já no período Imperial Triunfo foi elevado à categoria de município, que abrangia os distritos de Santo Amaro, Taquarí, Dôres e São João. O registro do Auto da Criação da Vila Nova do Triumpho é datado de outubro de 1832. A partir da formação da vila, foi criada a Câmara Municipal.

4.2.1. Origem dos primeiros habitantes

A origem dos primeiros povoadores da freguesia Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo pode ser identificada através da análise dos primeiros registros de nascimento da mesma, que descrevem a origem dos familiares e, portanto, fornece um panorama relevante para a identificação das famílias que povoaram a freguesia. Conforme a **Tabela 1** (ver anexo 01) desenvolvida para a formação da metodologia desta pesquisa, que se baseou no estudo realizado por FABRÍCIO³⁹, onde se encontra a descrição das famílias registradas no Livro nº1 e nº 2 de Batizados e no Livro nº1 de casamentos da freguesia, a maior parte dos povoadores eram imigrantes portugueses.

A freguesia em questão compreendia os atuais municípios de Guaíba, São Jerônimo, Triunfo, General Câmara, Rio Pardo, Taquarí, Caí, Montenegro, Tapes e Camaquã, e fazia parte da antiga vila de Porto Alegre, juntamente com mais três freguesias. Desta forma, os registros de batizados e casamentos desta freguesia,

³⁹ FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

analisados neste trabalho, referem-se a uma abrangência espacial muito maior do que o atual município de Triunfo. A freguesia de Rio Pardo foi desmembrada da freguesia Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, em 1769, assim como a freguesia de Santo Amaro, em 1773 e a freguesia de Taquari em 1795.

Através da análise da **Tabela 1**, onde foram listadas 192 famílias, pode-se perceber a predominância de famílias de origem açoriana. Encontramos também um número significativo de famílias cujo representante nasceu no Brasil, mas a origem de seus ascendentes não foi considerada, visto que faltavam muitas informações para que fosse possível a realização de um quadro de dados mais completo. O resultado do levantamento sobre a origem das famílias encontra-se resumido na **Tabela 7**.

Tabela 7

Resumo das origens das famílias da Tabela 1.

	TOTAL DE FAMÍLIAS	PORCENTAGEM
ORIGEM LUSA - AÇORES	82	42,7
ORIGEM BRASIL	64	33,3
ORIGEM LUSA - CONTINENTE	34	17,7
DESCONHECIDO	7	3,6
ORIGEM LUSA - MADEIRA	3	1,6
OUTROS	2	1,1
	192	100

Fonte dos dados: FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

A análise da origem das famílias listadas na **Tabela 1** também nos fornece um panorama da predominância de algumas localidades. Por exemplo, das famílias provenientes das ilhas dos Açores, encontramos uma recorrência maior de naturais da Ilha de São Jorge (39 %). Foram encontradas famílias de origem de mais seis ilhas dos Açores. Ilha do Faial (23,2%), Ilha Terceira (12%), Ilha do Pico (8%), Ilha de São Miguel (6%), Ilha de Santa Maria (3,7%), e da Ilha Graciosa (3,7%).

As famílias de origem portuguesa do continente apresentaram as mais diversas regiões de origem. A maior parte dos imigrantes portugueses do continente, era proveniente da região Norte⁴⁰ de Portugal, resultando em 60%, com uma predominância maior do distrito de Braga. A região Lisboa também obteve uma percentagem significativa conforme **Tabela 8**.

Tabela 8

Panorama sobre as regiões de Portugal continental de onde originaram as famílias constantes na **Tabela 1**.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA - NUTT	PORCENTAGEM
NORTE	60
LISBOA	25
CENTRO	12
ALGARVE	3

Fonte dos dados: FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

Para que possa ser constatada a permanência das famílias na Freguesia, e não apenas o seu nascimento, foram destacadas as famílias que mais batizaram filhos em Triunfo, e foi desenvolvida a **Tabela 9**. Através desta tabela, a origem das famílias destacadas é determinante para a análise dos imigrantes que permaneceram e povoaram a região onde se localiza o atual município de Triunfo.

Através da análise da **Tabela 9**, pode ser percebida a diversidade da origem dos povoadores, não predominando a origem açoriana sobre a origem portuguesa continental, conforme resultado apresentado na **Tabela 7**. Como o registro da permanência destas famílias fornece um panorama de povoação mais seguro, o resultado da **Tabela 9** torna-se mais relevante.

Tabela 9

Panorama sobre as famílias constantes na **Tabela 1** que mais batizaram filhos na freguesia de Triunfo.

⁴⁰ Divisão administrativa de Portugal – NUTT II (Unidade Territorial para Fins Estatísticos de Nível II): Região Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira.

CABEÇA DE CASAL	ORIGEM	FILHOS NASCIDOS TRIUNFO
LUIZ VICENTE PACHECO DE MIRANDA	Ponte de Lima, Braga	12
FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA RAPOSO	Monção do Minho, Braga	11
JOÃO FRANCISCO DE ALMEIDA	Pejeiros, Coimbra	11
INÁCIO FRANCISCO DE MELO	Ilha de Santa Maria	10
FRANCISCO MACHADO LEÃO	Ilha de São Jorge	10
JACINTO ROQUE PEREIRA GUIMARÃES	Guimarães	9
AGOSTINHO GOMES JARDIM	Funchal - F. Santo Antonio	8
DOMINGOS FRANCISCO	Torres Vedras, Lisboa	8
MANUEL RIBEIRO DA SILVA	Ilha de Faial	8
PEDRO DE SOUZA PINTO	Paranaguá, SP	8
MANUEL ALVES DE CARVALHO	Mondin de Basto, Braga	7
JOÃO DE BORBA MACHADO	Ilha Terceira	7
JOSÉ FERNANDES PETIM	Monção do Minho, Braga	7
ANTÔNIO FRANCISCO DE GUSMÃO	Guaratinguetá, SP	7
PEDRO DE ARAUJO LOPES	Ilha de São Miguel	7
MANUEL GONÇALVES MEIRELES	Mondin de Basto, Braga	6
FRANCISCO RODRIGUES GULART	Ilha de São Jorge	6
INÁCIO XAVIER CESAR	São Paulo, SP	6
MIGUEL PEDROSO LEITE	São Paulo, SP	6
FRANCISCO XAVIER DE AZAMBUJA	São Paulo, SP	5
FRANCISCO DA SILVA	Agreda, Coimbra	5
ANTÔNIO JOSÉ MACHADO DE ARAUJO	Ponte de Lima, Braga	5
BERNARDO BATISTA	Funchal	5
ANTÔNIO LOPES DURO	Golegão, Lisboa	5
JOÃO RODRIGUES DE AGUIAR	Furquim, MG	5
JOÃO SOARES LEITE	Guaratinguetá, SP	5
JOSÉ RODRIGUES II	Ilha Terceira	5
JOSÉ DA SILVA	Ilha de São Jorge	5

Fonte dos dados: FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

As famílias de origem açoriana que mais batizaram filhos em Triunfo foram relacionadas na **Tabela 10** (ver anexo 2), destacando a permanência mínima das mesmas na freguesia, assim como as ilhas de origem do chamado “cabeça de casal” e de sua esposa. Das famílias de origem açorianas destacadas neste quadro, a maior parte é proveniente da Ilha de São Jorge. Este resultado pode ser relevante na busca pelas semelhanças da cidade de Triunfo com as cidades do arquipélago. Sendo assim, a Ilha de São Jorge se apresenta como a ilha com maior relevância para o estudo comparativo.

Portanto, apesar de não ser possível estabelecer a localização da moradia dos povoadores constantes na **Tabela 1**, visto que os registros são de toda a freguesia, em uma abrangência espacial significativamente maior, a origem dos povoadores da vila em questão se encontra dentro deste panorama, podendo sofrer alterações quanto às porcentagens, mas se enquadrando nas mesmas origens.

O estudo de FABRÍCIO apresenta também um mapa da freguesia de Triunfo com a marcação da localização dos proprietários de terras na mesma. Através deste

levantamento foi possível estabelecer o cruzamento dos dados apresentados na **Tabela 1** com os nomes dos proprietários de terras listados na legenda do mapa da freguesia.

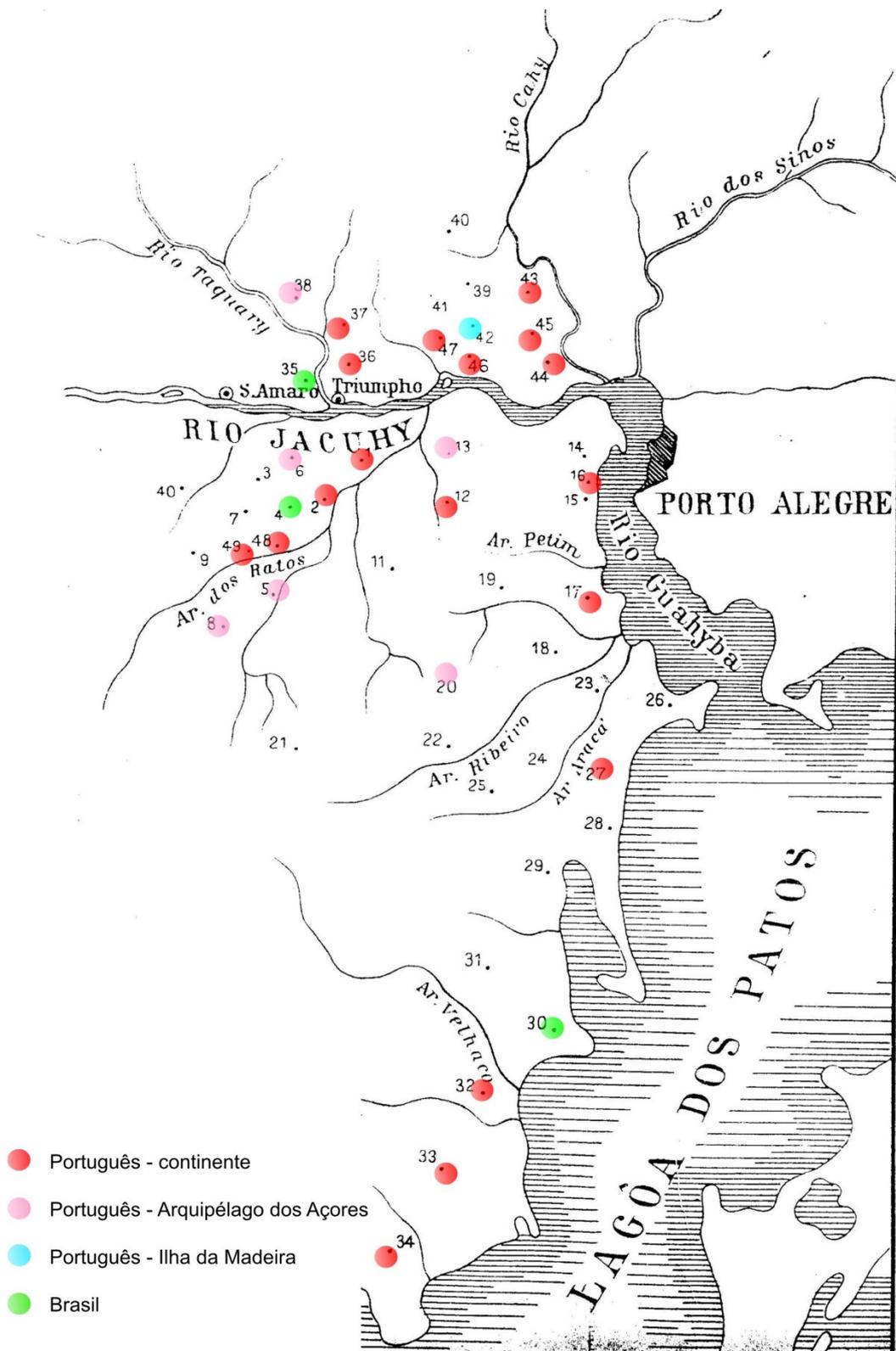
O resultado deste cruzamento de dados encontra-se na **Tabela 11**, podendo, desta forma, ser destacada a origem dos mesmos. Foram utilizadas cores diferentes para representar as diferentes origens. Com as mesmas cores, foi realizada a marcação espacial das origens dos proprietários de terras, formando o **Mapa 1**, que foi feito sobre o mapa da freguesia apresentado no estudo de FABRÍCIO. Podemos identificar, através da análise do **Mapa 1**, a maior proporção de imigrantes de Portugal continental sobre os imigrantes dos Açores, da Madeira e do Brasil.

Tabela 11

Panorama sobre a origem dos proprietários de terras constantes no **Mapa 1** da freguesia de Triunfo.

NÚMERO NO MAPA	CABEÇA DE CASAL	ORIGEM
1	LUIZ VICENTE PACHECO DE MIRANDA	Ponte de Lima, Braga
2	MANUEL DE PAIVA GARRIDO	Portugal
4	ANTÔNIO ADOLFO CHARÃO	Rio de Janeiro, RJ
5	INÁCIO FRANCISCO DE MELO	Ilha de Santa Maria
6	ANTÔNIO JOSÉ DE AVIZ	Ilha Graciosa
8	TOMÉ CARDOSO DE MENDONÇA	Ilha do Pico
10	AGOSTINHO GOMES JARDIM	Funchal - F. Santo Antonio
12	JOÃO FRANCISCO DE ALMEIDA	Pejeiros, Coimbra
13	JOSÉ FRANCISCO DA SILVEIRA CASADO	Ilha do Pico
16	JACINTO ROQUE PEREIRA GUIMARÃES	Guimarães
17	JOSÉ FERNANDES PETIM	Monção do Minho, Braga
20	JOÃO DE BORBA MACHADO	Ilha Terceira
33	MANUEL DURÃES DE FARIAS	Galhufe, Porto
34	ANTÔNIO LOPES DURO	Golegão, Lisboa
38	JOÃO DE ORNELAS DE SOUZA	Ilha Terceira
42	BERNARDO BATISTA	Funchal
43	MANUEL ALVES DE CARVALHO	Mondin de Basto, Braga
44	CUSTÓDIO FERREIRA DE OLIVEIRA GUIMARÃES	Guimarães
45	ANTÔNIO JOSÉ MACHADO DE ARAUJO	Ponte de Lima, Braga
46	BARTOLOMEU GONÇALVES DE MAGALHÃES	Chaves, Braga
47	ANTÔNIO FRANCISCO DE ABREU	Lisboa
48	MANUEL RIBEIRO BAIÃO	Basto, Braga
49	FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA RAPOSO	Monção do Minho, Braga
27 e 37	FRANCISCO DA SILVA	Agreda, Coimbra
30 e 35	FRANCISCO XAVIER DE AZAMBUJA	São Paulo, SP
32 e 36	MANUEL GONÇALVES MEIRELES	Mondin de Basto, Braga

Fonte dos dados: FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.



Mapa 1: Marcação através de cores da origem dos proprietários de terra da Freguesia Nossa Senhor Bom Jesus do Triunfo. Fonte do mapa: FABRICIO, José de Araújo. A freguesia de Nossa S. Bom Jesus do Triunfo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27.

De acordo com o panorama de que 42,7% das famílias que povoaram a freguesia de Triunfo eram provenientes do arquipélago dos Açores, apresenta-se um dado representativo da presença de açorianos na formação do povoado. No entanto, conforme análise anterior sobre a formação dos povoados e vilas do Brasil colonial, a criação do povoado ficava sobre responsabilidade do proprietário da sesmaria, podendo ser determinado formalmente pela Coroa ou não. Desta forma, torna-se necessário também o conhecimento da origem do proprietário da sesmaria onde se localizava o povoado de Triunfo, para que possa ser estabelecida a relação da origem do mesmo com a formação do núcleo urbano em questão.

Um dado importante a ser destacado é a confirmação de que o núcleo urbano do atual município de Triunfo encontra-se sobre as terras do proprietário de número 36 do **Mapa 1**, Manoel Gonçalves Meirelles, de origem da freguesia de Braga, no norte de Portugal. Através da certidão de nascimento do neto de Manoel Gonçalves Meireles, o general Bento Gonçalves da Silva, registrada no Livro nº 2 de Batismos da Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, pode-se comprovar a genealogia dos proprietários da sesmaria:

"Aos dezanove dias do mês de outubro de mil setecentos e oitenta e oito, nesta Matriz do Senhor Bom Jesus do Triunfo, batizei e pus os Santos Óleos a - BENTO - filho legítimo do Alferes Joaquim Gonçalves da Silva, natural da freguesia de Santa Marinha de Real, bispado de Lamego, e de sua mulher Perpétua da Costa Meirelles, natural desta freguesia do Triunfo; neto, pela parte paterna, de Manoel Gonçalves da Silva e de sua mulher Josefa Maria de Jesus, ambos naturais da freguesia de Santa Marinha de Real, do mesmo bispado acima dito; e pela materna, de Manoel Gonçalves Meirelles, natural de Mondim de Bastos, arcebispado de Braga, e de sua mulher Antônia da Costa Barbosa, natural da vila de Guaratinguetá bispado de São Paulo; foram padrinhos o Tenente Manoel Carvalho de Souza, e Ana da Costa Meirelles, solteira. De que para constar, fiz êste assento que assinei. O Vigário Eusébio de Magalhães Rangel e Sã".⁴¹

A esposa do proprietário da sesmaria, Antônia da Costa Barbosa, era filha de Jerônimo Dornelles de Menezes e Vasconcellos, natural da Ilha da Madeira e

⁴¹ ALMEIDA, Marino Josetti de. O Município de Triumpho. Separata da revista do Instituto Histórico e Geográfico do rio Grande do Sul. Porto alegre: Typographia do Centro, 1931. p.41

proprietário da sesmaria onde se desenvolveu o povoado que originou a cidade de Porto Alegre. Com a invasão das terras de sua sesmaria pelos casais açorianos, Dornelles se mudou para Triunfo. Segundo SPALDING *“por lhe terem sido desapropriadas as terras, em 1752, para a instalação dos casais açorianos, foi para Triunfo onde possuía uma sesmaria seu genro Manoel Gonçalves Meireles... fundando o povo de Bom Jesus de Triunfo.”*⁴²

Uma das filhas de Dornelles, dona Rita de Menezes, casou-se com Francisco Xavier de Azambuja, natural de São Paulo e proprietário de terras na freguesia de Santo Amaro (número 35 do Mapa 1), e que, segundo ALMEIDA, iniciou o povoado de Triunfo, no porto da Forquilha, sendo o seu primeiro morador. Conforme descrição da Lei que protege o Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Triunfo, a casa de Azambuja foi a primeira habitação do núcleo inicial do povoado, construída na segunda metade do século XVIII e se encontra preservada (figura 19).

Estas foram as principais famílias que estruturaram a formação do povoado de Triunfo, visto que documentos de inventários comprovam que as mesmas possuíam casas no núcleo urbano e casas nos subúrbios, sendo que uma delas, onde nasceu Bento Gonçalves da Silva, localizava-se junto da praça cívica da vila e encontra-se preservada (figura 20).



Figura 19: Provável casa de Francisco Xavier de Azambuja. Fonte: Museu Farroupilha de Triunfo.



Figura 20: Casa da família de Bento Gonçalves da Silva. Fonte: Museu Farroupilha de Triunfo.

⁴² PIAZZA, Walter. Jerônimo de Ornellas: um madeirense no Brasil-Meridional (1690-1771). In, A Madeira e o Brasil. Coletânea de estudos. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004. p.323

4.3. Implantação: forma de assentamento, tipo de traçado

A análise da formação do núcleo urbano inicial de Triunfo terá um recorte temporal que vai da formação da Freguesia, em meados do século XVIII, até a criação da Villa, no século XIX, visto que foi neste período que se formou o traçado e a estrutura urbana do povoado sob a administração da Coroa Portuguesa e durante a chegada dos colonos açorianos.

O início do povoado que originou a Vila de N. S. Bom Jesus do Triunfo, teve origem na construção da Matriz, a partir de 1754 e da colocação da Santa Cruz, através de uma missão religiosa. A Matriz foi implantada em sítio elevado, próxima da margem do Rio Jacuí e disposta perpendicularmente à mesma. A Santa Cruz, onde rezavam os humildes, também foi colocada em sítio elevado, porém afastada da Matriz e da margem do rio.

A descrição da formação das ruas do povoado será estabelecida através da nomenclatura primitiva, do período Colonial, que fornecem um maior entendimento da estrutura urbana. O mapa utilizado para a análise é datado de 1869, já do período Imperial, pois não existem registros mais antigos. Sendo assim, serão identificadas as ruas que mudaram a nomenclatura durante a análise a seguir.

A casa de Francisco Xavier de Azambuja, considerada a primeira do povoado, estava localizada no caminho da Santa Cruz em direção ao Rio Jacuí, que passou a configurar a Rua Clara. Partindo desta casa em direção à Matriz, no sentido paralelo ao Rio Jacuí, se formou a Rua da Igreja. Paralela à Rua da Igreja, formou-se a Rua Direita, que ligava a Rua Clara à Matriz e à praça cívica, também chamada de Praça do Mercado e onde se desenvolvia a atividade comercial. Também paralelas ao Rio Jacuí se formaram a Rua da Praia e acima desta, a Rua Velha, onde se localizava a casa da família Gonçalves.

Através deste panorama, pode ser apresentado um primeiro esquema de configuração do traçado urbano do povoado (figura 21). A malha inicial se desenvolveu adaptando-se à topografia do terreno. As ruas paralelas ao rio se adaptaram à curvatura do sítio, sendo duas do lado esquerdo da Matriz e duas do

lado direito, apresentando ligação apenas através da Rua Direita. O tecido não apresenta uniformidade no traçado e a formação do mesmo decorreu da ligação das primeiras habitações e caminhos com a Matriz. As edificações mencionadas anteriormente estão destacadas em vermelho na figura 21.

Os quarteirões não apresentavam forma regular e a divisão de lotes configurava a tipologia onde a edificação se localizava no alinhamento da frente e nas divisas laterais do lote e o mesmo se estendia até formar a rua de trás. As habitações formavam, quando o quarteirão tinha maior densidade, uma superfície contínua, como pode ser verificado nas ruas Direita e Velha.

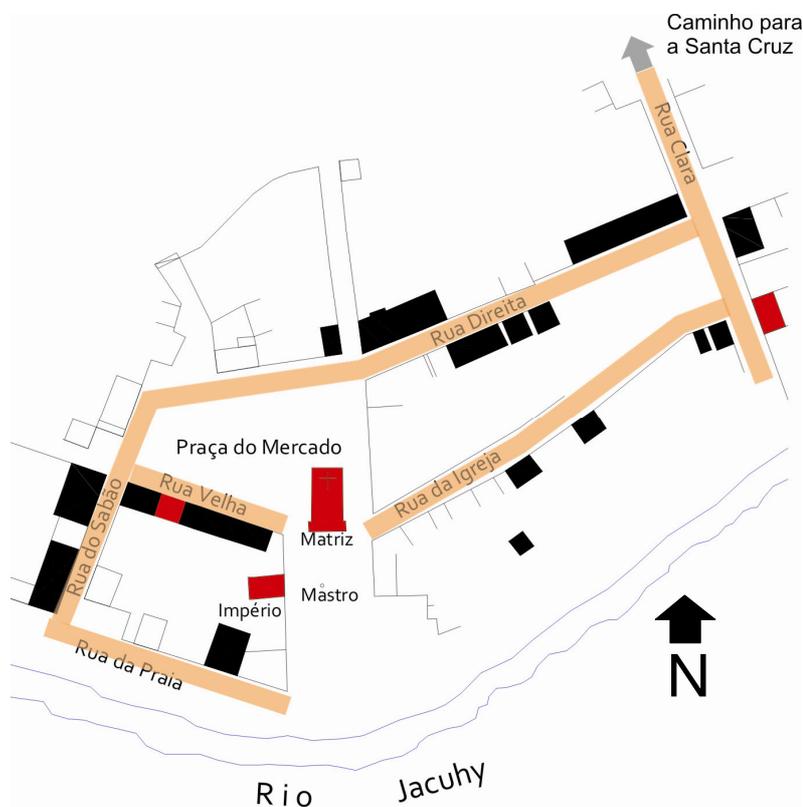


Figura 21: Possível configuração urbana do povoado de Triunfo no final do século XVIII.
Fonte: Desenho da autora sobre Planta da Villa de Triunpho, 1869.

A evolução deste primeiro núcleo urbano, já no decorrer do século XIX se deu em direção oeste e norte. A Rua da Praia se estendeu em direção oeste, onde se desenvolveu o antigo Porto do Passo, cujo crescimento gerou a expansão urbana na sua direção. Foi então formado o “Caminho do Porto”, que evoluiu para uma rua que ligava a entrada do povoado para quem chegava do interior, na direção de Montenegro, ao porto, e que passou a se chamar Rua das Flores.

No acesso do povoado para quem vinha do interior, formou-se o “Campo das Cavalhadas”, que deu origem à Praça do Rosário, em cujo entorno se configurou novo núcleo urbano. Este núcleo urbano ligava-se também ao núcleo principal através do caminho que passou a formar a Rua do Theatro, que atualmente se apresenta como acesso principal da cidade.

A tipologia do tecido urbano desta fase não apresenta mudança em relação à anterior, ou seja, as ruas foram se desenvolvendo de forma espontânea, ligando funções e núcleos urbanos, sem obedecer a um traçado regular ou a uma rigidez formal (figura 22).

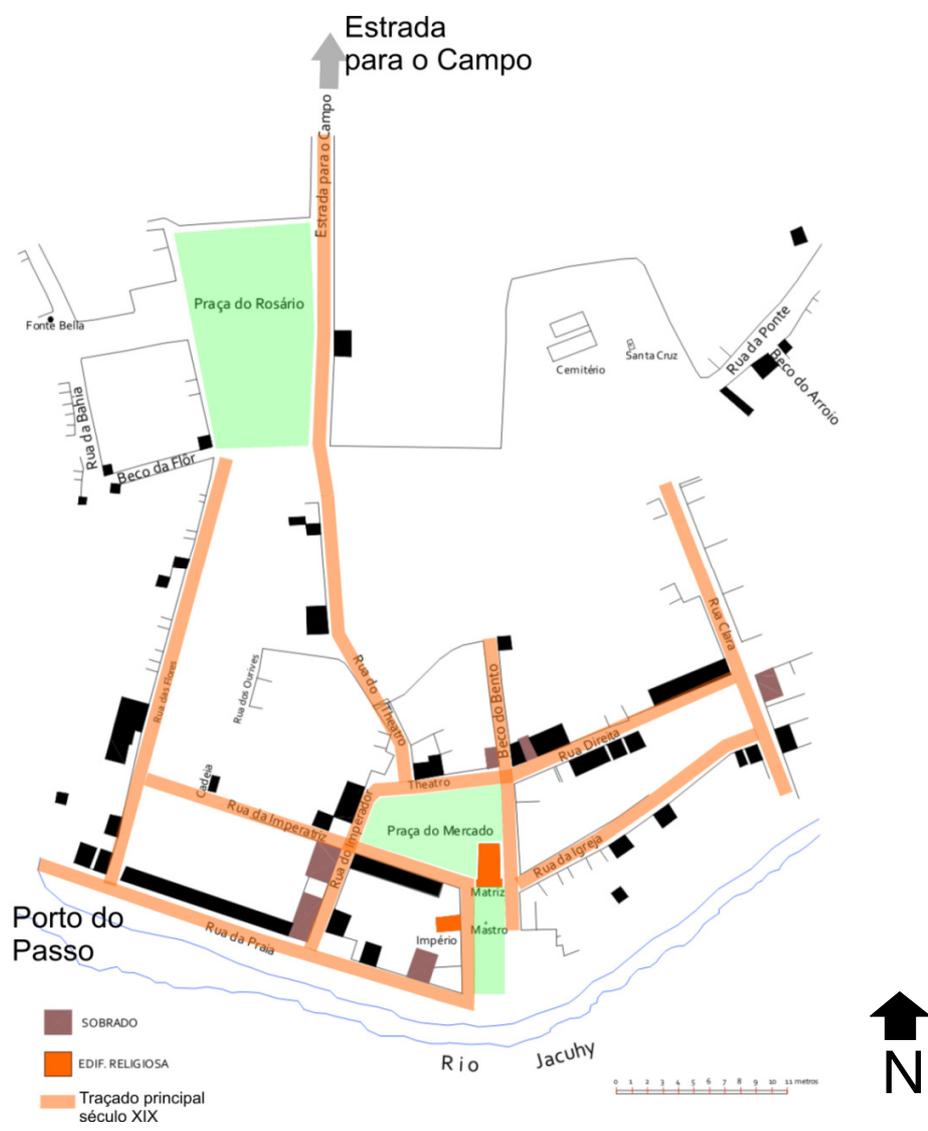


Figura 22: Configuração urbana da Vila de N.S. Bom Jesus do Triunfo no final do século XIX. Fonte: Desenho da autora sobre Planta da Villa de Triunpho, 1869.

Através da análise de documentos disponíveis em estudos desenvolvidos sobre a história de Triunfo, podem ser verificados dados que reforçam o panorama urbano da vila durante o século XIX. FREITAS⁴³ fornece em seu estudo o Recenseamento Demográfico de 1888, onde consta a descrição da população residente na vila, separadas pelas ruas em que residiam. Através deste recenseamento é possível avaliar a densidade dos quarteirões, conforme **Tabela 12**, a seguir:

Tabela 12

Número de habitantes residentes nas ruas
da Vila de Triunfo conforme dados do
Recenseamento de 1888.

	Número de habitantes
Rua da Praia	69
Rua da Ponte	65
Rua Direita	64
Rua das Flores	61
Praça do Rosário	37
Rua da Bahia	33
Rua Clara	33
Rua do Imperador	22
Rua da Igreja	19
Rua da Imperatriz	14
Rua do Teatro	12
Praça do Mercado	8
Praça da Igreja	7
Rua dos Ourives	4

Fonte dos dados: FREITAS, José L.. Triunfo na História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Meridional, 1963, p.111-125.

Os dados fornecidos pela **Tabela 12** podem ser constatados através do registro das edificações constantes no Mapa da Vila de Triunfo, de 1869 (figura 22). A grande densidade de habitantes da Rua da Praia e da Rua Direita pode ser percebida também no mapa, que registrou um maior número de edificações nas mesmas em relação às outras ruas.

⁴³ FREITAS, José L.. Triunfo na História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Meridional, 1963.

No entanto, a Rua da Ponte, a Rua da Bahia e a Praça do Rosário apresentaram um número significativo de habitantes que não correspondem ao registro das edificações do mapa. De acordo com o mesmo, estas ruas pareciam pouco povoadas e sem continuidade com o restante do traçado. Percebe-se, portanto, que as mesmas adquiriram importância para a vila devido ao crescimento de sua população e o desenvolvimento das mesmas foi determinante para a evolução posterior do traçado da vila.

Outro dado relevante para a reconstrução da vila no século XIX encontra-se na descrição da mesma, pelo viajante francês Nicolau Dreys, em 1820:

“Indo-se de Pôrto Alegre para o Rio Pardo pelo curso do Jacuy, a primeira povoação que se encontra he a freguezia do Senhor Bom-Jesus do Triumpho, sobre a margem esquerda do rio, perto da embocadura do Taquary: a perspectiva dessa freguezia, assentada no declínio de huma eminência, não pode deixar de ser agradável, quanto mais que, entre suas casas, dispostas em quadrilátero, predominão alguns sobrados edificados com gosto, e que todos ou quase todos estão rebocados em cal, d’onde procede para a povoação inteira o exterior de limpeza pelo qual o vizitante he favoravelmente previnido.”⁴⁴

De acordo com o olhar do viajante, contata-se que o visual do povoado pelo rio tinha como destaque o assentamento em sítio alto, descendo em direção à parte baixa. Sendo esta uma típica caracterização das cidades portuguesas. Destaca-se também a percepção do mesmo sobre a disposição das edificações. A caracterização das mesmas como “em quadrilátero”, remete à impressão de regularidade do traçado.

Através da análise da formação do traçado da vila de Triunfo pode ser constatada a espontaneidade na disposição dos equipamentos e edificações principais e a posterior tentativa de regularização através da formação das ruas de ligação dos mesmos. Os lotes também apresentavam certa regularidade, que era percebida através da uniformidade na disposição das edificações. Esta percepção pode ser comprovada pela descrição de Dreys.

⁴⁴ Ibid. p.16

Diversos aspectos do urbanismo português na formação de suas colônias brasileiras podem ser percebidos na organização urbana original de Triunfo. A escolha do sítio, na parte alta, junto a fontes de água e terras férteis, a adaptação do traçado à topografia do mesmo, a estrutura funcional das atividades religiosas e civis, com a presença da Matriz, da casa de Câmara e Cadeia e das praças distintas de acordo com a função, são características portuguesas de implantação urbana presentes em Triunfo.

4.4. Função e atividades predominantes originais

A posição geográfica da cidade de Triunfo foi propícia para a função original de ponto de apoio do percurso entre Viamão e a fortificação de Rio Pardo, através do Rio Jacuí. Segundo RHODEN⁴⁵, a maior parte das povoações do rio Grande de São Pedro, que se formaram até meados do século XVIII, estava localizada no grande eixo de penetração do território, “Lagoa dos Patos – Rio Jacuí”.

No entanto, apesar da presença dos rios Jacuí e Taquarí, navegáveis e integrantes de rotas estratégicas na formação da rede urbana do século XVIII, a atividade portuária não se desenvolveu de forma significativa. A provável razão para este fato deve-se à proximidade com o porto de Porto Alegre, que se estabeleceu como polo econômico da região.

As principais atividades econômicas do povoado inicial de Triunfo foram a agricultura e a pecuária. As extensas e férteis terras que compreendiam a sesmaria da Piedade favoreceram o desenvolvimento das mesmas. A atividade econômica da produção do charque também prosperou nas estâncias de Triunfo, durante o século XIX. De acordo com o censo do Rio Grande do Sul, de 1814, que registrou uma população total de 3.450 habitantes na Freguesia de Bom Jesus do Triunfo, entre os quais 1.760 eram escravos. Este número significativo de escravos contribuiu para a verificação da existência das charqueadas na região.

⁴⁵ RHODEN, Luiz Fernando. Os Traçados Urbanos. In, BOEIRA, Nelson / GOLIN, Tau (coord.). História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 1 – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

Com o crescimento do povoado e a consequente instalação da Freguesia e de sua Matriz, em meados do século XVIII, a função religiosa do mesmo passa a adquirir importância. A igreja Matriz de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo representava a importância da religião Católica para os habitantes do povoado. O templo foi construído de forma mais simples, com cobertura provisória de capim e paredes de pedra. No decorrer dos tempos, sua estrutura foi ampliada e o monumento foi melhorado com recursos dos próprios habitantes, que valorizavam a existência do mesmo.

Nos estudos sobre a história da freguesia salienta-se a importância da matriz para a comunidade, reforçando a importância da religião católica na formação de Triunfo. No entanto, a presença de um exemplar de tipologia religiosa, localizado na praça da Matriz, e designado como Império, raramente é mencionado nesta bibliografia. Seu estudo se apresenta de forma relevante para o entendimento de sua função para o povoado de Triunfo, e será abordado a seguir.

4.4.1. O “Império” do Divino Espírito Santo em Triunfo

Segundo o Mapa da Vila de Triunfo, de 1869 (figura 22), na praça da Igreja, encontra-se demarcado o edifício do Império. Sobre a origem desta edificação religiosa existem poucos dados, inclusive não é possível precisar a sua data de construção. Sabe-se apenas que temos neste exemplar a confirmação de que os povoadores mais antigos da vila cultuavam o Divino Espírito Santo.

As edificações religiosas designadas como “Impérios” são destinadas ao culto ao Divino Espírito Santo, que tem como característica a celebração de uma festa popular. Nos Açores, este culto acontece à revelia da instituição da Igreja Católica. Os símbolos tradicionais da festa são a coroa do Espírito Santo que possui uma pomba na parte superior, a bandeja, o cetro, o estandarte e as varas. Os Impérios são destinados à exposição destes símbolos e centros das atividades destinadas ao culto.

A origem do culto ao Espírito Santo ainda apresenta algumas incertezas, porém, a mais difundida e que apresenta documentação segura remete à rainha

consorte de Portugal, Isabel de Aragão, entre os séculos XIII e XIV. Santa Isabel, como foi posteriormente designada, através de seu poder real, protegia e ajudava os pobres e judeus perseguidos. Ela introduziu o culto ao Espírito Santo, na vila de Alenquer, juntamente com o convento dos franciscanos. Outro centro importante de difusão do culto foi Tomar, que era sede do priorado da Ordem de Cristo e onde se originou a Festa dos Tabuleiros, que é considerada a principal festa popular que celebra o Divino Espírito Santo.

A difusão do culto foi estabelecida pela corrente dos franciscanos joaquimitas⁴⁶ durante a ocupação das colônias no período dos descobrimentos e foi aos poucos extinta no continente português, devido à ortodoxia da igreja. A região em que o culto mais se desenvolveu e prosperou foi nas ilhas do Arquipélago dos Açores, pois os franciscanos espiritualistas foram os primeiros religiosos a se estabelecerem nas ilhas. O isolamento e o temor da força da natureza fizeram com que os primeiros povoadores dos açores desenvolvessem uma grande fé e se sentissem protegidos de alguma maneira. A fé no Divino Espírito Santo se difundiu nas ilhas e a doutrina joaquinista foi fortemente absorvida.

Contrário à versão de que a origem do culto tenha sido através da Rainha Santa Isabel, Moisés Espírito Santo, estudioso da Igreja Católica, afirma que o mesmo tenha origem na religião judaica. Seus estudos referem à Rainha como “mito” e afirmam que o culto precede a mesma, pois já existiam capelas e referências ao Espírito Santo antes do seu reinado. Segundo ESPÍRITO SANTO⁴⁷, em um artigo publicado sobre a Festa do Espírito Santo:

(...) conhecendo os textos que eram lidos nas sinagogas portuguesas no Dia de Pentecostes (Bíblia, Talmude e Zohar) concluímos que este culto foi cripto-judaico. O Talmude é uma colectânea de comentários bíblicos; o Zohar (ou Livro do Esplendor) é um texto exotérico atribuído ao rabi ibérico Moisés Maimónides, são textos ricos em

⁴⁶ Os “franciscanos joaquimitas” são também designados de “espiritualistas”, pois formaram uma corrente que seguia as ideias de Joaquim de Fiore de forma radical. Joaquim de Fiore (1132-1202) era filósofo místico, italiano, e difundiu suas ideias sobre a Terceira Idade, através do Joaquinismo. Ele acreditava no tempo em que o Império do Divino Espírito Santo reinaria e que seria o tempo da igualdade entre os cristãos.

⁴⁷ ESPÍRITO SANTO, Moisés. A festa do Espírito Santo. Artigo publicado na “Separata Espírito Santo” na edição de 4 de Junho de 2010.

espiritualidade e em devaneios messiânicos e esperancistas. O culto do Espírito Santo pode ter sido uma teatralização dos temas referidos nos textos lidos nas sinagogas nesse dia: proibida a religião judaica, esses temas passaram a ser encenados numa festa de rua, cripto-judaica, difarçadamente católica (...) ⁴⁸

Apesar de negar a origem “Real” do culto, o autor também afirma que a Rainha Santa Isabel protegia os judeus e, através de um decreto, instituiu o culto ao Divino como legítimo perante a Igreja Católica. Acrescenta ainda que o processo de canonização da rainha tenha sido organizado por cristãos-novos. Esta afirmação vai ao encontro da origem da difusão do culto nas terras ultramar, que é o caso dos Açores e de Triunfo.

Uma das razões para a fé no Espírito Santo ser tão difundida nos Açores pode ser associada ao fato de muitos povoadores das ilhas terem sido cristãos-novos. No ano de 1497, os judeus portugueses foram obrigados a se converter ao cristianismo, sob pena de morte ou expulsão de Portugal, criando para os mesmos a denominação de cristãos-novos. Estes foram impedidos de praticar o judaísmo e foram fiscalizados e perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição durante quase três séculos. Os cristãos-novos sofreram muito preconceito e foram estrategicamente enviados para colonizar as terras ultramar. De acordo com esta hipótese, o culto ao Divino Espírito Santo se apresentava como uma forma universal de cultuar “Jeová”, sem a repressão exercida pelo Santo Ofício.

Segundo ESPÍRITO SANTO, os símbolos oficiais do culto ao Divino Espírito Santo também apresentam relação com a simbologia judaica. A Pomba, por exemplo, é considerada “símbolo da face maternal de Deus e protege seus eleitos com as suas asas”. No entanto, para os cristãos, ela simboliza o batismo de Jesus Cristo. Outro símbolo do culto é a Coroa, que nas sinagogas era considerada a Aliança entre seu povo, isto é, os judeus, e Deus. Para os cristãos ela representa o poder universal do império do Divino Espírito Santo e na festa é colocada no Imperador, que também é símbolo do culto.

Quanto ao Imperador, ESPÍRITO SANTO, levanta a questão de que o Dia do Espírito Santo é no Domingo de Pentecostes (em grego, significa 50 dias), após a

⁴⁸ Ibid.

Páscoa. Portanto, na tradição judaica, a Festa de Pentecostes também era chamada de festa da Realeza, que reverenciava Deus e o Messias-rei. Desta forma, o costume de eleger um rei, já era característico deste ritual judaico.

Através desta abordagem sobre o culto ao Divino Espírito Santo, que relaciona o mesmo aos cristãos-novos, a análise da existência desta tradição na cidade de Triunfo torna-se relevante. Segundo MOTA E SILVA⁴⁹, a família de Jerônimo Dornelles de Menezes e Vasconcellos descende de cristãos-novos. Os ascendentes do pai do mesmo descendem dos cristãos-novos “*Da Rua*”, onde o termo “*Rua*” remete o termo judaico “*Kahal*”. Além disso, os Dornelles, também seriam cristãos-novos e teriam trocado de nome na ilha da Madeira.

Além desta família, o autor destaca que sobrenomes como “*Gonçalves*” e “*Cunha*”, estavam presentes em documentos de cobrança de impostos exclusivos dos cristãos-novos nas ilhas dos Açores. Estes sobrenomes também são das famílias do proprietário da sesmaria da Piedade e de seu sucessor na posse da mesma, conforme descrito anteriormente.

A possibilidade da origem do culto em Triunfo estar relacionada aos cristãos-novos mostra indícios de que a chamada “tradição açoriana” da presença dos Impérios nas suas cidades ou vilas seria uma tradição mais ampla, ou seja, característica dos cristãos-novos nas terras ultramar. No entanto, os dados sobre a origem do culto ao Divino Espírito Santo em Triunfo e do edifício do Império ainda mostram-se insuficientes. Sendo assim, mostra-se significativo o estudo comparativo do Império de Triunfo com os Impérios dos Açores, cujo conjunto apresenta uma maior variedade de tipos e se encontram em maior quantidade.

Nos Açores, os Impérios possuem características comuns e características peculiares de cada ilha. As características mais comuns são a planta retangular de aproximadamente 30 m², em um único pavimento, fachada frontal dividida em três partes com uma porta central, que se encontra em nível elevado da rua, e duas

⁴⁹ MOTA E SILVA, Sérgio. A diáspora cristã-nova açoriana e madeirense para o Brasil Colonial e seus reflexos no Rio Grande do Sul. In, ROCHA, Santa Inêze Domingues da (coord). Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil. Porto Alegre: Caravela, 2005.

janelas. O acesso é feito através de uma escadaria frontal, que muitas vezes é móvel e somente é colocada nos dias de festa. O frontão recebe no seu topo a coroa e a pomba do Divino. Como exemplo desta tipologia, destaca-se o mais antigo da Ilha Terceira, o Império do Outeiro (figuras 23 e 24), de 1670, localizado na cidade de Angra do Heroísmo.

Podem ser identificados impérios com outras características, que variam de acordo com a região. Existem fachadas que apresentam uma única porta, sem janelas, com variados formatos de frontão, desde os mais simples sem ornamentos até os repletos de elementos decorativos e cores.

Os Impérios dos açores estão dispostos de forma diferente em cada localidade. Em algumas situações se encontram próximos a alguma igreja, mas também podem se localizar de forma afastada de outras edificações religiosas. Portanto, não é possível estabelecer um padrão característico de implantação.



Figura 23: Fachada frontal do Império do Outeiro em Angra do Heroísmo. Fonte: Fotografia da autora, 2009.



Figura 24: Império do Outeiro em Angra do Heroísmo. Fonte: Fotografia da autora, 2009.

No Brasil, a origem dos impérios e do culto ao Divino Espírito Santo coincide com o início da imigração de portugueses provindos das ilhas dos Açores e da Madeira. Os povoados onde foram construídos Impérios tem registro de imigrantes portugueses açorianos e madeirenses. A hipótese mostrada anteriormente, de que muitos destes imigrantes eram cristãos-novos, justificando o culto ao Espírito Santo, precisaria de estudos genealógicos mais aprofundados para se confirmar.

No Rio Grande do Sul, a maior parte dos exemplares desta tipologia foi extinta, podendo afirmar a existência dos mesmos apenas através de fotos e relatos. O único Império ainda existente se encontra na cidade de Triunfo, objeto desta pesquisa. Os registros comprovam a existência de Impérios em Porto Alegre, que teve dois exemplares consecutivos, além de Viamão, Osório, Taquarí e Cachoeira do Sul. Em todas estas cidades puderam ser identificados imigrantes provenientes dos Açores, o que associa a tradição do culto ao Divino Espírito Santo à presença dos mesmos.

O primeiro exemplar de Porto Alegre (figura 25) e os exemplares de Cachoeira do Sul (figura 26), Taquarí, Viamão e Triunfo tinham a mesma tipologia. Eram considerados Império-Capela, com três portas e frontão triangular. Todos estavam localizados ao lado ou muito próximos da Igreja Matriz.



Figura 25: Primitiva construção do Império do Divino Espírito Santo de Porto Alegre, ao lado da velha Matriz. Fonte: FRANCO (1992, p.136).



Figura 26: Império do Divino Espírito Santo de Cachoeira do Sul, próximo da Igreja Matriz. Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul.

O Império de Triunfo (figuras 27) também foi implantado próximo da Igreja Matriz, junto à antiga Praça da Igreja. Possui a planta retangular, medindo aproximadamente oito metros de frente e doze metros de profundidade. Possui apenas um pavimento. A construção é em alvenaria rebocada. A sua fachada principal apresenta uma porta central de maior dimensão e outras duas portas menores dispostas de cada lado da central. A parte superior das portas é em arco abatido. A fachada também apresenta elementos decorativos como molduras e pilastras que dividem a mesma em três partes. O seu frontão é triangular.



Figura 27: Vista frontal atual do Império do Divino Espírito Santo de Triunfo. Fonte: Fotografia da autora, 2011.

O exemplar do Império do Divino de Triunfo, assim como os demais que foram verificados através das fotografias, apresentam semelhanças com os exemplares mais antigos existentes nos Açores, apresentando, no entanto, maiores dimensões. A existência dos mesmos nos povoados do sul do Brasil é um indício da presença de imigrantes açorianos, porém, a influência dos mesmos na conformação urbana destes povoados precisa ser verificada através de mais elementos.

A implantação e características arquitetônicas do Império de Triunfo possuem características semelhantes aos exemplares das cidades gaúchas citadas. A presença deste exemplar na cidade de Triunfo se apresenta como um traço cultural que pode ser associado à presença dos açorianos na população do povoado inicial, mas que não pode ser considerado fator decisivo para a caracterização da especificidade de urbanismo açoriano. Existe ainda o fator de que as festas do Divino Espírito Santo eram cultuadas pelos cristãos-novos, que poderiam ser provindos dos Açores, da Madeira e do próprio Portugal continental, justificando a presença dos Impérios em cidades que não tiveram um contingente significativo de imigrantes açorianos.

No entanto, em Triunfo, foi verificada a presença significativa de imigrantes açorianos, conforme dados levantados, fazendo com que a presença do exemplar em questão não se apresente apenas como um dado isolado, e sim, como um elemento adicional aos demais indícios da presença de uma cultura açoriana influente na formação da cidade.

Desta forma, torna-se fundamental a análise comparativa a seguir, que irá contemplar todos os dados relevantes abordados até então nesta pesquisa, e irá compor um panorama de possíveis semelhanças tipológicas urbanas e especificidades culturais herdadas pelos primeiros imigrantes que formaram o povoado inicial de Triunfo.

5. ANÁLISE COMPARATIVA

Através do estudo desenvolvido nos capítulos anteriores, considerando cidades e vilas portuguesas representativas das regiões de origem dos primeiros habitantes de Triunfo, assim como a análise da formação da mesma, será apresentado a seguir o estudo comparativo entre as mesmas. Serão utilizados os mesmos tópicos de abordagem dos estudos individuais, para que possa ser compreendida a possível relação que se apresenta como objeto desta pesquisa.

As relações de similaridades ou diferenças foram identificadas em um primeiro momento, de forma sintetizada, na **Tabela 13** (ver anexo 3). Os elementos significativos na formação das cidades em questão foram classificados conforme as suas características fundamentais. Algumas semelhanças e diferenças importantes já puderam ser identificadas.

Através da análise do conjunto das características apresentadas neste quadro, conclui-se que não pode ser destacada uma única cidade com maiores semelhanças com a cidade de Triunfo. No entanto, pode ser verificada a pouca semelhança de Mondim de Basto com Triunfo. Mondim de Basto não apresentava relação direta com o rio, não existiram praças com funções específicas, não apresentava a Rua Direita e a Matriz não foi implantada no núcleo principal da vila. Portanto, não seria possível estabelecer uma relação de influência sobre o núcleo de formação do povoado inicial de Triunfo.

O conjunto de características apresentados na **Tabela 13** apresenta um panorama importante para o entendimento da configuração do espaço urbano das cidades portuguesas continentais e das cidades portuguesas açorianas. A presença da Rua Direita, por exemplo, foi detectada como estruturadora da cidade portuguesa, visto que interligava equipamentos e funções importantes nos antigos povoados. Da mesma maneira, as “ruas direitas” foram estruturadoras das vilas portuguesas no Brasil colonial, incluindo a antiga Rua Direita da vila de Triunfo.

Outro fator relevante na análise do quadro comparativo se encontra na falta de uniformidade das características das cidades açorianas. Conforme hipótese inicial desta pesquisa, a caracterização da cidade de Triunfo como típica açoriana não apresenta consistência através desta primeira análise comparativa. As características relacionadas no Quadro 3 apontam semelhanças e diferenças entre todas as cidades de maneira uniforme, sem apresentar uniformidade relevante entre as cidades açorianas ou entre as cidades do continente.

Como característica morfológica semelhante entre as outras cidades localizadas no continente, Monção, Ponte de Lima e Guimarães, pode ser destacada a relação da presença das muralhas medievais na configuração do espaço urbano, que, através de suas portas de entrada, definiram os arruamentos iniciais. As muralhas medievais limitaram o espaço urbano das mesmas, criando tipologias urbanas semelhantes.

Diferentemente da formação das cidades açorianas, que tiveram a povoação inicial em período posterior às do continente, encontram-se apenas registros de fortificações junto ao mar, que não limitaram a formação e expansão do espaço urbano das mesmas, criando uma maior similaridade com as características da formação de Triunfo.

Como uniformidade entre as cidades açorianas, destaca-se a presença dos impérios, diferindo das cidades do continente e aproximando a influência dos Açores sobre a formação de Triunfo. No entanto, a presença dos impérios como característica típica açoriana já foi considerada no capítulo anterior e verificou-se que poderia ser uma herança dos cristãos-novos de uma maneira geral, e não uma peculiaridade única dos povoadores do arquipélago dos Açores.

Após a análise da **Tabela 13**, a diferenciação da influência dos povoadores portugueses sobre a formação do povoado inicial de Triunfo, de forma que possa ser destacada a influência específica da região dos Açores, não apresentou consistência. Percebe-se, portanto, a necessidade de uma análise comparativa mais aprofundada, que possa dar conta das possíveis relações considerando o contexto em que se inserem. A análise a seguir segue a divisão estabelecida no estudo das cidades nos capítulos anteriores.

5.1. Sítio: localização, topografia, fontes de água

As características comuns aos sítios onde se originaram as cidades abordadas representam a diretriz principal estabelecida pelos portugueses na formação de cidades, onde se priorizava zonas altas, próximas a fontes de água e em posições estratégicas de acordo com suas funções na ocupação do território.

A cidade de Triunfo se estabeleceu em sítio alto, conforme descrito no capítulo anterior, e junto dos rios Jacuí e Taquari. A presença do rio Jacuí influenciou a configuração urbana do povoado inicial de Triunfo (figura 28), pois foi através deste que se dava o principal acesso à vila. O porto principal se caracterizou pelo fluxo de transporte de pessoas e o porto secundário de caracterizava pela atividade de estaleiro. A atividade de abastecimento e transporte de mercadorias através do rio se deu em menor escala.



Figura 28: Vista de Triunfo pelo rio Jacuí, em 1969. Fonte: Museu Farroupilha de Triunfo.

Ao realizar a comparação quanto à escolha do sítio, pretende-se buscar situações semelhantes ao sítio onde se implantou o povoado de Triunfo. A principal relação a ser comparada refere-se à relação do espaço urbano com as fontes de água, a fim de que possa ser detectada alguma influência sobre a relação do rio Jacuí sobre a formação de Triunfo.

Destacam-se como diferentes de Triunfo, a cidade de Guimarães e a vila de Mondim de Basto, que não se estabeleceram junto a fontes de água. O núcleo inicial da última, apesar de se encontrar próximo do rio Tâmega, não estabeleceu relação direta com o mesmo, visto que não se implantou nas suas margens.

Porém, nas cidades que se localizam junto de fontes de água, percebe-se a diferenciação nas relações com o espaço urbano. A vila de Monção se configurou em sítio elevado e envolto por muralhas, o que favoreceu o distanciamento da sua relação com o rio (figura 29). Portanto, na relação da formação do espaço urbano com as fontes de água, Monção também não apresenta semelhança com o sítio de Triunfo.



Figura 39: Monção e o rio Minho. Fonte: Fotografia da autora, 2009.

Dentre as demais cidades abordadas nesta pesquisa, do continente de Portugal resta Ponte de Lima, que possui significativa relação com o rio Lima. A topografia do sítio propiciou o contato mais próximo com o rio, assim como em Triunfo. Além disso, após a remoção das muralhas medievais, o espaço urbano voltou-se para o rio e a relação com o mesmo se consolidou. A presença da ponte também se apresenta como importante elemento integrador com o rio (figura 30), pois, desde o período em que a cidade era envolta por muralhas, a presença da ponte era valorizada, visto que uma das principais portas do povoado medieval era a porta que dava acesso à ponte.

No entanto, diferentemente de Triunfo, a atividade comercial de feiras e mercado foi desenvolvida junto ao rio. A orla de Ponte de Lima era utilizada para atividades diversas, criando a proximidade do uso do rio com o espaço urbano.



Figura 40: Vista de Ponte de Lima através da ponte sobre o rio Lima. Fonte: Fotografia da autora, 2009.

As cidades açorianas, quanto à escolha do sítio, possuem semelhanças entre si. As três cidades incluídas neste estudo se implantaram junto ao mar, voltadas para o sudeste, em baías protegidas e propícias para o desenvolvimento da atividade portuária. Conforme topografia típica dos Açores, os sítios escolhidos são acidentados, e as cidades se desenvolveram tanto nas partes altas como nas baixas, junto ao mar.

A topografia de Velas (figura 31) é menos acentuada, e sua relação com o mar se deu através do porto, pelo qual chegavam pessoas e a cidade era abastecida. Esta relação se assemelha com Triunfo, pois apesar da existência do porto, este nunca teve grande destaque como atividade comercial. A função principal do mesmo foi restringida ao abastecimento e acesso ao espaço urbano local, e também um dos principais acessos à ilha de São Jorge, porém nunca assumiu importância regional.



Figura 31: Vista de Velas através do mar. Fonte: Fotografia da autora, 2009.

As cidades de Horta e Angra do Heroísmo possuem sítios muito semelhantes entre si e apresentam algumas semelhanças com Triunfo, pois foram implantadas em sítio acidentado e em posição estratégica, privilegiando a parte alta na formação do povoado inicial. A cidade de Horta (figura 32) se implantou inicialmente em zona alta e próxima do mar. Posteriormente, o espaço urbano se estendeu em direção à praia e acompanhou a orla, mantendo uma significativa relação com a fonte de água principal. A topografia de Angra do Heroísmo (figura 33) apresenta grandes desníveis e também foi determinante para a implantação do núcleo urbano inicial. A situação de defesa do território, além da presença de enseada abrigada, foram fundamentais na escolha do sítio.



Figura 32: Vista de Horta através do mar. Fonte: Fotografia da autora, 2009.



Figura 33: Vista da enseada e do porto de Angra do Heroísmo. Fonte: Fotografia da autora, 2009.

A possível influência da escolha do sítio das cidades de Horta e Angra do Heroísmo com a cidade de Triunfo poderia ser considerada, visto que em ambas, a topografia acentuada, a presença de fontes de água navegáveis e a localização estratégica foram determinantes para a implantação do espaço urbano. Diferentemente de Triunfo, no entanto, a atividade portuária nas duas cidades açorianas, foi intensamente desenvolvida, criando uma relação mais próxima do espaço urbano das mesmas com a mar.

5.2. Implantação e elementos do traçado

A caracterização principal do núcleo de formação da cidade de Triunfo se fundamenta na presença da igreja e praça da Matriz e da praça cívica no centro da malha, de onde partem de forma irregular vias paralelas e transversais. A malha acompanha as curvas de nível e segue a curvatura da orla do rio Jacuí. A semelhança com este conjunto de características pode ser identificado na implantação de Monção, Velas e Angra do Heroísmo. No entanto, apenas características isoladas podem ser identificadas na implantação de Guimarães, Ponte de Lima e Horta. A vila de Mondim de Basto não apresentou relação relevante com a implantação de Triunfo.

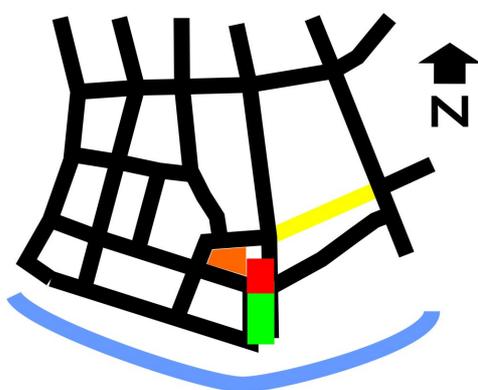
A cidade de Guimarães apresentou como relevante apenas a presença da Rua Direita como importante elemento de ligação da Matriz com um dos acessos do povoado e também onde se concentrava a prestação de serviços, conforme característica das ruas direitas no Brasil colonial.

Ponte de Lima destacou-se pela presença da Rua Direita interligando acessos importantes, onde se concentravam os prestadores de serviços, e, como em Triunfo, passava pela parte traseira da Matriz. As demais características de Ponte de Lima não apresentaram semelhanças relevantes quanto ao tipo de traçado.

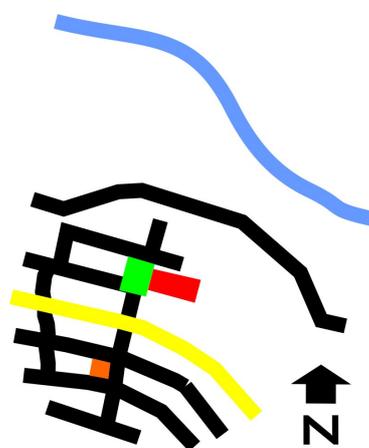
A cidade de Horta não se formou em torno da Matriz e não se identificou a existência de praça da junto da mesma. Porém, a antiga Rua Direita interligava equipamentos importantes à Matriz. O traçado irregular configurou algumas vias paralelas e perpendiculares. Desta forma, as semelhanças de Triunfo com a cidade de

Horta não devem ser desconsideradas, mas o conjunto das mesmas não configura um panorama significativo de influência sobre a formação de Triunfo.

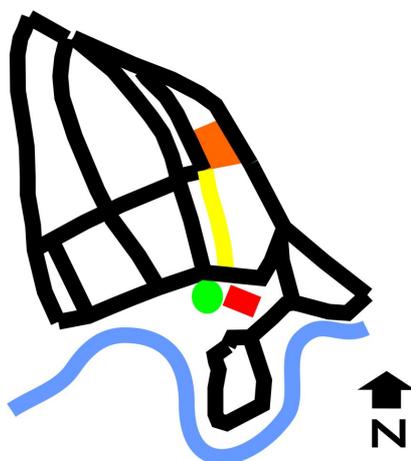
Conforme destacado anteriormente, a maior semelhança com a morfologia urbana do povoado inicial de Triunfo se deu com Monção, Velas e Angra do Heroísmo. Para que possa ser identificada a relação das mesmas com a formação de Triunfo, foi realizado um esquema de abstração dos elementos morfológicos urbanos, onde se destacam as ruas principais, a rua direita, em amarelo, a igreja Matriz, em vermelho, a praça ou largo da igreja, em verde, a praça cívica, em laranja e a orla, em azul, formando o **Esquema 1, 2, 3 e 4**.



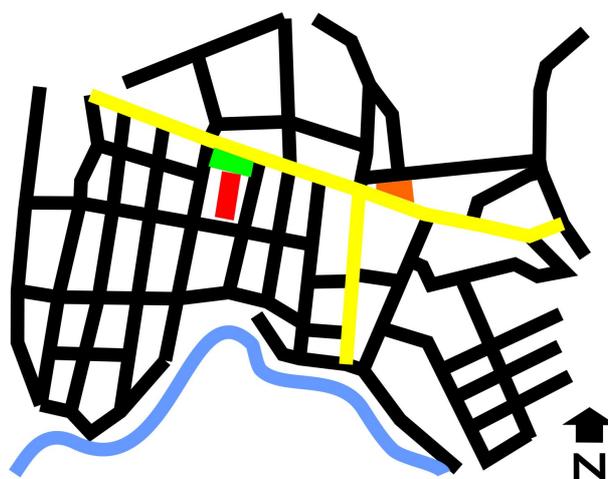
Esquema 1: Triunfo.



Esquema 2: Monção



Esquema 3: Velas



Esquema 4: Angra do Heroísmo

Com a análise dos traçados através dos esquemas apresentados, percebem-se semelhanças entre os tecidos na adaptação ao sítio, configurando características tipológicas peculiares típicas do urbanismo português, sem distinção a um tipo específico açoriano. Em Monção, no traçado inicial, que configura o núcleo medieval, com ruas paralelas cortadas por uma rua transversal, podem ser identificados elementos presentes em Triunfo e nas cidades açorianas, como a rua Direita, o largo da Matriz e o largo da Casa de Câmara. No entanto, as ruas são mais estreitas conforme a tradição da malha medieval.

A divisão das funções das praças religiosa e civil também pode ser detectada em todos os esquemas. A Matriz configura, em todas as cidades em questão, um largo ou uma praça em sua frente, e a praça de função cívica, onde se localizavam o pelourinho e a Casa de Câmara e Cadeia, se formou separadamente.

A rua Direita está presente em todos os esquemas. No entanto, a função urbana exercida pela mesma se diferencia em todas as situações. Em Triunfo (figura 34), ela ligava um dos acessos do povoado, pela antiga Rua Clara, ao centro da malha, onde se localizava a praça cívica e do mercado e também à parte de trás da Matriz. Em Velas (figura 35), a rua Direita ligava a Matriz à praça cívica. Em Angra do Heroísmo, tem-se o registro da primeira rua Direita, ligando duas entradas principais do povoado passando pela praça cívica e pela Matriz, e, posteriormente, a rua Direita (figura 36) passou a ser a rua que ligava a praça cívica ao porto e à Misericórdia. Em Monção (figura 37), ela ligava duas entradas importantes do povoado sem passar pelo largo da Casa de Câmara e Cadeia e também não tinha ligação com a Matriz, sendo esta, uma implantação peculiar da rua Direita. Esta última situação não apresenta relação com a rua Direita de Triunfo, o que leva a aproximação das situações açorianas com a de Triunfo.

No entanto, em todas as situações apresentadas neste estudo, as ruas direitas são caracterizadas pela presença dos prestadores de serviços e dos comerciantes. Além disso, ela recebia esta denominação por levar “direto” a um ponto importante do povoado, sejam as entradas principais ou elementos importantes dentro

da malha urbana, conforme marcação nas imagens a seguir. Percebe-se também a regularidade no alinhamento das fachadas.



Figura 34: Antiga Rua Direita, em Triunfo, destacando edificação importante (não datada). Fonte: Museu Farroupilha de Triunfo.



Figura 35: Rua Direita, em Velas, destacando a praça cívica (não datada). Fonte: http://www.saojorgedigital.info/album/album.php?gal_dir=%2FAntigas



Figura 36: Rua de Lisboa e antiga Direita, vista da Praça Velha, em Angra do Heroísmo, destacando a Igreja da Misericórdia (não datada). Fonte: <http://www.cotasoares.com/antigas.html>



Figura 37: Rua Direita, em Monção, destacando antiga entrada do povoado. Fonte: Fotografia da autora, 2009.

A análise do quarteirão também se apresenta como importante elemento de comparação. A estrutura do quarteirão na malha original de Triunfo é irregular e a divisão dos lotes não se deu de forma uniforme. A forma do quarteirão parece ter sido consequência da abertura das ruas, sem uma intenção formal. A ocupação do mesmo se dava no alinhamento, sem recuo, ocupando apenas a face da rua principal, ficando o restante do lote livre e, por consequência, formando grandes vazios e ruas secundárias, sem edificações. Com o crescimento do povoado, alguns lotes foram se dividindo e recebendo edificações em ambas as faces, no entanto, em alguns quarteirões os lotes mantiveram duas frentes (figura 38).

Em Monção não se configurou esta característica, pois sua estrutura medieval envolta por muralhas apresentava lotes densos e ocupados quase na totalidade. Em Angra do Heroísmo o quarteirão se caracterizava pela ocupação completa na periferia e vazios no interior. Na parte do tecido considerado renascentista, em retícula, percebe-se melhor esta regularidade na divisão dos lotes. Em ambas as situações, o quarteirão se diferencia bastante de Triunfo.

A semelhança com Triunfo foi detectada nos quarteirões de Velas. A estrutura dos mesmos também configurou grandes vazios internos e, assim como em Triunfo, percebe-se a falta de regularidade na forma do quarteirão em decorrência da espontaneidade do traçado. A maior semelhança de Triunfo com a vila de Velas também pode ser destacada através das imagens aéreas, onde se visualiza o conjunto urbano e os aspectos morfológicos. Nas imagens (figura 38 e 39) destacam-se os grandes vazios na ocupação dos lotes e a irregularidade dos mesmos.



Figura 38: Vista aérea de Triunfo (não datada). Fonte: Arquivo Museu Farroupilha de Triunfo.



Figura 39: Vista aérea de Velas (não datada). Fonte: http://www.saojorgedigital.info/album/album.php?gal_dir=%2FAntigas

Outro fator de semelhança entre Triunfo e Velas se refere à existência de um antigo Largo do Mercado, em Velas, defronte à Matriz. Em Triunfo, a antiga Praça do Mercado também se localizava junto da Matriz, porém não defronte. Esta situação difere das localizações usuais das “praças do mercado” no urbanismo português, visto que normalmente se localizam junto da orla ou da costa, na zona de comércio, ou na periferia dos povoados, junto dos acessos principais. Esta peculiaridade poderia representar uma influência importante no cotidiano dos povoadores, e, conseqüentemente, na formação do espaço urbano de Triunfo.

Através da análise comparativa desenvolvida, onde se destacou a maior semelhança do conjunto de características morfológicas de Triunfo com a vila de Velas, torna-se importante a complementação dos dados através da análise a seguir, considerando os aspectos econômicos e sociais relevantes no processo de formação das mesmas, que possam apresentar relação de influência.

5.3. Função e atividades predominantes originais

Conforme exposto no estudo sobre Triunfo, destacou-se como função a atividade religiosa do povoado. Como Triunfo foi sede de freguesia e possui um exemplar de império, que comprova o culto ao Divino Espírito Santo, torna-se importante o estudo comparativo da relação das atividades religiosas na formação de Velas e de Triunfo.

Quanto às atividades religiosas da paróquia do Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, é importante salientar novamente que o primeiro pároco foi Tomás Clarke, que era de origem portuguesa do continente, afastando a relação de influência dos povoadores açorianos na implantação da Matriz. Portanto, a atividade do culto ao Divino Espírito Santo seria a influência mais evidente dos costumes açorianos.

A tipologia do Império de Triunfo e a sua localização junto da praça da igreja não remete às características encontradas em São Jorge. Em Velas, a localização dos impérios não se deu junto dos equipamentos importantes e a tipologia dos mesmos não apresenta semelhanças ao de Triunfo.

Na ilha de São Jorge, o culto ao Espírito Santo tem origem com os primeiros povoadores, no século XV. O Guia do Patrimônio Cultural de São Jorge (2003) aponta a ligação do culto ao Milagre das Rosas da Rainha Santa Isabel. Segundo AVELLAR⁵⁰, as festas do Espírito Santo em São Jorge são imitação do *Antigo Bodo do Espírito Santo em Guimarães*, e também refere as mesmas como *Festas do Imperador*, conforme publicação do ano de 1753, em Lisboa. Portanto, percebe-se que a origem do culto ao Espírito Santo nas ilhas açorianas, conforme demonstrado no capítulo anterior, apresenta muita incertezas, o que dificulta a relação das mesmas com as cidades coloniais portuguesas.

Além disso, conforme estudo de ABREU⁵¹, as festas do Divino Espírito Santo se tornaram muito popular no Brasil desde o período colonial, como uma tradição europeia. O culto vinha sofrendo a condenação da Igreja oficial na Europa, o que contribuiu para a sua extinção. Nos Açores, a devoção ao Divino persistiu, pois foi lhe atribuído grande quantidade de milagres. No Brasil estas festas se tornaram populares e se mantiveram durante o período Imperial. Para ABREU, o culto também estava associado à tradição judaica e negra. No capítulo anterior já foi demonstrada a relação do Divino com os judeus, e a autora acrescenta que os escravos no Brasil elegeram o mesmo como “um dos mais queridos santos de devoção”, pois representava a libertação e salvação. Desta forma, a tradição deste culto em Triunfo poderia estar associada a diversas origens.

Portanto, faltam documentos ou referenciais que relacionem as origens do culto em Triunfo aos povoadores provindos de São Jorge. No entanto, para que se investigue todas as possíveis relações de influência, torna-se relevante a comparação entre as edificações dos Impérios de Velas e de Triunfo.

A tipologia de alguns Impérios da Ilha de São Jorge apresenta a peculiaridade da posição da coroa acima da porta principal, e não como a tradição, em que se

⁵⁰ AVELLAR, José Candido da Silveira. Ilha de São Jorge – Açores. Apontamentos para a sua história. Horta, PT: Typ. Minerva Insulana, 1902.

⁵¹ ABREU, Martha. O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

posiciona na parte de cima do frontão, como um coroamento. No caso de Triunfo, não se encontram indícios da localização da coroa e da cruz na fachada, dificultando a possível relação.

Destacando-se o Império do Espírito Santo (figura 40), que se apresenta como principal exemplar localizado na freguesia de Velas, não é possível precisar a sua data de construção, e não existe referência da existência de uma construção anterior. Sendo assim, a tipologia deste exemplar existente não apresenta semelhanças relevantes com o exemplar de Triunfo.



Figura 40: Império do Espírito Santo em Velas. Fonte: Fotografia da autora, 2009.

Entre as semelhanças encontradas na configuração urbana de Velas e de Triunfo, a particularidade destacada entre as duas, refere-se à posição do espaço destinado à atividade do mercado. A proximidade ou vínculo das praças do mercado com a Matriz que se identifica em ambas as situações pode representar uma influência de hábitos cotidianos que refletiram na formação dos espaços urbanos.

Além disso, as mesmas apresentam a espontaneidade do traçado e a forma irregular dos quarteirões, com grandes espaços vazios internos. No entanto, esta característica pode ser identificada em diversas cidades colonizadas pelos portugueses.

As demais cidades e vilas estudadas neste estudo comparativo também apresentaram algumas semelhanças com o povoado inicial de Triunfo, porém a relação direta de influência, claramente identificada, não foi verificada.

Conforme hipótese inicial de que a falta de normas régias na formação de Triunfo refletiu na espontaneidade de sua configuração espacial e foi influenciada pela origem de seus povoadores. Esta hipótese se afirma através deste estudo, porém a influência não se deu apenas através dos povoadores açorianos e portugueses provindos do norte, conforme o estudo genealógico apontou. A tradição do urbanismo português de forma geral está presente em Triunfo. Não pôde ser destacada a peculiaridade dos povoados açorianos, visto que, estes também decorrem do saber português de formar espaços urbanos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise do período de formação do núcleo inicial da cidade de Triunfo, nos séculos XVIII e XIX, é possível que se compreenda as principais características culturais e históricas da evolução urbana da cidade. Alguns momentos ou dados que se referem ao processo histórico de desenvolvimento da freguesia Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, ainda se encontram obscuros, visto que muitos documentos e registros acabaram se perdendo ou se encontram muito danificados.

O quadro genealógico que foi apresentado neste trabalho foi determinante para o conhecimento da origem dos responsáveis pela formação do primeiro núcleo de povoação da freguesia de Triunfo. As hipóteses estabelecidas foram inicialmente estudadas, porém, a falta de alguns dados ou documentos ainda nos deixa algumas lacunas. A formação da freguesia foi consolidada por famílias provindas, em grande parte, de Portugal continental e do arquipélago dos Açores.

O panorama exposto no estudo genealógico exposto no capítulo quatro, 42,7% das famílias registradas na freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo eram provenientes do arquipélago dos Açores, apresenta-se como um dado representativo da presença de açorianos na formação do povoado. No entanto, este dado deve ser tratado com cuidado e não decisivo para a designação de “cidade açoriana”, visto que o estudo também demonstrou que a propriedade das terras mais próximas ao local onde o núcleo urbano de Triunfo se formou, não era de açorianos, e sim, de portugueses do continente.

A promoção de Triunfo como cidade típica açoriana deve-se, principalmente, à presença do Império do Espírito Santo, comumente atribuído à cultura açoriana. De acordo com BACHELARD, *“a psicanálise do conhecimento objetivo deve examinar com cuidado todas as seduções da facilidade.”*⁵² Conforme exposto no capítulo quatro, a tradição do culto ao Divino Espírito Santo pode ter sido difundida não só pelos imigrantes açorianos, e sim, conforme alguns estudos apontam, pelos cristãos-novos, que povoaram não só as ilhas portuguesas, mas também o continente e as terras brasileiras. Em Triunfo, seria necessário um estudo mais aprofundado sobre a genealogia dos principais povoadores, visto que, existem alguns indícios, que não puderam ser devidamente comprovados, de que entre os mesmos havia cristãos-novos. Sendo assim, a presença de um Império em Triunfo não é suficiente para considerá-la como típica açoriana.

O embasamento das ações de proteção do patrimônio cultural urbano, utilizadas como instrumentos de ações de planejamento urbano precisam estar ancoradas em uma base de conhecimento científico. Através do estudo comparativo, não foi possível verificar uma relação significativa de influência da cultura açoriana na formação do povoado inicial de Triunfo, concluindo que os imigrantes açorianos tiveram grandes dificuldades de se estabelecer e configurar espaços urbanos. Apenas a peculiaridade da localização da praça do mercado em Velas ser semelhante à de Triunfo é insuficiente para caracterizá-la como típica açoriana.

A chamada “tradição açoriana” teve de ser adaptada e “reinventada” na medida em que foram se fixando no território brasileiro. Os imigrantes portugueses do

⁵² BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 69.

continente e os insulares tiveram de enfrentar muitas dificuldades assim que chegaram no sul do Brasil, pois deveriam povoar terras que não foram preparadas para recebê-los. GRAEBIN aponta que *“a forma pela qual se configurou o viver dos açorianos no Rio Grande de São Pedro foi de plena instabilidade. Ao sabor das circunstâncias e da mobilidade no espaço, os açorianos precisaram improvisar as novas formas de viver, a fim de suportar as dificuldades.”*⁵³

Diante deste panorama, aliado ao estudo realizado nesta pesquisa apresentada, pode ser definida uma nova hipótese de que a espontaneidade na formação do espaço urbano de Triunfo pode estar atribuída à miscigenação de cultura dos seus povoadores, e não a uma estratégia de ocupação definida pela Coroa portuguesa. A presença dos açorianos em Triunfo estava ligada às estratégias de ocupação dos portugueses, porém, a forma como estes se instalaram e, juntamente com outros imigrantes e povoadores brasileiros, não representou um tipo específico de assentamento. Apenas as características comuns aos povoados portugueses foram identificadas: a presença da rua Direita, a adaptação da malha ao sítio, o destaque à Matriz e seu largo, a praça cívica com a Casa de Câmara e o pelourinho. Destaca-se a semelhança com a vila açoriana de Velas, na localização da praça do mercado, que não se identifica nas demais vilas e cidades açorianas, sendo este um traço de influência particular e não típico açoriano.

Cumprido destacar também a falta de uniformidade entre as cidades e vilas açorianas estudadas neste trabalho. Não foi possível criar uma caracterização uniforme das mesmas, a fim de que pudesse ser identificado um típico “urbanismo açoriano”.

Retomando as hipóteses iniciais, que foram o ponto de partida desta pesquisa, vale destacar a primeira hipótese, que se confirmou, pois a presença de imigrantes açorianos foi significativa. No entanto, não se verificou uma relação direta entre os povoados açorianos e Triunfo, mas sim, se identificaram as premissas portuguesas de formação de cidades.

⁵³ GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In, BOEIRA, Nelson / GOLIN, Tau (coord.). História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 1 – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

A segunda hipótese se refere à falta de normatizações régias ou planejamento na formação das cidades coloniais portuguesas durante o período de ocupação das terras do sul do Brasil. Pretendia-se verificar se, na falta de um plano que orientasse a configuração dos novos povoados, estes evoluíram seguindo as características das regiões de origem dos povoadores. Em Triunfo, a comparação com Guimarães, Ponte de Lima, Monção e Mondim de Basto, além de Velas, Horta e Angra do Heroísmo, que representam as regiões mais relevantes de origem dos imigrantes, apresentou diversas similaridades que podem tornar aceitável esta hipótese.

A verificação das duas hipóteses levantadas levam a concluir que a cidade de Triunfo, assim como as demais cidades do sul do Brasil que são caracterizadas como açorianas em sua configuração urbana original, formou-se de acordo com as premissas do urbanismo português de forma geral, considerando algumas influências de algumas regiões portuguesas, porém sem destacar a predominância de uma sobre outra.

Além disso, em razão de **não ser identificado um urbanismo típico dos Açores, posto que este se enquadra dentro dos conceitos do urbanismo português em geral, tanto do continente como das ilhas, a cidade de Triunfo se enquadra dentro destes conceitos gerais e DEVE SER CONCEITUADA COMO CIDADE PORTUGUESA no sentido genérico do termo e não específico de uma parte ou de outra.**

O presente trabalho aborda a questão da origem e formação de cidades e demonstra que são fundamentais os estudos científicos para o embasamento das fundamentações das ações sobre o patrimônio histórico das cidades. A cidade de Triunfo representa esta questão, visto que, conforme demonstrado, não se fundamenta a caracterização como cidade de típica açoriana, e sim, portuguesa de forma geral.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALMEIDA, Marino Josetti de. **O Município de Triumpho**. Separata da revista do Instituto Histórico e Geográfico do rio Grande do Sul. Porto alegre: Typographia do Centro, 1931.

ALMEIDA, Álvaro Duarte de / BELO, Duarte / SOARES, Júlia Mateus (coord). **Portugal: Atlas do Património**. Rio de Mouro, PT: Printer Portuguesa Lda, 2008.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (Coord.). **Ponte de Lima: Uma Vila Histórica do Minho**. Ponte de Lima, Portugal: Município de Ponte de Lima, 2007.

ANTUNES, João M. Viana. Evolução arquitectónica da Vila de Ponte de Lima. In, ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (Coord.). **Ponte de Lima: Uma Vila Histórica do Minho**. Ponte de Lima, Portugal: Município de Ponte de Lima, 2007.

BICCA, Briane Elisabeth Panitz / BICCA, Paulo Renato Silveira (coord). **Arquitetura Na Formação Do Brasil**. Brasília: UNESCO, 2008, 2 ed.

AVELLAR, José Candido da Silveira. **Ilha de São Jorge – Açores. Apontamentos para a sua história**. Horta, PT: Typ. Minerva Insulana, 1902.

AZEREDO, António Carlos de. **Guimarães**. 2 ed. Porto, PT: Caminhos Romanos, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARREIRA, César Gabriel. **Um Olhar Sobre a Cidade da Horta**. Horta, PT: Núcleo Cultural da Horta, 1995.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org). **Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia**. Porto Alegre: Edições EST, 2002.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BITTENCOURT, Doris Maria Machado de. **Arquitetura de Pedra e cal no litoral sul e vale do Jacuí, nos séculos XVII e XVIII: Colônia da Sacramento, Rio Grande, Viamão e Santo Amaro**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

BOEIRA, Nelson / GOLIN, Tau (coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul. Vol. 1 – Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006.

BOURDIEU, Pierre / CHAMBOREDON, Jean-Claude / PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

BRUNO, Jorge A. Paulus (coord). **Inventário Do Patrimônio Imóvel Dos Açores. Horta - Faial**. Horta, PT: Câmara Municipal, 2003.

BRUNO, Jorge A. Paulus (coord). **Inventário Do Patrimônio Imóvel Dos Açores. Praia da Vitória – Terceira**. Praia da Vitória, PT: Câmara Municipal, 2004.

CRUZ, José. **Monção Vila Termal, Berço do Alvarinho**. Monção, PT: Câmara Municipal de Monção, 2008.

CURTIS, J. N. B de. Arquitetura e economia do gado na região sul. In, BICCA, Briane Elisabeth Panitz / BICCA, Paulo Renato Silveira (coord). **Arquitetura Na Formação Do Brasil**. Brasília: UNESCO, 2008, 2 ed.

DANIEL, Luís / SOARES, Natacha (coord.). **São Jorge - Guia do Patrimônio Cultural**. Atlantic View Lda, 2003.

DELSON, Roberta M. **Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.

FABRÍCIO, José de Araújo. **A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo**. In

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

FERNANDES, José Manuel. **História Ilustrada da Arquitetura dos Açores**. Angra do Heroísmo, PT: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

_____, José Manuel. **Angra do Heroísmo: aspectos urbano-arquitetónicos**. Angra do Heroísmo, PT: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

_____, José Manuel. **Horta: uma leitura da sua evolução urbana**. In, **Inventário Do Patrimônio Imóvel Dos Açores**. Horta - Faial Coordenação de Jorge A. Paulus Bruno. Horta, PT: Câmara Municipal, 2003.

FERRÃO, Bernardo / AFONSO, José Ferrão. A Evolução da Forma Urbana de Guimarães e a Criação do seu Património Edificado. In: **Guimarães: Património Cultural da Humanidade**. Vol.1. Guimarães, PT: Câmara Municipal, 2002.

FORTES, João Borges. **Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul**. 3ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. (1ª Ed, 1932)

_____, João Borges. **Troncos Seculares. O povoamento do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

FREITAS, José L.. **Triunfo na História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Meridional, 1963.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In, BOEIRA, Nelson / GOLIN, Tau (coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Vol. 1 – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

GUERREIRO, Paulo. Evolução urbanística de Ponte de Lima. In: C. A. Almeida. **Ponte de Lima: Uma Vila Histórica do Minho**. Ponte de Lima, PT: Município de Ponte de Lima, 2007.

HAMEISTER, Martha Daisson. Notas sobre a construção da “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil ao século XVIII. In, **Anos 90**. Revista do Programa de Pós –Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS. Vol. 12 n 21/22, pag. 53-101, 2005.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e Desenho da Cidade**. 3 ed. Porto, PT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LAYTANO, Dante de. **Arquipélago dos Açores**. Porto Alegre: Editora EST., 1987.

LOPES, Eduardo Teixeira. **Mondim de Basto. Memórias Históricas**. Mondim de Basto, PT: MEDISA, 2000.

MARQUES, Marta. A feira de Ponte de Lima. In, ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (Coord.). **Ponte de Lima: Uma Vila Histórica do Minho**. Ponte de Lima, Portugal: Município de Ponte de Lima, 2007.

MONÇÃO. Nas Memórias Paroquiais de 1758. Monção, PT: Casa Museu de Monção/ Universidade do Minho, 2003.

MORAIS, Margarida / VAZ, Madalena (coord.). **Guimarães: Património Cultural da Humanidade**. Vol.1. Guimarães: Câmara Municipal. Gabinete Técnico Local, 2002.

MORRIS, Anthony E. J. **Historia de la forma urbana. Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 1984.

MOTA E SILVA, Sérgio. A diáspora cristã-nova açoriana e madeirense para o Brasil Colonial e seus reflexos no Rio Grande do Sul. In, ROCHA, Santa Inèze Domingues da (coord). **Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil**. Porto Alegre: Caravela, 2005.

PEREIRA, Nereu do Vale. A participação madeirense na colonização da Ilha de Santa Catarina. In, **A Madeira e o Brasil**. Coletânea de estudos. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.

PIAZZA, Walter. Jerônimo de Ornellas: um madeirense no Brasil-Meridional (1690-1771). In, **A Madeira e o Brasil**. Coletânea de estudos. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.

ROCHA, Santa Inèze Domingues da (coord). **Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil**. Porto Alegre: Caravela, 2005.

RHODEN, Luiz Fernando. Os Traçados Urbanos. In, BOEIRA, Nelson / GOLIN, Tau

(coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Vol. 1 – Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Pini, 2000.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

TEIXEIRA, Manuel / VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português séculos XIII – XVIII**. Lisboa, PT: Livros Horizonte, 1999.

TELLES, Augusto C. da Silva. Ocupação do litoral, entradas para o interior do continente e definição das fronteiras. In, **Arquitetura na formação do Brasil**. Organizado por Briane Elisabeth Panitz Bicca e Paulo Renato Silveira Bicca. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2008.

VIEIRA, Alberto. Da madeira ao Brasil. Um percurso de ida e volta. In, **A Madeira e o Brasil**. Coletânea de estudos. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.

_____. **A Madeira e o Brasil**. Coletânea de estudos. Funchal, PT: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.

WASSERMAN, Claudia (coord.). **História da América Latina: cinco séculos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

WEIMER, Günter. **Origem e Evolução das Cidades Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

_____. **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Instituto Cultural Português, 1979.

Artigos

ESPÍRITO SANTO, Moisés. **A festa do Espírito Santo**. Artigo publicado na “Separata Espírito Santo” na edição de 4 de Junho de 2010.

Sítios

Arquivo Digital de Cartografia Urbana.

Site: www.cartografiaurbana.ceurban.com

Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Digital.

Site: www.bnportugal.pt

Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar.

Site: <http://am.exercito.pt/bibliopac/>

ANEXO 1 / TABELA 1 / Relação da origem dos primeiros habitantes da freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunpho.

	CABEÇA DE CASAL	ORIGEM AÇORIANA	ORIGEM LUSA	ORIGEM MEDEIRENSE	OUTROS	BRASIL	FILHOS NASCIDOS TRIUNFO	TOTAL DE FILHOS
1	AGOSTINHO GOMES JARDIM			Funchal - F. Santo Antonio			8	12
2	AGOSTINHO TELES					Taubaté, SP	2	2
3	ANDRÉ JACINTO	Ilha de São Jorge					4	6
4	ANDRÉ MACHADO	Ilha de São Jorge						2
5	ANDRÉ VAZ DE SOUZA					Taubaté, SP	4	4
6	ANTÃO PEREIRA MACHADO	Ilha de São Jorge					4	5
7	ANTÔNIO ADOLFO CHARÃO					Rio de Janeiro, RJ		-
8	ANTÔNIO ALVES DE SÁ					Sorocaba, SP	1	1
9	ANTÔNIO DE ARAUJO VILELA		Ponte de Lima, Braga					4
10	ANTÔNIO BARBOSA					Rio Grande, RS	1	1
11	ANTÔNIO CARRÊA RANGEL					Guaratinguetá, SP	1	3
12	ANTÔNIO CORRÊA GARCIA					Parnaíba, SP	4	4
13	ANTÔNIO CAETANO	Ilha Terceira - F. São Mateus					1	1
14	ANTÔNIO DUTRA	Ilha do Pico					3	3
15	ANTÔNIO FRANCISCO DE ABREU		Lisboa					6
16	ANTÔNIO FRANCISCO DE GUSMÃO					Guaratinguetá, SP	7	7
17	ANTÔNIO GARCIA	Ilha de Faial					2	2
18	ANTÔNIO BRANDÃO	Ilha do Pico					1	2
19	ANTÔNIO JOSÉ	Ilha de Faial					1	1

20	ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA	Ilha de São Jorge					1	1
21	ANTÔNIO JOSÉ DE AVIZ	Ilha Graciosa					4	4
22	ANTÔNIO JOSÉ MACHADO DE ARAUJO		Ponte de Lima, Braga				5	8
23	ANTÔNIO JOSÉ DE VARGAS	Ilha de Faial - F. São Miguel					3	9
24	ANTÔNIO LOPES DURO		Golegão, Lisboa				5	6
25	ANTÔNIO MACHADO	Ilha de São Jorge					3	3
26	ANTÔNIO MACHADO DE AZEVEDO	Ilha de São Jorge					1	5
27	ANTÔNIO MACHADO NETO	Ilha de São Jorge					1	1
28	ANTÔNIO MACHADO DE OLIVEIRA	Ilha de São Jorge					2	3
29	ANTÔNIO MOREIRA DA SILVA				Ilha Grande		3	3
30	ANTÔNIO PEREIRA NUNES	Ilha de São Jorge					1	2
31	ANTÔNIO RODRIGUES		Lagos, Algarve				1	1
32	ANTÔNIO DA SILVEIRA	Ilha de São Jorge					1	1
33	ANTÔNIO DA SILVEIRA GOMES	Ilha de Faial					1	1
34	ANTÔNIO DE SOUZA	Ilha de São Jorge					1	4
35	BALTAZAR DE OLIVEIRA		Cortegassa, Porto				2	2
36	BARTOLOMEU BUENO DA SILVA					Guaratinguetá, SP	3	6
37	BARTOLOMEU GONÇALVES DE MAGALHÃES		Chaves, Braga				3	10
38	BARTOLOMEU SILVEIRA	Ilha de São Miguel						4
39	BERNARDO BAQUEDANO				Espanha			4
40	BERNARDO BATISTA			Funchal			5	8
41	BRAZ PEREIRA MARQUES	Ilha de São Jorge					4	4
42	CAETANO JOSÉ	Ilha Graciosa					3	3

43	CUSTÓDIO FERREIRA DE OLIVEIRA GUIMARÃES		Guimarães				4	8
44	DOMINGOS FRANCISCO		Torres Vedras, Lisboa				8	8
45	FELIPE ALVES DA FONSECA					Rio de Janeiro, RJ	3	3
46	FELISBERTO PINTO BANDEIRA					Viamão, RS		-
47	FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA					Curitiba, PR		2
48	FRANCISCO CORREIA SARAFANA	Ilha de Faial						3
49	FRANCISCO DA COSTA LEITE	Ilha de Santa Maria					1	2
50	FRANCISCO DO COUTO	Ilha Terceira					1	3
51	FRANCISCO DUTRA	Ilha de Faial					4	4
52	FRANCISCO FELIX					São Paulo, SP	1	1
53	FRANCISCO INÁCIO	Ilha de São Jorge					1	4
54	FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA RAPOSO		Monção do Minho, Braga				11	11
55	FRANCISCO MACHADO FAGUNDES	Ilha de São Jorge						3
56	FRANCISCO MACHADO LEÃO	Ilha de São Jorge					10	10
57	FRANCISCO DA MOTA ANDRADE					Vila Rica, MG	1	1
58	FRANCISCO NUNES DA COSTA	Ilha Terceira					1	1
59	FRANCISCO PINTO CEZIMBRA		Cezimbra, Lisboa				2	6
60	FRANCISCO PINTO DE SOUZA		Porto					-
61	FRANCISCO RODRIGUES GULART	Ilha de São Jorge					6	7
62	FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS					Curitiba, PR	1	1
63	FRANCISCO DA ROSA CANECA	Ilha do Pico					1	1

64	FRANCISCO DA ROSA SILVEIRA	Ilha de Faial					4	4
65	FRANCISCO DA SILVA CARDOSO					Rio de Janeiro, RJ	1	1
66	FRANCISCO DE SOUZA CARDOSO	Ilha de Faial					1	10
67	FRANCISCO XAVIER DE ASSUNÇÃO		Lisboa				2	2
68	FRANCISCO XAVIER DE AZAMBUJA					São Paulo, SP	5	12
69	FRANCISCO DA SILVA		Agreda, Coimbra				5	11
70	GONÇALO DA ROSA LEME					Rio de Janeiro, RJ	1	1
71	GONÇALO SIQUEIRA BARBOSA					Nossa Sra da Graça do Rio São Francisco	2	2
72	GREGÓRIO DE CASTRO					Ilha de São Sebastião, SP	1	1
73	HENRIQUE FERREIRA	Ilha de São Miguel					1	1
74	INÁCIO ALVES DA SILVA					São João del Rei, MG	2	6
75	INÁCIO FRANCISCO DE MELO	Ilha de Santa Maria					10	10
76	INÁCIO MANUEL RODRIGUES					Mariana, MG	1	1
77	INÁCIO MENDES					Mogí das Cruzes, SP	3	3
78	INÁCIO RODRIGUES PAIS					São Paulo, SP	1	1
79	INÁCIO XAVIER CESAR					São Paulo, SP	6	6
80	ISIDORO PEREIRA					Viamão, RS	2	2
81	ISIDORO PINTO CAMARGO						1	1
82	JOAQUIM CUSTÓDIO DE MORAIS					São Paulo, SP	3	3

83	JOAQUIM JOSÉ TOMAZ					Rio Grande, RS	3	3
84	JOAQUIM RODRIGUES						1	1
85	JOÃO DE BORBA MACHADO	Ilha Terceira					7	10
86	JOÃO FERREIRA DE FARIAS		Lisboa				2	2
87	JOÃO FRANCISCO DE AGUIAR					Rio das Mortes, MG	2	2
88	JOÃO FRANCISCO DE ALMEIDA		Pejeiros, Coimbra				11	11
89	JOÃO JOSÉ NOGUEIRA					Cotia, SP	2	2
90	JOÃO LEITE DE MORAIS					Sorocaba, SP	2	2
91	JOÃO LOURENÇO MOLE	Ilha Terceira					-	6
92	JOÃO LUIZ	Ilha de Faial					1	1
93	JOÃO MENDES MARTINS				Carrocilha, Espanha		1	1
94	JOÃO DE OLIVEIRA PODEROSO					São Paulo, SP	1	1
95	JOÃO DE ORNELAS DE SOUZA	Ilha Terceira					-	6
96	JOÃO PAIS RODRIGUES					Itú, SP	1	1
97	JOÃO PAULO					Laguna, SC	1	1
98	JOÃO RODRIGUES DE AGUIAR					Furquim, MG	5	9
99	JOÃO RODRIGUES CARDOSO					Curitiba, PR	1	1
100	JOÃO DA SILVA DE CARVALHO E CRUZ		Porto				1	1
101	JOÃO SOARES LEITE					Guaratinguetá, SP	5	7
102	JACINTO ROQUE PEREIRA GUIMARÃES		Guimarães				9	10
103	JOSÉ ANTÔNIO					Ilha de Santa Catarina	3	3
104	JOSÉ CAETANO	Ilha de Santa Maria					1	1

105	JOSÉ DE CAMARGO PAIS					São Paulo, SP	2	5
106	JOSÉ DA COSTA	Ilha de São Miguel					1	1
107	JOSÉ DA COSTA MATA					Pindamonhangaba, SP	1	1
108	JOSÉ FERNANDES					Rio Grande, RS	4	4
109	JOSÉ FERNANDES PETIM		Monção do Minho, Braga				7	10
110	JOSÉ FRANCISCO		Aroma, Lamego				3	4
111	JOSÉ FRANCISCO DA SILVEIRA CASADO	Ilha do Pico					1	1
112	JOSÉ GARCEZ DE MORAIS					São Paulo, SP	1	2
113	JOSÉ GOMES JARDIM			Madeira			1	1
114	JOSÉ GONÇALVES DA COSTA					São Paulo, SP	1	1
115	JOSÉ JORGE	Ilha de Faial					-	3
116	JOSÉ LEITE DE OLIVEIRA		Basto, Braga				3	9
117	JOSÉ LEME DA SILVA						-	1
118	JOSÉ LUIZ RIBEIRO VIANA		Vieira do Minho, Braga				1	3
119	JOSÉ MACHADO CERQUEIRA	Ilha de São Jorge					1	1
120	JOSÉ MARTINS FALEIRO	Ilha Terceira					2	2
121	JOSÉ PEREIRA DO AMARAL	Ilha de Faial					1	1
122	JOSÉ PINTO RAMIRES					Laguna, SC	-	1
123	JOSÉ RODRIGUES	Ilha de Faial					3	3
124	JOSÉ RODRIGUES II	Ilha Terceira					5	5
125	JOSÉ RODRIGUES DE CARVALHO		Santo Estevão, Lisboa				-	5
126	JOSÉ RODRIGUES FAIAL	Ilha de Faial					1	5
127	JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS						1	1
128	JOSÉ DA SILVA	Ilha de São Jorge					5	5

129	JOSÉ DA SILVA PEREIRA					São Paulo, SP	1	1
130	JOSÉ DE SOUZA I	Ilha de São Jorge					2	2
131	JOSÉ DE SOUZA II	Ilha de São Jorge					3	3
132	JOSÉ DA SILVA MONTEIRO					Taubaté, SP	1	2
133	JOSÉ DE SOUZA MACHADO	Ilha de São Jorge					4	8
134	JOSÉ DE VARGAS	Ilha de Faial					-	6
135	LOURENÇO RODRIGUES DA ROSA					Curitiba, PR	2	2
136	LUIZ VICENTE PACHECO DE MIRANDA		Ponte de Lima, Braga				12	12
137	LUIZ FELIX DA SILVA							
138	LOURENÇO DE ORNELAS DE MENEZES					Lagoa Verde, MG	4	8
139	LUIZ JOSÉ	Ilha Graciosa					1	1
140	MANUEL ALVES DE CARVALHO		Mondin de Basto, Braga				7	9
141	MANUEL DE ARAUJO PAVÃO	Ilha de São Miguel					2	2
142	MANUEL CARDOSO	Ilha do Pico					1	9
143	MANUEL CARDOSO II					Santa Catarina	1	1
144	MANUEL CARVALHO					Sorocaba, SP	1	1
145	MANUEL DIAS FERREIRA	Ilha Terceira					2	3
146	MANUEL DUARTE DO AMARAL	Ilha de Faial					1	3
147	MANUEL DURÃES DE FARIAS		Galhufe, Porto				1	1
148	MANUEL FRANCISCO					Rio de Janeiro, RJ	1	1
149	MANUEL GOMES DA ROSA	Ilha Terceira					1	2
150	MANUEL GONÇALVES MEIRELES		Mondin de Basto, Braga				6	12
151	MANUEL JOSÉ VIANA		Vila de Viana, Braga				-	2

152	MANUEL LEITE					Campanha do rio Verde, MG	2	2
153	MANUEL MACHADO DE BORBA	Ilha de São Jorge					1	3
154	MANUEL DE PAIVA GARRIDO		Portugal				-	-
155	MANUEL PEREIRA DE ARAUJO					São Paulo, SP	1	1
156	MANUEL PEREIRA LUIZ	Ilha de Faial					1	3
157	MANUEL PEREIRA SOARES	Ilha de São Jorge					3	6
158	MANUEL PINHEIRO BARRETO						1	1
159	MANUEL PINTO BANDEIRA					Laguna, SC	1	3
160	MANUEL DE QUADROS	Ilha de São Jorge					1	1
161	MANUEL RIBEIRO BAIÃO		Basto, Braga				4	8
162	MANUEL RIBEIRO DA SILVA	Ilha de Faial					8	9
163	MANUEL RODRIGUES	Ilha de Faial					2	2
164	MANUEL DA SILVA		Nabagilde, Porto				1	1
165	MANUEL DA SILVA AVILA	Ilha de São Jorge					3	3
166	MANUEL DA SILVA FERRÃO					Conde, RJ	-	3
167	MANUEL DA SILVA MACHADO	Ilha de São Jorge					1	2
168	MANUEL SILVEIRA DUTRA	Ilha Terceira					1	1
169	MANUEL SILVEIRA GONÇALVES	Ilha de São Jorge					2	2
170	MANUEL SOARES CRUZ					São João Marcos, RJ	2	2
171	MANUEL TEIXEIRA DE QUADROS	Ilha de São Jorge					3	6
172	MARTINHO GARCIA				Reino de Castela, Espanha		-	3
173	MATIAS VIEIRA	Ilha de São Jorge					4	4
174	MIGUEL AFONSO LEAL	Ilha de São Jorge					1	1
175	MIGUEL PEDROSO LEITE					São Paulo, SP	6	13

176	MIGUEL SILVEIRA DE SOUZA					Santa Catarina	1	1
177	MIGUEL TEIXEIRA DE CARVALHO	Ilha de São Jorge					3	7
178	PAULO MARTINS CORREIA					Taubaté, SP	1	1
179	PEDRO DE ARAUJO LOPES	Ilha de São Miguel					7	8
180	PEDRO DE SOUZA PINTO					Paranaguá, SP	8	8
181	ROQUE FERREIRA	Ilha do Pico					1	2
182	SEBASTIÃO DA COSTA					Curitiba, PR	4	4
183	SEBASTIÃO GOMES DE CARVALHO		Santarém, Portugal				-	8
184	SEBASTIÃO RODRIGUES DA CRUZ						3	3
185	SEBASTIÃO TEIXEIRA	Ilha de São Jorge					3	5
186	SIMÃO DIAS GONÇALVES	Ilha de Faial					2	6
187	SIMÃO FERREIRA	Ilha Terceira					1	1
188	TEODORO LOPES DE CARVALHO		Almafala, Lamego				1	1
189	TOMÉ CARDOSO DE MENDONÇA	Ilha do Pico					-	3
190	TOMÉ LEME DA SILVA					Rio das Mortes, MG	3	3
191	VICENTE JOSÉ FERREIRA					Nazaré, MG	1	2
192	VICENTE DA SILVA	Ilha do Pico					3	10

Fonte dos dados: FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

ANEXO 2 / TABELA 10 / Relação das famílias de origem açoriana que mais batizaram filhos em Triunfo.

Nº Quadro 01	CABEÇA DE CASAL	ORIGEM	ORIGEM	FILHOS NASCIDOS	NETOS NASCIDOS	1º REGISTRO	ÚLTIMO REGISTRO	PERMANÊN CIA
			ESPOSA	TRIUNFO	TRIUNFO	EM TRIUNFO	EM TRIUNFO	(anos)
51	ANTÔNIO JOSÉ DE AVIZ	Ilha Graciosa	Ilha de São Jorge	4	12	4/10/1762	4/1/1830	68
162	JOÃO DE BORBA MACHADO	Ilha Terceira	Ilha de São Jorge	8	20	24/12/1758	5/4/1825	67
64	PEDRO DE ARAUJO LOPES	Ilha de São Miguel	Ilha do Pico	7	11	27/9/1763	4/10/1829	66
75	MANUEL RIBEIRO DA SILVA	Ilha de Faial	Ilha Terceira	8	1	1/1/1763	30/10/1824	61
56	FRANCISCO MACHADO LEÃO	Ilha de São Jorge	Ilha de São Jorge	10	10	7/8/1770	13/3/1820	50
128	INÁCIO FRANCISCO DE MELO	Ilha de Santa Maria	Ilha Terceira	10	5	28/11/1772	27/4/1818	46
133	JOSÉ DA SILVA	Ilha de São Jorge	Ilha de São Jorge	5	1	8/7/1759	12/4/1800	41
61	JOSÉ DE SOUZA MACHADO	Ilha de São Jorge	Ilha de São Jorge	4	11	4/11/1771	26/5/1806	35
6	JOSÉ RODRIGUES II	Ilha Terceira	Ilha Terceira	5	1	26/12/1757	13/9/1787	30
3	FRANCISCO RODRIGUES GULART	Ilha de São Jorge	Ilha de São Jorge	6	1	5/11/1763	19/6/1789	26
173	ANTÃO PEREIRA MACHADO	Ilha de São Jorge	Ilha de São Jorge	4	2	3/12/1763	4/2/1771	8
41	MATIAS VIEIRA	Ilha de São Jorge	Laguna	4	0	31/10/1779	15/6/1786	7
179	BRAZ (Brás) PEREIRA MARQUES	Ilha de São Jorge (Vila de Topo)	Rio Grande	4	0	17/3/1773	3/1/1780	7
21	ANDRÉ JACINTO	Ilha de São Jorge	Ilha de São Jorge	4	0	24/3/1759	3/6/1765	6
85	FRANCISCO DA ROSA SILVEIRA	Ilha de Faial (F. dos Adros)	Ilha de Faial	4	0	18/6/1760	21/4/1765	5

Fonte dos dados: FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, vol. 27. Porto Alegre, 1947.

ANEXO 3 / TABELA 13 / Quadro comparativo.

		PORTUGAL CONTINENTAL				ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES			BRASIL
		GUIMARÃES	MONÇÃO	PONTE DE LIMA	MONDIM DE BASTO	VELAS	HORTA	ANGRA DO HEROÍSMO	TRIUNFO
SÍTIO	Localização	Interior	Fronteira	Interior	Interior	Litorânea	Litorânea	Litorânea	Interior
	Topografia	Acidentada	Vale do rio Minho	Vale de rio Lima	Vale do rio Tâmega	Acidentada	Acidentada	Acidentada	Delta do jacuí
	Localização do núcleo urbano inicial	Sítio elevado e acidentado	Sítio elevado e plano junto ao rio	Sítio levemente acidentado junto ao rio	Sítio levemente acidentado próximo ao rio	Sítio levemente acidentado junto ao oceano	Sítio acidentado junto ao oceano	Sítio acidentado junto ao oceano	Sítio acidentado junto ao rio
	Fontes de Água	Não	Rio Minho	Rio Lima	Rio Tâmega	Oceano Atlântico	Oceano Atlântico	Oceano Atlântico	Rio jacuí e taquarí
IMPLANTAÇÃO	Formação do traçado inicial	Irregular e relacionado às entradas da muralha.	Irregular e relacionado às entradas da muralha e adaptado à topografia. * núcleo medieval apresenta vias paralelas interceptadas por via transversal.	Irregular e relacionado às entradas da muralha e adaptado à topografia.	Irregular e espontâneo adaptado à topografia.	Irregular e espontâneo interligando equipamentos urbanos. Apresenta forma radial.	Irregular e adaptado à topografia interligando equipamentos urbanos. Apresenta malha em retícula.	Irregular e adaptado à topografia interligando equipamentos urbanos. Apresenta malha em retícula na expansão.	Irregular e espontâneo adaptado à topografia e interligando equipamentos urbanos. Apresenta malha em retícula na expansão.
ELEMENTOS DO TRAÇADO	Localização e orientação da Rua Direita *Rua dos Mercadores	*Ligava a igreja principal a uma porta de acesso importante. Orientação: leste-oeste.	Paralela ao rio. Orientação: leste-oeste. Ligava duas portas importantes.	Paralela ao rio orientação: norte-sul ligava duas portas importantes. *a rua direita era continuação da rua dos mercadores	Não consta	Orientação: norte-sul. Ligava a igreja matriz à praça cívica.	Paralela ao mar. Orientação: norte-sul. Ligava a igreja matriz ao colégio dos jesuítas	Paralela ao mar. Orientação: leste-oeste. Ligava a igreja matriz e a praça cívica aos extremos da vila.	Paralela ao rio. Orientação: leste-oeste. Ligava a igreja matriz e a praça cívica à via importante.

	Localização e implantação das praças da igreja e do mercado	Largo da igreja: característica medieval. Pólo irradiador da malha. Zona mercantil: adjacente à antiga muralha.	Largo da matriz: característica medieval. Terreiro do curro: configurou novo centro irradiador das vias.	Largo da igreja: característica medieval no centro da malha. Mercado: junto ao rio e fora da antiga área intramuros.	Não foi detectada a existência de praças de função religiosa ou praça de função comercial.	O antigo largo do mercado se localizava defronte à igreja matriz: era o centro principal da vila.	O núcleo inicial não configurou praça da igreja, apenas a praça cívica. Zona mercantil: zona baixa próxima da costa e no porto	Largo da sé: implantado no centro da malha junto da rua direita. Zona mercantil: zona baixa próxima da costa e junto ao porto.	Praça da Igreja: perpendicular ao rio e próxima do mesmo. Praça do mercado: junto da praça cívica em sítio alto ao lado da Matriz.
	Quadras e Lotes	Características medievais: lotes estreitos e quarteirões irregulares.	Características medievais: lotes estreitos e quarteirões irregulares.	Características medievais: forma orgânica, com lotes estreitos e quarteirões irregulares.	Características medievais: lotes estreitos e quarteirões irregulares.	Forma radial dos arruamentos configurando quadras e lotes irregulares. Quarteirões com grandes vazios internos.	Quadras e lotes irregulares. Quarteirões densificados e outros com grandes vazios internos.	Formação inicial: quadras e lotes irregulares. Expansão século xvi: quadras e lotes regulares.	Quadras e lotes irregulares. Quarteirões com grandes vazios internos. Lotes com frente para duas ruas.
	Implantação da Igreja Matriz	Fachada voltada para oeste.	Fachada voltada para oeste.	Fachada voltada para o rio na orientação oeste e de "costas" para a rua direita. Centro da malha medieval.	Fachada voltada para leste localização: deslocada do núcleo urbano principal.	Fachada voltada para sudoeste. Localização: sítio baixo.	Fachada voltada para oeste e de "costas" para a costa. Localização: sítio alto.	Fachada voltada para o norte e de "costas" para a costa. Localização: sítio alto.	Fachada voltada para o sul, de "costas" para a rua Direita e de frente para a rio. Localização: sítio alto
	Impérios do Divino	Consta apenas a antiga rua da judiaria que passou a se chamar rua do Espírito Santo.	Não consta	Não consta	Não consta	Os mais antigos datam de meados do século XIX e não se localizam próximos da Matriz.	Os mais antigos datam de meados do século XVIII e não se localizam próximos da Matriz.	Os mais antigos datam de meados do século XVIII e não se localizam próximos da Matriz.	Localizado na Praça da Igreja.
FUNÇÃO E ATIVIDADES ORIGINAIS	Função inicial	Sede do Condado Portucalense e centro de peregrinação.	Defesa: posição estratégica em via de penetração: vila fortificada.	Posição estratégica em estrada romana: função comercial (feiras)	Posição estratégica em estrada romana: função comercial (feiras)	Posição estratégica: função de porto de abastecimento de embarcações.	Posição estratégica: função de porto de abastecimento de embarcações.	Posição estratégica: função de porto de abastecimento de embarcações.	Posição estratégica junto à antiga rota de povoamento: Rio Jacuí. Função religiosa: sede de freguesia.

Fonte: Dados levantados pela autora.